



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

JOSÉ VANDCARLOS VASCONCELOS DA SILVA

**A LINHA TÊNUE ENTRE A ASCENSÃO SOCIAL E O ENDIVIDAMENTO
ESTUDANTIL: O FIES NOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL
TEMER A PARTIR DO OLHAR DOS BENEFICIÁRIOS.**

CARUARU

2023

JOSÉ VANDCARLOS VASCONCELOS DA SILVA

**A LINHA TÊNUE ENTRE A ASCENSÃO SOCIAL E O ENDIVIDAMENTO
ESTUDANTIL: O FIES NOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL
TEMER A PARTIR DO OLHAR DOS BENEFICIÁRIOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda.

Coorientadora: Profa. Dra. Doutora Maria Fabiana da Silva Costa

CARUARU

2023

S586l Silva, José Vandcarlos Vasconcelos da.
A linha tênue entre a ascensão social e o endividamento estudantil: o Fies nos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer a partir do olhar dos beneficiários. / José Vandcarlos Vasconcelos da Silva. – 2023.
150 f.; il.: 30 cm.

Orientador: Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda.
Coorientadora: Maria Fabiana da Silva Costa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós- Graduação em Educação Contemporânea, 2023.
Inclui Referências.

1. Ensino superior. 2. FIES. 3. Mobilidade social. 4. Políticas públicas de educação. I. Miranda, Marcelo Henrique Gonçalves de (Orientador). II. Costa, Maria Fabiana da Silva (Coorientadora). III. Título.

CDD 370 (23. ed.)

UFPE (CAA 2023-125)

JOSÉ VANDCARLOS VASCONCELOS DA SILVA

**A LINHA TÊNUE ENTRE A ASCENSÃO SOCIAL E O ENDIVIDAMENTO
ESTUDANTIL: O FIES NOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL
TEMER A PARTIR DO OLHAR DOS BENEFICIÁRIOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Contemporânea. Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 10/03/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profa. Dra. Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profa. Dra. Ana de Fátima Pereira de Souza Abranches (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de dizer que, todas as pessoas mencionadas em meus agradecimentos foram de substancial importância, em minha vida pessoal, familiar e acadêmica, de modo que muitas dessas pessoas contribuíram de uma forma ou de outra para que esta dissertação de Mestrado fosse possível. Inicialmente vou falar de pessoas que me acompanharam desde o meu nascimento, para em seguida destacar pessoas importantes em minha carreira acadêmica e profissional.

Agradeço primeiramente à Deus por todas as bênçãos em minha vida; desde o início do meu nascimento até o presente momento. No livro “A Gênese”, o escritor francês Allan Kardec, diz que “Deus é a causa primária de todas as coisas”, ou seja, de Deus tudo provém, de modo que sem a luz, conhecimento e sem a inspiração divina, não poderia ter realizado este trabalho.

Agradeço à minha mãe Quitéria Luiza de Vasconcelos Silva, por todo amor, carinho, compreensão e estímulo que recebi dela desde a infância, e por ser a primeira pessoa a acreditar em meu potencial e por me incentivar na conquista de todos os meus sonhos, jamais conseguiria traduzir em palavras o profundo amor e gratidão que lhe tenho; parafraseando o cantor nacional de rap, Mano Brown, “Mãe a senhora é uma rainha!”.

Agradeço ao meu pai, José Carlos da Silva, por ser um companheiro, por me ensinar valores que carrego para toda a vida, como a coragem, a bravura, a força de vontade e o ímpeto para realizar os meus objetivos e sonhos, me ensinando a ser forte e determinado.

Dedico também este trabalho aos meus irmãos, Márcio Manoel da Silva, José Bruno da Silva, Leandro Manoel Silva dos Santos, o qual esteve presente em momentos delicados da minha existência, e particularmente ao meu irmão mais novo, Emanuel Santiago de Vasconcelos da Silva, por ser um grande companheiro, alguém que compartilho a vida, que partilho sonhos, bons momentos, cultura, engajamento político, e conversas sobre a existência humana, alguém que se eu pudesse definir em uma palavra, certamente seria a lealdade.

Agradeço a minha ex companheira, a qual carinhosamente a chamo de “Têh Têh” por ter estado ao meu lado, em momentos tão importantes e delicados da minha vida, se fazendo presente, partilhando ideias, bons momentos e por ter tido uma relação de parceria no dia a dia, no cotidiano a dois, enquanto Psicanalista e ser humano, és uma pessoa fantástica.

A minha filhinha do coração Izabella Kevillyn de Moraes, um ser humano brilhante, alguém que possui um futuro incrível, porque é um ser humano encantador, também foi muito importante neste trabalho. É em uma criança que muitas vezes refletimos sobre as coisas mais belas e significativas que a vida possui. Te amo muito!

Em minha carreira acadêmica, algumas pessoas marcaram profundamente a minha trajetória. Inicialmente gostaria de mencionar o Sociólogo Adilson Filho, meu professor na graduação e pós graduação na antiga Fafica. Minha primeira produção científica foi por ele orientada, no grupo de iniciação científica na mencionada instituição. Um dos historiadores/sociólogos políticos mais encantadores que já conheci, esta dissertação possui uma forte conotação que permeia a história política do nosso país, Adilson Filho, aqui está o seu legado! Eterna gratidão!

Gostaria também de agradecer ao grande amigo e parceiro o professor e filósofo Adilson Ferraz, alguém que também conheci durante a iniciação científica na antiga Fafica em 2015, e se tornou um grande parceiro da vida, o qual sempre compartilhou comigo muitas boas ideias, projetos, e muito me ajudou no processo seletivo do mestrado, no ano de 2019. Obrigado Gatão!

Gostaria também de agradecer ao Sociólogo e professor da minha graduação e pós graduação, Kleber Fernando Rodrigues, o qual muito me ajudou durante a graduação e pós na Fafica, e me deu importantes contribuições teóricas no processo seletivo do Mestrado.

Agradeço também ao professor e colega de trabalho, de praticamente uma década, Jacquielson Ferreira, alguém que sempre me estimulou nessa trajetória acadêmica, me falando dos processos seletivos de mestrado, dos procedimentos, lendo os meus trabalhos acadêmicos durante minha graduação, sendo, portanto, um grande companheiro.

Para que esta pesquisa fosse realizada foi de substancial importância a bolsa de estudos, concedida pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, a Facepe. Muitos foram os percalços durante o nosso processo de Mestrado, a exemplo da pandemia que afetou a dinâmica das aulas e da pesquisa, além disso, mediante a bolsa conseguimos ainda mais nos engajar nas disciplinas, nas produções dos trabalhos acadêmicos e na produção da dissertação.

Gostaria de também dedicar essa dissertação de Mestrado ao Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, um brasileiro que entrou para a História devido à sua luta contra às desigualdades sociais. Um líder mundial que mediante inúmeras políticas públicas, durante os seus dois primeiros mandatos (2003-2010) possibilitou a milhares de jovens brasileiros pobres e negros, o direito de sonhar, através de uma formação superior. Quando lhe conheci em 2016, no assentamento normandia na cidade de Caruaru-PE, tive a oportunidade de dizer a ele, que graças às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino superior, milhões de jovens como eu, tiveram a oportunidade de sonhar e melhorar de vida! Seu projeto político econômico muito me representa, sonho com um Brasil socialmente mais justo, economicamente poderoso e internacionalmente influente. Obrigado Presidente Lula!

Por último, gostaria de falar da pessoa mais importante de todo esse decurso de Mestrado, o sociólogo, Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda, um ser humano incrível. Este homem, com sua contribuição e profissionalismo e intelectualidade engrandece a educação desse país, o meu orientador de mestrado, é uma das pessoas mais brilhantes que já conheci, literalmente “pegou na minha mão” em todo o processo de orientação, sempre agiu com a maior elegância e respeito, e também muito fomentou a minha curiosidade epistêmica, respeitando e estimulando sempre a minha liberdade intelectual. O professor Marcelo, como a ele me refiro, além de um Sociólogo muito ativo intelectualmente, é também um ser humano ímpar, respeitoso, gentil e resiliente, lhe tenho muita admiração e respeito, sem dúvidas, sem você, este trabalho não teria a relevância que possui!

RESUMO

No âmbito das políticas educacionais, no ano de 1999, o antigo Crédito Educativo (Creduc) dava lugar ao Fies. O governo Fernando Henrique Cardoso, ao criar o novo programa objetivava diminuir os índices de inadimplência e elaborar um novo formato para o programa educacional. Desde a sua criação, até o ano de 2010, o programa de financiamento estudantil, pareceu pouco atraente aos estudantes e desse modo possuía um pequeno percentual de estudantes beneficiários. O presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao diminuir as taxas de juros de 6% para 3,4% e aumentar o período de carência, estaria contribuindo para um substancial aumento no número de contratos, doravante, pouco mais de 1,8 milhão de estudantes seriam diretamente beneficiados durante as gestões Dilma Rousseff (2011-2016). Em decorrência de um cenário de crise econômica, pós 2014, muitos estudantes usuários do programa de financiamento, passaram a ter mais dificuldades para quitar as mensalidades do Fies, tornando-se inadimplentes. A gestão Dilma Rousseff realizou modificações no programa a fim de tornar a acessibilidade mais dificultosa, medidas que foram ampliadas na gestão do ex presidente Michel Temer (2016-2018). O Fies, enquanto política pública educacional objetiva atender substancialmente jovens de classes sociais menos favorecidas, de tal sorte, esses jovens sonham com o diploma de ensino superior, e por conseguinte, ascensão social. Em um panorama de crise econômica, a inadimplência para com o programa e o desemprego, tornaram-se desafios para esses jovens. Ao longo do nosso trabalho utilizamos alguns teóricos que nos ajudaram a refletir sobre nosso objeto de pesquisa, nesse sentido, Chaves (2010) contribuiu para compreendermos as reverberações dos organismos financeiros internacionais sobre as políticas de financiamento estudantil. Botelho e Pessoa (2016) foram substancialmente importantes para nos ajudar a refletir sobre como as mudanças de acessibilidade no Fies contribuíram para um aumento exponencial de beneficiários do programa, fenômeno que também ocasionou o acesso de estudantes que após formados não conseguiram pagar o financiamento do seu curso. Nesse sentido, Perez (2015) nos ajuda a pensar sobre como o endividamento estudantil reverbera sobre a renda dos estudantes recém formados. Por último, Hobmeir (2020) nos leva a refletir sobre as razões que contribuem para o endividamento estudantil, percebemos questões como as dinâmicas do mercado de trabalho, a falta de planejamento do estudante, a insuficiência de renda, dentre outros aspectos. Buscando compreender o processo de inadimplência estudantil, nossa pesquisa utiliza-se do conceito “contexto dos resultados/efeitos” do “ciclo de políticas” de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), possuindo como sujeitos de pesquisa, estudantes de História da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, que cursaram suas graduações entre 2015-2018, respectivamente os dois primeiros anos do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff e os dois anos do presidente Michel Temer.

Palavras-chaves: Ensino Superior Privado; FIES; Mobilidade Social; Ciclo de Políticas.

ABSTRACT

Within the scope of educational policies, in 1999, the former Educational Credit (Creduc) gave way to Fies. The Fernando Henrique Cardoso government, when creating the new program, aimed to reduce delinquency rates and develop a new format for the educational program. From its inception until the year 2010, the student loan program seemed unattractive to students and thus had a small percentage of student beneficiaries. President Luís Inácio Lula da Silva, by lowering interest rates from 6% to 3.4% and increasing the grace period, would be contributing to a substantial increase in the number of contracts, henceforth, just over 1.8 million students would be directly benefited during the Dilma Rousseff administrations (2011-2016). As a result of a scenario of economic crisis, after 2014, many students who use the financing program began to have more difficulties to pay off the Fies tuition, becoming delinquent. The Dilma Rousseff administration made modifications to the program in order to make accessibility more difficult, measures that were expanded in the administration of former President Michel Temer (2016-2018). Fies, as a public educational policy aims to substantially serve young people from less favored social classes, so these young people dream of a higher education degree, and therefore, social ascension. In a scenario of economic crisis, the default towards the program and unemployment, have become challenges for these young people. Throughout our work we used some theorists who helped us to reflect on our research object, in this sense, Chaves (2010) contributed to understanding the reverberations of international financial organizations on student financing policies. Botelho and Pessoa (2016) were substantially important to help us reflect on how the accessibility changes in Fies contributed to an exponential increase in the program's beneficiaries, a phenomenon that also caused access for students who after graduating could not afford the financing of their course. In this sense, Perez (2015) helps us think about how student debt reverberates on the income of recent graduates. Finally, Hobmeir (2020) leads us to reflect on the reasons that contribute to student indebtedness, we perceive issues such as the dynamics of the labor market, the lack of student planning, the insufficiency of income, among other aspects. Seeking to understand the process of student delinquency, our research uses the concept "context of results/effects" of the "policy cycle" of Stephen Ball and Jefferson Mainardes (2006), having as research subjects, students of History of the former Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Caruaru, who attended their graduations between 2015-2018, respectively the first two years of the second term of President Dilma Rousseff and the two years of President Michel Temer.

Keywords: Private Higher Education; FIES; Social Mobility; Policy Cycle

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Levantamento bibliográfico sobre financiamento estudantil	37
Tabela 2-	FIES na era FHC	65
Tabela 3-	Características centrais do PROUNI	68
Tabela 4-	Beneficiários do PROUNI durante o governo Lula.	68
Tabela 5-	Beneficiários do FIES durante o governo Lula.....	71
Tabela 6-	Beneficiários do FIES durante o governo Dilma	74
Tabela 7-	Características centrais do FIES no governo Temer	82
Tabela 8-	As principais características da metodologia qualitativa	87
Tabela 9-	Mapeamento das características dos nossos sujeitos de pesquisa.	100
Tabela 10-	Principais informações sobre a educação básica em Caruaru-PE	115

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Neoliberalismo e educação	12
1.2	Neoliberalismo e mercantilização do ensino superior	15
1.3	Neoliberalismo e seus reflexos nas políticas educacionais no Brasil no século XX	16
1.4	Financeirização do ensino superior no Brasil após os anos 1990	18
1.5	Financeirização do ensino superior, inadimplência e o Fies	22
1.6	A produção de conhecimento sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) como acesso ao Ensino Superior	26
2	O NEOLIBERALISMO E SUAS REVERBERAÇÕES NA EDUCAÇÃO	39
2.1	O Neoliberalismo: breves considerações históricas	40
2.2	Neoliberalismo: conceituações principais	43
2.3	O neoliberalismo e suas ressonâncias na América Latina	46
2.4	As implicações do Consenso de Washington na América Latina	49
2.5	As reverberações do Consenso de Washington na educação brasileira	51
2.5.1	A reforma do Estado brasileiro	53
2.5.2	A reforma do Estado e suas implicações no ensino superior no Brasil	55
2.5.3	A financeirização do ensino superior brasileiro	57
3	UM OLHAR SOBRE O FINANCIAMENTO ESTUDANTIL, NOS TEMPOS DE FERNANDO HENRIQUE E LUÍS INÁCIO: ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR E/OU ENDIVIDAMENTO ESTUDANTIL?	59
3.1	O Fies nos Governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	65
4	UM OLHAR SOBRE O FIES NOS TEMPOS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER: ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR E/OU ENDIVIDAMENTO ESTUDANTIL?	73
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	85
5.1	Principais fundamentos da Pesquisa Qualitativa	85
5.2	Entrevista semiestruturada: planejamentos e procedimentos	90
5.3	As pesquisas acadêmicas e as políticas públicas educacionais	91
5.4	O ciclo de políticas enquanto análise teórico-metodológico	93
6	O FIES SOB A LENTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA FIES	98
6.1	Perfil socioeconômico dos nossos sujeitos de pesquisa	98
6.2	O FIES sob o olhar dos nossos sujeitos de pesquisa	117
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	134
	ANEXO A- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	150

1. INTRODUÇÃO

1.1. Neoliberalismo e educação

Neste capítulo introdutório, discutimos inicialmente sobre as características centrais do neoliberalismo, buscando perceber suas reverberações no ensino superior privado, destacando como após a crise do petróleo nos anos 1970, esse fenômeno político e econômico ganhou força na Europa e América.

Problematizamos o neoliberalismo, reiterando suas contradições e confluências sobre o ensino superior privado e as suas reverberações na formação de políticas educacionais, para esse segmento de ensino. Desse modo, refletimos como a ideologia neoliberal reverbera no Brasil, desde o fim da ditadura militar até os anos 1990.

Possuindo como lente teórica o *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), também discorreremos sobre às influências externas no âmbito neoliberal que contribuíram para o surgimento do Crédito Educativo (Creduc) durante a ditadura militar; e em seguida pontuamos as reverberações de organismos financeiros internacionais sob o Fies, enquanto política pública.

Problematizamos as seis pesquisas, trazidas em nosso levantamento bibliográfico que objetiva perceber a expansão do ensino superior através do Fies, e preponderantemente perceber as questões relacionadas a inadimplência dos estudantes beneficiários do programa, e a questão da sustentabilidade do programa de financiamento estudantil.

O secretário do Departamento de Educação do governo G.W.Bush, Rod Paige, ao discorrer sobre a educação, pontuou que ela precisava ser compreendida como um negócio, onde os resultados, as avaliações rotineiras e a qualidade de ensino iriam medir as necessidades dos estudantes. O secretário ainda exemplificou usando o empresário Henry Ford, que segundo Rod Paige, havia criado uma empresa de classe mundial, e que ela não teria sobrevivido se não houvesse competição e foco nos resultados. Esse episódio nos faz refletir, dentre outros aspectos, que a educação passou a ser tratada nos últimos anos como uma mercadoria, de tal modo percebemos a influência que possui o ideário neoliberal na educação (FREITAS, 2018).

No neoliberalismo a perspectiva mercadológica é elevada ao máximo, de modo que todos os aspectos da vida humana são permeados pela lógica do mercado e do consumo, os direitos sociais são remodelados em serviços. E o indivíduo, ao invés de ser compreendido como um cidadão, é visto como um “vendedor de si mesmo”. Na lógica neoliberal o indivíduo tende a se enxergar como parte do mercado e por conseguinte do sistema financeiro

(CHAUÍ,2017).

O neoliberalismo caracteriza-se também pelo desmonte dos serviços públicos estatais, assim bem como o retrocesso das conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores, fragilizando as políticas sociais e desregulamentando as condições de trabalho (LOPES; KÁTIA; SASSAKI, 2018).

Refletindo a educação e o neoliberalismo, notamos que a educação é um direito social, essa percepção se contrapõe a concepção de que a educação deve ser tratada como mercadoria, como um bem privado. Portanto, a educação não pode ser tratada como um item de negócio. Em contra posição, a medida que o neoliberalismo derruba as proteções sociais, a educação, sente ecoar em si, as imposições do mercado capitalista (DIAS SOBRINHO, 2005; FREITAS, 2019)

As reverberações do neoliberalismo na educação configuram-se cada vez mais nas mais diversas facetas educacionais, transitando do ensino básico ao superior. O processo educacional deixa de ser compreendido como um direito social público e universal e passa a ser visto como um serviço ofertado pelas empresas educacionais, de modo que as políticas educacionais, promovidas pelo Estado passam a dialogar categoricamente com a perspectiva neoliberal, tal como é o caso da política pública educacional, o Fundo de Financiamento estudantil (Fies). (CHAUI, 1999; OLIVEIRA, 2010).

O neoliberalismo compreende que as políticas governamentais devem ser mínimas na economia, para que o Estado não atrapalhe as forças do mercado capitalista. Segundo um dos autores clássicos do ideário neoliberal, Hayek (1987), o Estado deve apenas zelar pelo um bom funcionamento do mercado financeiro. A partir dessa perspectiva a sociedade passa a ser vista como um organismo empresarial.

Segundo Bittar (2002) as mudanças ocorridas na educação superior decorrem da crise do *Estado de bem-estar social*, doravante o mercado financeiro passou a exigir um Estado desvencilhado da manutenção do ensino superior, pois o neoliberalismovê a educação pública como dispendiosa para os cofres estatais.

O neoliberalismo mostra-se contrário às políticas do *Estado de bem estar social*, termo esse que passou a designar o conjunto de ações estatais que promoviam direitos públicos, como a garantia da saúde, educação, previdência social gratuita, dentre outros direitos sociais. O *Estado de bem estar social* configurou-se em muitos países europeus após a crise econômica mundial de 1929. Com a crise do petróleo na década de 1970, esse modelo de Estado, passou a ser questionado e o neoliberalismo voltou a pautar a discussão no âmbito político e econômico (CHAVES, 2010; FREITAS,2018).

De acordo com Chaves (2010), com a crise do sistema capitalista no final dos anos 1970, houve a adoção de uma série de reformas estruturais, como a desregulamentação dos mercados financeiros, a privatização de setores públicos e a diminuição do Estado na economia, a aplicação das leis do mercado capitalista sem nenhum tipo de restrição e a diminuição dos investimentos em políticas sociais, de modo que a privatização do ensino superior público vem sendo utilizada com o objetivo de reduzir a presença do Estado na educação, redirecionando as diretrizes das políticas sociais e educacionais para o âmbito mercantil.

A defesa do neoliberalismo consiste em as universidades públicas serem privatizadas ou que passem a cobrar mensalidades dos estudantes, de modo que com a sua privatização ou com a cobrança de mensalidades, de um modo ou de outro, os interesses do mercado educacional serão atendidos e o Estado estará cada vez mais distante da educação superior. Com a narrativa de que o ensino superior privado precisa ser mais diversificado e flexível, para que haja contenção nos gastos públicos, a educação superior deixa de ser um direito social e transforma-se em mercadoria (BITTAR, 2002; CHAVES, 2010).

O auge do neoliberalismo deu-se nos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, com várias medidas de privatizações estatais, congelamentos de salários, controle dos gastos públicos e cortes nos investimentos governamentais em setores sociais (FREITAS, 2018).

Segundo o autor, o neoliberalismo infere que as contradições sociais, como as desigualdades sociais, pobreza e miséria, necessitam ser solucionadas pela própria dinâmica do mercado capitalista e pelas ações individuais dos sujeitos, através do individualismo, ou seja, da meritocracia. A defesa da ideia da liberdade pessoal, social e econômica é defendida com mais ímpeto que a ideia do combate às injustiças sociais.

Finalizando esse breve contextualização sobre o ideário neoliberal, pontuamos que o indivíduo lançado no livre mercado precisa ter “liberdade” para que mediante o seu esforço e mérito pessoal, alcance sucesso. As perspectivas de humanização e transformação social não coadunam com o ideário neoliberal. Assim como as relações sociais; a produtividade econômica, a geração de riqueza, o consumo e os direitos sociais estão atravessados pela lógica do mercado no neoliberalismo, por sua vez, a educação também está circunscrita nesse processo. Doravante, discutiremos as reverberações do neoliberalismo na educação superior no contexto internacional, e sobretudo brasileiro (FREITAS, 2018).

1.2. Neoliberalismo e mercantilização do ensino superior

Uma análise completa do neoliberalismo, só pode ser feita de maneira provisória, uma vez que, o fenômeno político e econômico em questão, ainda está em curso. Porém, problematizaremos as caracterizações do pensamento neoliberal e seus reflexos no ensino superior privado (ANDERSON, 1995).

Milton Friedman (1984) um dos principais pensadores do arcabouço neoliberal, afirma que o Estado não deveria administrar instituições envencilhadas à educação. O Estado deve se eximir da educação. Nesse sentido, Barroso (2005) pontua que a diminuição do Estado na educação, obedece a lógica das ideias neoliberais.

A partir dessa conjuntura social, torna-se fundamentalmente importante discutir o neoliberalismo e suas confluências na educação superior privada, refletindo a financeirização do ensino superior privado, e as reverberações do neoliberalismo no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) sobretudo no que diz respeito a ascensão social e endividamento estudantil a partir do olhar dos estudantes de licenciatura em História.

Como explicitado anteriormente, as ideias neoliberais reverberam na educação, através da formulação de políticas públicas educacionais, muitas dessas políticas seguem as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano e Desenvolvimento e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Exigências como a privatização de universidades públicas e a financeirização das faculdades privadas, estão entre as exigências feitas por esses organismos financeiros internacionais e dialogam com o ideário neoliberal (ARRAIS; PEIXOTO, 2012).

Os planos do neoliberalismo para a educação consistem na total diminuição do Estado nas instituições de ensino, outrossim, nem sempre isso é possível, de modo que outros projetos como a financeirização do ensino superior terminam sendo implementados. O Estado muitas vezes é o principal indutor dos lucros do “capital”, contrariando a própria tese de que o Estado no neoliberalismo deve ser mínimo, denotando as contradições do neoliberalismo. O Estado e a iniciativa privada atuam juntos mediante na financeirização do ensino superior privado, que passa a fazer parte da cultura educacional com as exigências feitas pelos organismos financeiros internacionais (DALE, 2014; FREITAS, 2018).

A partir do momento que o ideário neoliberal para a educação superior nem sempre é aplicado nas sociedades capitalistas, tal como formulado, notamos uma discrepância entre a formulação da política educacional enviesada pelo neoliberalismo e a sua prática, o que nos

chama a atenção para o pensamento de Mainardes (2006) que ao discutir as políticas educacionais, ressalta o contexto da prática, onde a política educacional estará sujeita a interpretação e recriação. Nesse sentido, a política educacional pode apresentar mudanças e transformações da proposta da política original.

Agapito (2016) ao destacar como a influência do neoliberalismo pode ser percebida nas políticas públicas, mostra que temos uma redução nos investimentos públicos e nas políticas sociais, quando o espaço do ensino superior público é gradualmente ocupado pelas grandes empresas educacionais.

Ou seja, o neoliberalismo nos casos acima, não conseguiu reduzir necessariamente o Estado ao mínimo, tal como era sua configuração e proposição ideológica inicial, porém, conseguiu fazer com que as forças do Estado dialogassem profundamente com o capital financeiro, sobretudo a partir do momento que o Estado fizesse grandes concessões ao capital.

Novamente temos um exemplo de como uma política pode sofrer transformações no que diz respeito a sua formulação e prática, destacando o que Mainardes (2006) nomeia de contexto da prática, isto é, quando as políticas podem adquirir uma caracterização diferente à sua proposição inicial. A partir de agora veremos como o processo de mercantilização no ensino superior privado começou a se caracterizar e se configurar no Brasil, sobretudo nas políticas educacionais brasileiras.

1.3. Neoliberalismo e seus reflexos nas políticas educacionais no Brasil no século XX.

Não pretendemos fazer uma profunda discussão histórica sobre as caracterizações das políticas educacionais ao longo de todo o século XX, problematizaremos brevemente algumas nuances dessas políticas após o período militar e principalmente após os anos 1990 com a promulgação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 a partir do diálogo estabelecido entre a lei e a financeirização do ensino superior privado.

O processo de mercantilização da política educacional brasileira iniciou-se nos anos 1960, após o golpe militar, onde houve uma abertura para a iniciativa privada na oferta de serviços educacionais, tendo como base o discurso da qualidade, praticidade e facilidade. Assim sendo, a política educacional de expansão do ensino superior, adotada na ditadura militar, fez uso de reformas privatistas do ensino universitário. Entre as décadas de 1960 e 1980, as universidades privadas se modernizaram e se ampliaram, através de construções, reformas e a criação de muitos campos universitários, seguindo as diretrizes mercadológicas do governo militar (IAMAMOTO, 2000; SAVIANI, 2007; AGAPITO, 2016).

O período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) contribuiu para que o Estado ampliasse a rede privada no ensino superior, fazendo com que as instituições de ensino superior e o número de estudantes crescessem vertiginosamente. Entre os anos 1968 a 1971, o número de matrículas atingiu 561.397, número que dobrou nos sete anos seguintes (KÁTIA; LOPES; SASSAKI, 2018).

De acordo com França (2008) a ditadura militar buscou assegurar o processo de transformação no ensino superior privado, de modo que a modernização econômica deveria ser pensada para as faculdades privadas, que se expandiram sobretudo a partir da década de 1970, com a ampliação na oferta de vagas, buscando subsidiar o ensino superior privado e financiar cursos para estudantes mais pobres.

Vale ressaltar que os anos 1970 são marcados pela crise do petróleo, e por conseguinte a crise do *Estado de bem estar social*, de tal sorte que o discurso neoliberal ganhou cada vez mais força política e econômica no mundo, desse modo, as políticas educacionais brasileiras sofreram as reverberações neoliberais, denotando o que pontua Mainardes (2009) ao discutir o contexto de influência, onde busca-se perceber que as políticas educacionais sofrem a influência de elementos internos e externos a sua proposição. No caso explicitado, percebemos a influência internacional sobre as alterações educacionais que sofriam as instituições de ensino superior durante a ditadura, que passaram a se configurar cada vez mais em um caráter mercantil.

Durante o governo militar brasileiro foi criado em agosto de 1975 o Crédito Educativo (Ceduc). Esse programa de financiamento estudantil era subsidiado pela União, foi criado a partir da Exposição de Motivos nº 393/1975 pelo Ministério da Educação e Cultura (FARENZENA; NEVES, 2019).

Para os autores, até 1983 o Ceduc era administrado pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil e outros bancos comerciais, cobrava encargos anuais de 15% e também possuía amortização. Entre os anos de 1988 e 1992, o programa de financiamento passou a ser mantido somente pelo Ministério da Educação, quando o programa foi reformulado e institucionalizado pelo ex presidente Fernando Collor de Melo. No ano de 1996 houve uma reformulação no programa e o acesso foi direcionado apenas a estudantes carentes, fenômeno que se configurou até 1999, quando o Ceduc deixou de existir com o advento do Fies através da medida provisória nº 1.827 de 1999 durante o último mandato do ex presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Fies surgiu em substituição ao Ceduc, passando por várias reformulações com o objetivo de tornar o programa de financiamento mais acessível para estudantes de classe

média baixa. Criado pelo ex presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Fies foi ampliado pelo seu sucessor Luís Inácio Lula da Silva (PEREZ, 2015).

Finalizando nossa breve discussão sobre as reverberações do neoliberalismo no ensino superior brasileiro no século XX, destacamos que o período da ditadura militar no Brasil, destacou-se pelos acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional (USAID). A proposta estava embasada de uma formação tecnicista e fundamentada nas demandas do mercado de trabalho, de modo que muitas faculdades brasileiras submeteram-se as orientações dos consultores dos Estados Unidos, priorizando em seu ensino, a área das Ciências Naturais e Exatas. Exemplificando mais uma vez a influência externa do neoliberalismo nos EUA na formulação de políticas públicas no Brasil, tal como analisa o *contexto de influência* de Jefferson Mainardes (2009).

Nos anos 1970, o ensino superior foi marcado pelas licenciaturas de curta duração, reforçando os interesses do capital internacional estadunidense. Os anos 1990 no Brasil foram marcados pela consolidação do neoliberalismo nas políticas educacionais, especialmente no ensino superior, processo que discutiremos, doravante (AGAPITO, 2016).

1.4. Financeirização do ensino superior no Brasil após os anos 1990.

Para entendermos o contexto em que o Fies, surgiu enquanto política pública, ou seja, para percebermos o *contexto de influência* (Mainardes,2009) no qual o Fies foi elaborado, torna-se substancial percebermos o processo de financeirização do ensino superior após os anos 1990 no Brasil.

Nos anos 1990 temos uma resignificação do ensinossuperior, em termos de concepções políticas, sobretudo na América Latina, onde observamos um movimento reformista, que possuía a orientação de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Essas reformas manifestaram-se no Brasil através da financeirização da educação, principalmente no ensino superior. A financeirização da política educacional no Brasil, reforça a lógica de consumo dos serviços educacionais no âmbito privado (CHAVES, 2010; AGAPITO, 2016).

Ao longo do tempo, as universidades brasileiras tiveram a influência da igreja e do Estado, entretanto, contemporaneamente as universidades sentem a influência do capitalismo e da globalização financeira. O mercado financeiro exerce pressão sobre o perfil dos cursos

universitários e desejam a expansão do mercado educacional no ensino superior privado. A partir de 1996 percebemos um aumento significativo no número de matrículas no ensino superior brasileiro, exponencialmente no setor privado (BOTTONI; FILHO; SARDANO, 2013).

Além disso, o aumento do setor privado educacional no Brasil, deu-se também em decorrência da reforma do Estado brasileiro. A partir do olhar do *ciclo de políticas*, sobretudo, o *contexto de influência* (Mainardes, 2009), percebemos que no contexto da reforma do Estado brasileiro, tivemos uma maior financeirização da educação privada, sobre esse processo, pontua Bittar (2002).

A reforma do Estado, não só estima a privatização da educação superior pública, como incentiva a expansão acelerada das instituições privadas, levando-as a um processo de competição interna, ao exigirem, entre outros, a produtividade quantitativa de docentes, e, externa entre as próprias universidades, na luta pela sobrevivência no mercado (p. 53).

Com esse fenômeno, percebemos como o ensino superior privado, adquiriu cada vez mais a conotação de negócio financeiro, sobretudo a partir dos anos 1990 com a expansão das instituições de ensino e a luta do mercado por mais estudantes, “há uma guerra explícita, sobretudo entre as maiores universidades, que procuram abocanhar parcelas cada vez maiores de jovens à procura de um curso superior” (BITTAR, 2002, p.52).

A política de expansão do ensino superior brasileiro é parte da reforma do Estado, implementada no Brasil nos anos 1990. Dessa forma, as bases da reforma do Estado brasileiro foram estabelecidas, no ano de 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), através do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), que possuía como principais diretrizes a privatização, a terceirização e a publicização do ensino superior privado (CHAVES, 2010).

Para Azevedo (2015) nos últimos anos o Brasil tem visto um crescimento da demanda pela educação superior pela iniciativa privada, a educação superior e a atuação privado-mercantil passou a ser ainda mais estimulada com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96. A referida lei potencializou o financiamento às instituições de ensino superior (IES).

Muitas mudanças foram introduzidas no ensino superior a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre os anos 1995-2002. A LDB liberalizou a oferta da educação superior para a iniciativa privada, contribuindo para a privatização da educação no Brasil (BOTTONI; FILHO; SARDANO, 2013).

Para Cunha (2007) a privatização da educação no Brasil é “um processo cheio de

meandros'' (p. 810) que não comporta uma resposta simples, uma vez que processo envolve setores do Estado e da iniciativa privada. Esse processo, fica ainda mais evidente com a promulgação da LDB, durante o governo do ex FHC. Com um governo de espectro ideológico centro-direitista, reconheceu-se a possibilidade de lucro para as instituições privadas de ensino superior. Nessa perspectiva, o Estado e o mercado financeiro constituíram duas forças que determinaram a segmentação dos sistemas educacionais no Brasil, sobretudo no Ensino Superior.

A LDB eivada das orientações neoliberais contribuiu para a expansão da iniciativa privada na oferta de cursos superiores, uma vez que a lei assegura flexibilidade, descentralização das IES privadas no Brasil, seguindo as diretrizes do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (CHAVES, 2010; AGAPITO, 2016).

Com o advento do neoliberalismo, reformas de cunho liberalizantes foram sendo adotadas na educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que flexibilizou a oferta da educação superior através da iniciativa privada e potencializou o

número de estudantes no ensino superior. A LDB propunha uma reestruturação da educação superior no Brasil, admitindo a existência e também o funcionamento das instituições com fins lucrativos, promovendo a mercantilização, financeirização e massificação do ensino superior no Brasil (FRANCA, 2017).

Para Chaves (2010) a LDB é considerada o marco legal da reforma educacional no Brasil, as recomendações do Banco Mundial para os países da América Latina e por conseguinte do Brasil, fundamentam-se na lógica do mercado capitalista. A LDB no artigo 7º assegura o ensino livre para a iniciativa privada, contribuindo para que a educação privada seja expandida, atendendo as orientações dos organismos internacionais seguindo uma lógica mercantilista na educação superior. Para Catani e Oliveira (2007) a LDB contribui para que a educação fosse percebida um produto comercializável, e os alunos passaram a ser clientes, consumidores do mercado universitário. De acordo com Chaves (2010).

A aprovação da LDB, no entanto, favoreceu não apenas as instituições ditas não lucrativas, mas também o setor empresarial, que almeja somente o lucro com as atividades educativas, quando possibilitou a institucionalização de outras modalidades de IES que não precisam, necessariamente, atuar com a premissa constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conferida às universidades por meio do artigo 207, da Constituição Federal de 1988 (2010, p. 487).

Para Saviani (2007) os centros universitários constituem uma universidade de segunda categoria, pois não desenvolvem pesquisa e extensão, driblam o artigo 207 da carta magna de

1988. Torna-se necessário discutir a qualidade dos cursos universitários das instituições privadas, problematizar se estão contribuindo para a democratização do acesso ao ensino superior ou apenas reproduzindo e reforçando as desigualdades sociais, refletir se essas instituições estão sendo eficientes ou apenas fábricas de fazer dinheiro e diploma. (KÁTIA; LOPES; SASSAKI, 2018).

Segundo Chaves (2010), a LDB contribuiu para a formação de grandes oligopólios da educação privada, como os grupos *Estácio de Sá*, *Anhanguera Educacional*, *Rede Pitágoras*, dentre outros grupos, a preocupação dessas corporações educacionais privadas é a expansão de instituições de ensino superior e o aumento dos seus lucros, questões de ordem de eficiência no ensino, estão em segundo plano. Os interesses dessas corporações afetam as caracterizações das políticas educacionais no Brasil.

Para Andrioli (2002) as políticas educacionais em nosso país recebem a influência de organismos internacionais ligados ao capital financeiro, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Nesse caminho, de acordo com Chaves e Santos (2016), organismos internacionais como o BM, o FMI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) possuem como projeto de educação para os países emergentes, como no caso do Brasil, o aprofundamento da privatização e a desnacionalização da educação, buscando a consolidação de um mercado educativo global. Essas medidas dialogam os interesses neoliberais, nesse sentido foi criado o Fies no final dos anos 1990.

Sob o olhar do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992) notamos que o *conceito de influência* em que foi criado o Fies no Brasil, diz respeito a influência de organismos internacionais financeiros sobre as políticas públicas educacionais brasileira. Essa influência do capital financeiro sobre as políticas públicas reverbera inclusive na política de formação de professores. Segundo Guedes (2020) a LDB foi alterada sem que houvesse um debate ampliado com a sociedade, a primeira alteração da LDB ocorreu através da lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, mudança que implementou as mudanças previstas para o Novo Ensino Médio. Segundo a autora, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) instituídas pela resolução nº2 de 2015 do Conselho Nacional de Educação contribuem para uma nova dinâmica na formação docente, pretendendo que os estudantes de licenciatura ao longo de suas formações sejam avaliados por exames externos.

Para Guedes (2020) essas políticas de formação de docentes estão em diálogo com as políticas neoconservadoras, grande parte dessas reformas atendem aos interesses da “nova direita”. A autora pontua que essa política de formação docente está categoricamente atrelada à

uma suposta qualidade da educação básica, entretanto, a sua estrutura de regulação parte de uma concepção neoliberal.

Segundo Evangelista e Pereira (2019) desde os anos 1990 as políticas de formação de professores estão alinhadas às reformas neoliberais. Ao discutirem as proposições e implementações da BNCC percebemos a internalização da lógica do capital entre os educadores.

Em 13 de dezembro de 2018, pouco antes de concluir o seu mandato presidencial, o ex presidente Michel Temer (MDB) através do MEC enviou ao Conselho Nacional de Educação, a nova proposta de base para a formação de professores, a nova BNCC. Guedes (2020) se questiona, a cerca de quais seriam os reais interesses da BNCC para a formação de professores.

Segundo Taffarel (2019) essas novas leis com vistas a formação de professores atendem a reforma empresarial da educação, para a autora, a BNCC consolida um currículo obrigatório e padronizado, rebaixando a capacidade teórica dos estudantes. Ao se referir refere a escola sem partido, a própria BNCC, ao sistema de voucher, as avaliações censitárias, aos cortes orçamentários e aos baixos investimentos na educação. A autora infere que observamos um retrocesso na história da educação brasileira, com todas as novas medidas provisórias, resoluções e emendas constitucionais que estão em curso. Nos tópicos a seguir, discutiremos o processo de financeirização do ensino superior, o fenômeno da inadimplência estudantil.

1.5. Financeirização do ensino superior, inadimplência e o Fies.

Na década de 1990, a educação superior passou por um processo maior de mercantilização, se expandindo com maior velocidade a partir do governo FHC (1995-2002), os governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) deram continuidade a esse processo. Tais mudanças, são decorrentes das transformações político-econômicas internacionais, que levaram em consideração aspectos do ideário neoliberal com reverberações na educação, com políticas de financiamento estudantil, como o Fies. (SAVIANI, 2013; PEREIRA; BRITO, 2016).

Durante os governos do ex presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) houve estímulo para as faculdades privadas, através de medidas provisórias, projetos de leis e decretos. Todos esses estímulos políticos contribuíram para a expansão da educação superior privada em larga escala. Como por exemplo, o financiamento público indireto para as instituições educacionais privadas, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino

Superior (FIES) que ganhou corpo no mercado universitário, juntamente com o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a modalidade de ensino Educação à distância (EAD) (KÁTIA; LOPES; SASSAKI, 2018).

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) possibilita o financiamento da educação privada superior e torna-se uma possibilidade de estudo para alunos carentes. A partir de 2010, o Fies passou a contar com o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) tornando-se operador do programa. O programa passou a oferecer uma prazo de carência para o início do pagamento de 18 meses, e o limite para amortização três vezes o tempo de duração do curso mais 12 meses, com taxas de juros à 3,4% ao ano. Devido essas mudanças no Fies, a expansão da financeirização do ensino superior ocorreu desenfreadamente (BOTTONI; FILHO; SARDANO, 2013).

Botelho e Pessoa (2016) pontuam que o Fies tem como objetivo financiar cursos de graduação em instituições privadas de ensino, e que o programa teve um aumento significativo de 75 mil financiamentos em 2010 para 700 mil em 2014, que refletiu também no número de contratos ativos de menos de 200 mil no ano de 2010 para quase 2 milhões em 2014.

Utilizando a lente teórica do ciclo de políticas de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), sobretudo no que ao contexto dos efeitos/resultados, contexto que busca compreender os resultados de uma determinada política pública notamos que esses números denotam o resultado do Fies, enquanto política pública, no cenário que estamos discutindo.

As mudanças no programa, promovidas pelo governo Lula em 2010, como redução da taxa de juros de 6,5% para 3,5% contribuíram para que no Governo Dilma, houvesse esse aumento exponencial no número de contratos do Fies. A não necessidade de um fiador garantiu uma maior acessibilidade de estudantes de baixa renda ao programa de financiamento.

Em decorrência do cenário de crise econômica após 2014 e o crescente número de estudantes inadimplentes com o Fies, no final do primeiro mandato da ex presidente Dilma Rousseff, o Fies passou por modificações no sentido das regras ficarem mais rigorosas, na questão do acesso ao programa, como por exemplo: a) a fixação de uma linha de corte mínima para a adesão do Fies, os alunos só poderiam obter o Fies, se não tiverem zerado a nota de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além disso, precisariam também ter uma média de 450 pontos no enem; b) o estudante não poderia usufruir dos benefícios do Fies e ProUni concomitantemente. Essas mudanças contribuíram para um percentual de queda em novas matrículas, que variou de 8% até 35% (PEREZ, 2015).

Analisando sob a ótica do ciclo de políticas de Stephen Ball e Richard Bowe (1992),

através do contexto dos resultados/efeitos, percebemos que os objetivos dessas mudanças no programa, foram alcançadas, haja vista que reduziu-se substancialmente o número de novos contratos no Fies.

Segundo Perez (2015) ao passo que os estudantes se endividam mais, terão que pagar cursos mais caros, de modo que isso impacta o futuro e as finanças desses estudantes, porém isso também afeta as instituições de ensino superior privadas, a medida que o risco de inadimplência e o de repasse de dinheiro público também são afetados.

Hobmeir (2020) afirma que é impossível falar do Fies, sem falar da inadimplência que o acompanha. Infere que são muitas as motivações para a inadimplência dos estudantes, tais como a insuficiência de renda. Outrossim, muitos estudantes relataram ganhar menos do que pagaram no último período da faculdade para estudar. Outra motivação diz respeito ao desemprego ou subemprego que acomete a muitos estudantes e que ocasiona baixas remunerações e por conseguinte a falta de capacidade para o pagamento do financiamento estudantil. A autora, também pontua que as análises e as reflexões sobre os termos do contrato são insuficientes, de modo que o planejamento a longo prazo inexistente por parte de muitos estudantes, muitos deles não tem noção do nível do subsídio e das taxas de juros que deverão pagar.

Segundo Hobmeir (2020) outras motivações perpassam os estudantes que estão inadimplentes com o Fies, tais como a dinâmica do mercado de trabalho, hora há maior empregabilidade, hora a empregabilidade é menor, de modo que as mudanças no mercado de trabalho são imprevisíveis, assim sendo, o tempo de duração de uma graduação pode alterar essa conjuntura. Há outros elementos que contribuem para a inadimplência de muitos estudantes, por exemplo o fato de muitos estudantes confundirem o Fies com uma bolsa de estudos, de modo que não planejam a fase de amortização do contrato. A autora também chama atenção para o fato de que muitas pessoas não se sentem moralmente constrangidas em dever para o Estado, não as incomoda muito dever para o governo.

Além das motivações expostas, muitos estudantes confiam/esperam excessivamente no governo, afirmando que é um dever do Estado ajudar aqueles que não tem condições. Há também a falta de pretensão, ou seja, o estudante não pretendia ingressar no ensino superior, mas cursou devido as facilidades encontradas, logo o compromisso com as responsabilidades contraídas é substancialmente menor. Por fim, a autora chama a atenção para a inocência, ou seja, um importante mitigador da inadimplência seria um aconselhamento sobre a escolha o curso, as questões específicas do contrato e o planejamento de longo prazo.

A partir do panorama acima explicitado, o Fies passa a ter um alto índice de

inadimplência durante o segundo mandato da ex presidente Dilma Rousseff e governo Michel Temer como veremos nos dados de reportagens a seguir.

Em maio de 2016, o jornal Estadão veiculou que em razão da crise econômica no país, foram criados critérios mais rigorosos para alunos que queriam estudar através do Fies. Em uma publicação da Revista Veja de 24 de novembro de 2016, a partir da análise do Tribunal de Contas da União, concluiu-se que houve muita flexibilidade para alunos se enquadrarem nos requisitos do Fies, a ponto de em 2013, 98% dos jovens se enquadravam nos critérios. Com o cenário de instabilidade econômica no país após 2014, a taxa de inadimplência de alunos aumentou consideravelmente, como veremos nas publicações jornalísticas adiante.

A inadimplência do número de contratos do Fies, levou o então Ministro da Educação, Mendonça Filho, a propor que os empréstimos do Fies fossem pagos com descontos nos salários dos estudantes, a medida que esses estudantes estivessem trabalhando, conforme publicação da EBC- Agência Brasil, em 2017.

Foi publicado no portal virtual de notícias da Globo, o G1, em 07/06/2018 que a inadimplência do Fies dobrou desde 2014, pois, o número mais que dobrou de 18,9%, em 2014 para 41% em março de 2018. No mês seguinte, o Presidente Michel Temer publicou a lei número 13.582 que possibilitou a renegociação de dívidas de alunos inadimplentes a partir do segundo semestre de 2018 (BRASIL, 2018).

No levantamento feito pela Secretaria do Tesouro Nacional com o apoio do MEC durante o governo Temer (2016-2018) foi pontuado que uma das razões da inadimplência de muitos alunos, decorria do fato de muitos estudantes não terem muita clareza sobre a natureza do crédito que eles estavam recebendo, não sabiam se tratava de uma bolsa ou financiamento.

Cristovam Buarque (2018) considerou o endividamento de estudantes com o Fies como “uma tragédia nacional”. Pois segundo ele, esses estudantes não conseguiam emprego e não davam retorno financeiro/social ao país. Logo depois da afirmação de Buarque, o MEC divulgou o número de mais 450 mil estudantes inadimplentes com uma dívida total de 10 bilhões de acordo com a publicação da Empresa Brasil de Comunicação EBC.

Em 2018, foi nomeado um novo Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva. O ministro afirmou que havia inadimplência de 61% nos contratos do Fies e que os rombos chegavam a pelo menos 20 bilhões de reais. Ele defendeu mudanças para o programa de acordo com publicação da EBC Brasil.

O site do Senado Federal publicou que Michel Temer sancionou o novo Fies. Nas mudanças feitas pelo então presidente, estão as seguintes informações: o período de carência de 18 meses não mais se configuraria, doravante, o estudante iniciaria o pagamento a partir da

conclusão do seu curso; seriam ofertadas 100 mil vagas com juro zero para estudantes com renda familiar de até três salários mínimos. Essas publicações em jornais chamam a atenção para dois fatos, o primeiro diz respeito ao número de alunos inadimplentes com o Fies a partir de 2014 em razão, como já exposto, do cenário de instabilidade econômica no país; e o segundo para as mudanças feitas no fim do primeiro mandato e início do segundo mandato de Dilma Rousseff e no governo Michel Temer.

Essas mudanças tiveram como objetivo criar métodos mais rigorosos para a admissão de novos contratos e tentar criar meios de resolução para o déficit orçamentário do programa de financiamento estudantil. Buscando compreender os elementos políticos e sociais que levam ao endividamento dos estudantes para com o Fies a partir de 2014, discorreremos adiante nosso levantamento bibliográfico sobre o tema.

1.6 A produção de conhecimento sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) como acesso ao Ensino Superior.

Assumimos como perspectiva teórica para a compreensão das políticas públicas educacionais, sobretudo o Fies, o *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992) através do qual podemos analisar o processo de formulação das políticas públicas, o papel do Estado, das redes de influências e as abordagens históricas das políticas educacionais. Essas problematizações estão vinculadas às análises dos contextos sociais, políticos e econômicos e também dizem respeito à avaliação das políticas educacionais específicas e dos programas que as materializam. Essas perspectivas são de extrema importância para a discussão e o aprofundamento do campo de produção de conhecimento sobre as políticas educacionais.

A utilização do *ciclo de políticas* envolve uma diversidade de procedimentos para coleta de dados; análise do contexto da produção do texto que pode envolver a análise de textos e documentos, entrevistas com os autores de textos de políticas. Além do explicitado, o *ciclo de políticas* possibilita a análise das trajetórias de políticas públicas e demais programas educacionais, percebendo a sua complexidade e o seu processo de formulação e implementação (MAINARDES, 2009).

Para Viegas (2014) os elementos do *ciclo de políticas* contribuem para a compreensão dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais. Através do *ciclo de políticas* podemos melhor compreender os textos das políticas, as

pressões oriundas dos diferentes discursos e os atores sociais envolvidos na formulação de políticas e nas suas implementações. Essa perspectiva teórica também nos possibilita a compreensão de como essas políticas estão sujeitas a mudanças e transformações, pois cada aspecto relacionado à formulação, à implementação e à avaliação decorrem das relações de poder, dos interesses, e dos grupos de atores sociais que constituem esses aspectos.

Inicialmente levantamos dados da pesquisa: *Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: Políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil?* da autora Paula Roberta Miranda e do autor Mário Luiz Neves de Azevedo, eles buscam analisar as políticas públicas voltadas para a expansão do ensino superior no Brasil, sobretudo o Fies e o ProUni.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa. Os autores discutem a partir de dados do governo federal, sobretudo, informações do Ministério da Educação dos governos FHC (1995-2002), Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Portanto, os autores fazem uso do *contexto de produção de texto do ciclo de políticas*, Mainardes (2006). Os dados recolhidos dizem respeito às IES privadas no Brasil nos períodos analisados. Além das informações do governo federal, coletadas em sites oficiais. Os autores se baseiam em trabalhos que discutem as relações entre a educação e o capitalismo, tais como Carvalho (2017) e Chesnais (1996). Baseiam-se também em autores que discutem o financiamento da educação superior a partir de Corbucci (2004), Di Pietro (2008) e Gomes (2008).

No que diz respeito ao *ciclo de políticas*, podemos dizer que eles buscam perceber quais são os “efeitos” dessas políticas educacionais, pontuando que o Fies e o ProUni contribuíram para que o processo de democratização ao acesso do ensino superior no Brasil se ampliasse, entretanto, esses programas também contribuíram para que houvesse um crescimento das instituições de ensino superior privadas no Brasil.

No que diz respeito ao *ciclo de políticas no contexto de produção de texto*, os autores fazem uso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que deu fundamentos para o financiamento da educação superior privada no Brasil. Azevedo e Miranda (2020) inferem que o Fies está inserido em um projeto político-econômico, que deu ao ensino superior no Brasil uma nova face.

De acordo com os autores, o governo FHC foi marcado por intensas mudanças nas questões relacionadas a administração do Estado, essas mudanças se configuraram pelas políticas econômicas e sociais que foram pensadas por organizações internacionais e o Fies se insere nesse processo, pois o programa sofreu influências das orientações do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Sob a ótica do *ciclo de políticas*, dentro do *contexto de produção do texto*, percebemos na pesquisa a discussão de textos políticos relacionados as transformações do Crédito Educativo e o surgimento do Fies em 1999 e suas reconfigurações em 2010, os autores pontuam que uma das primeiras ações do ex presidente Fernando Henrique Cardoso, foi promover mudanças no Crédito Educativo (Creduc) e através de suas reformulações, houve a criação do Fies.

Segundo os autores, as mudanças do Fies introduzidas a partir do ano de 2010, contribuíram para um aumento expressivo no número de estudantes que passaram a usar o programa. Conforme o censo da educação superior de 2013, havia aproximadamente 5,3 milhões de estudantes matriculados em faculdades privadas, sendo que 1,9 milhão estudavam mediante o Fies. Com os dados trazidos pelos autores acerca do exponencial aumento no número de estudantes que passaram a usar o Fies, percebemos o *contexto dos efeitos*, dentro do *ciclo de políticas*, haja vista que os autores discutem como o Fies repercutiu a nível de efeitos práticos para os estudantes universitários.

De acordo com os dados levantados, a partir do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) aproximadamente 96% dos estudantes pertenciam às classes C, D e E. O que demonstra que o programa estava pensando em inserir no ensino superior, classes sociais subalternizadas. Segundo o Relatório de Gestão do Fies de 2016, o número de estudantes que cursavam ensino superior através do programa chegava a 2,1 milhões.

Para os autores, Lula preservou os interesses da burguesia nacional, através de parcerias com o setor privado no Brasil. Logo, tanto o governo Lula (2003-2010), quanto o governo Dilma (2011-2016) contribuíram para a privatização da educação superior no Brasil, a partir das demonstrações do crescimento das instituições de ensino superior no Brasil e o aumento de lucro dessas instituições. Trazendo a ótica do *ciclo de políticas* de no *contexto de influência*, percebemos que o governo Lula sofreu influência de grupos empresariais na expansão e nova caracterização do Fies, dialogando com a iniciativa privada.

Nas suas análises finais, Azevedo e Miranda (2020) pontuam que a reforma administrativa e financeira que ocorreu na educação a partir da década de 1990, criou o cenário para o processo de financeirização da educação, contribuindo para a formação de grandes empresas nacionais de educação. Ainda segundo os autores, o Fies atendeu aos interesses do grande capital financeiro.

A segunda pesquisa utilizada em nosso levantamento, foi a de Vinícius Botelho e Samuel Pessoa, intitulada: *Financiamento Estudantil No Brasil: Como definir sustentabilidade?* O trabalho configura-se metodologicamente como quali-quantitativo,

fazendo uso de dados e informações do Governo Federal, sobretudo no que diz respeito as informações do Ministério da Educação e Ministério da Fazenda, portanto, faz uso do contexto da produção de texto do *ciclo de políticas*, ao passo que utiliza-se fundamentalmente de textos políticos governamentais (BOTELHO; PESSOA, 2016; MAINARDES, 2006).

A pesquisa pontua inicialmente que nos últimos vinte anos, houve um grande aumento no número de alunos em faculdades privadas, de acordo com os dados do Inep. Ressaltando que entre 1993 e 2013, o número de alunos no ensino superior aumentou para um milhão e meio de pessoas. Os autores continuam a discussão problematizando as características que possui o Fies e as mudanças que acometeram o programa contribuindo para um aumento significativo de estudantes para quase 2 milhões de estudantes em 2014.

Segundo Botelho e Pessoa (2016) o programa busca atingir pessoas de baixa renda, reiteram que o Fies busca atingir uma demanda real da sociedade, outrossim, os autores reiteram os riscos que o programa traz de inadimplência para os estudantes que o utilizam. Ademais, os autores também criticam o fato de que o programa passou a beneficiar estudantes que poderiam pagar pelas mensalidades no ensino superior, isto após as mudanças feitas no programa em 2010. Sob a perspectiva do *ciclo de políticas*, percebemos no trabalho deles, o *contexto dos efeitos*, que nesse caso diz respeito aos estudantes que endividaram-se com o Fies, e outros que podiam pagar as mensalidades do programa, embora mesmo assim faziam uso do financiamento estudantil (MAINARDES, 2009).

Outro risco que há no que diz respeito ao pagamento desses estudantes ao financiamento adquirido, refere-se a questão de empregabilidade, algo que nem sempre estará no controle desses estudantes. Mesmo com alguns critérios mínimos para que o aluno consiga o financiamento, como uma nota mínima numa prova nacional, tal como o Enem, as questões relacionadas ao mercado independem do potencial acadêmico desses estudantes. Onde novamente percebemos o *contexto dos efeitos* no *ciclo de políticas*, ao perceber as questões que envolvem os estudantes recém formados e endividados com o programa (BOTELHO; PESSOA, 2016; MAINARDES, 2006).

Somadas as questões acima, Botelho e Pessoa (2016) começam a discutir a sustentabilidade do Fies, considerando a alta taxa de inadimplência e os recursos orçamentários para o programa. A pesquisa também discute o retorno social que o Fies possui, ou seja, a democratização do acesso ao ensino superior contribui para o aumento da renda dos estudantes, uma vez que, formados, esses estudantes, atuam no mercado de trabalho e dão um retorno social com uma mão de obra mais qualificada.

De acordo com Mainardes (2009) podemos perceber novamente o *contexto dos efeitos*,

no ciclo de *políticas*, uma vez que as políticas públicas tem efeitos, que constituem os elementos que podem ser observados na prática, a partir de uma determinada política pública, nesse particular vemos o aumento da renda para os estudantes recém formados e que estudaram mediante o Fies.

Esse retorno social que o Fies pode possibilitar ao estudante, diz respeito a questão salarial desse aluno e a questão da empregabilidade, outrossim, como já foi ressaltado, uma questão preocupante é a probabilidade de inadimplência, uma vez que é imprevisível definir quando esse aluno terá renda no futuro, assim bem qual será a sua real capacidade de pagamento. Nesse caso, observamos dois efeitos dessa política pública, o primeiro diz respeito a empregabilidade do estudante recém formado e também o risco de inadimplência no pagamento do financiamento estudantil (BOTELHO; PESSOA, 2016; MAINARDES, 2009).

De acordo com Botelho e Pessoa (2016) o programa precisa ser pensado levando em consideração essas questões levantadas, no que diz respeito a capacidade de pagamento dos estudantes, os alunos podem ter uma capacidade maior ou menor de pagamento, o que nem sempre pode ser verificado pelas instituições de ensino superior, muito menos pelo governo federal. Sobretudo em momentos de instabilidade econômica em um país, a questão do pagamento e endividamento do aluno, fica ainda mais imprevisível. Portanto, a pesquisa pontua que a probabilidade de inadimplência dependerá também da disposição do estudante para o pagamento e a capacidade de pagamento em si.

A capacidade de pagamento depende da questão salarial do estudante, e da empregabilidade, são duas questões que andam conjuntamente. Outro aspecto a se considerar, diz respeito às incertezas desses alunos no mercado de trabalho. Há muitas incertezas ao decorrer do tempo, pois há períodos em que a taxa de desemprego é maior ou menor, assim como, há períodos em que a renda se expande e outros momentos ela se contrai.

Em suas análises finais, os autores pontuam que para se fazer uma análise sobre a sustentabilidade do Fies, é necessário perceber as questões relacionadas aos salários dos estudantes e sua empregabilidade, torna-se também importante perceber as falhas do mercado. É preciso avaliar os recursos que permitem bancar o programa e o retorno social do Fies (BOTELHO; PESSOA, 2016).

Nessa perspectiva também levantamos dados da terceira pesquisa que utilizamos, dos autores João Ribeiro dos Santos e Vera Lúcia Jacob Chaves, intitulada: *Expansão e Financiamento da Educação Superior Privado-Mercantil: FIES e endividamento público*. Os autores reiteram a importância do Fies na expansão do ensino privado e tem como objetivo

problematizar a discussão sobre o financiamento da educação no âmbito privado através do Fies.

A pesquisa foi elaborada a partir do levantamento de dados oficiais, considerando as publicações do Diário Oficial da União, entre os anos de 2013 e 2015. Também foram analisados os títulos da dívida pública emitidos em favor das instituições privadas de ensino. São também considerados os números de contratos celebrados e a quantia financeira liberada para o Fies, demonstrando que a emissão de títulos da dívida pública, contribuiu para o endividamento público. Os autores, analisam os dados dos números de contratos do Fies celebrados entre os anos de 2000 a 2014, baseando-nos no *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992) vemos que os autores utilizam-se do *contexto de produção* de texto, ao analisarem dados de documentos públicos oficiais.

Em decorrência do cenário de crise econômica e política no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (2015-2016), o (Fies) sofreu alterações com vistas a reduzir o número de contratos, doravante, a nota mínima para o aluno que concorreria a vaga, precisaria ser de 450 pontos no enem, assim como também o aluno não poderia ter zerado a nota redação (CHAVES; SANTOS, 2016).

Os dados expostos contrariam as mudanças ocorridas no Fies em 2010, quando houve uma grande expansão do programa, sobretudo no que diz respeito aos estudantes que passaram a estudar mediante o Fies. A taxa de juros foi reduzida para 3,4% ao ano. O estudante poderia financiar até 100% do curso. O período para que o aluno começasse a pagar, ou seja, o período de carência foi ampliado para 18 meses após o término do curso, além dessas mudanças, também foi criado o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que possibilitou a entrada de mais estudantes no programa, sem que precisassem de fiador.

Todas essas mudanças levaram a um grande aumento no número de estudantes usando o Fies. Porém, a partir de 2014 diante de um cenário econômico instável, as mudanças a partir de então, tiveram como intuito a diminuição no número de contratos, portanto, as mudanças no programa nos anos de 2010 e 2014 são bastantes destoantes com as novas medidas tomadas no fim do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff e início do segundo. A partir das novas mudanças, foram exigidos alguns critérios mínimos para que o estudante pudesse ter acesso ao Fies, como já mencionamos. No ano de 2015, em decorrência dos cortes orçamentários feitos no Ministério da Educação, houve a diminuição no número de parcelas anuais dos repasses do Fies às instituições parcelas, de 12 para 8, e também destacou-se o aumento na taxa de juros ao ano de 3,4% para 6,5%. Baseados no documento *Orientações*

do Fórum- ProUni e Fies de 2012, os autores pontuam que o aumento no número de alunos implica no aumento no número de recursos públicos, para às instituições privadas de ensino superior. Ressaltam que toda essa expansão do programa de financiamento, está atrelada aos movimentos do capital financeiro. Ou seja, aos interesses do mercado educacional. Os autores fazem uso do *contexto de produção de texto*, do *ciclo de políticas*, ao analisarem documentos públicos e seus reflexos políticos.

Para os autores, o Fies ao se apropriar de fundos públicos para instituições privadas, contribui para que a educação seja tratada como mercadoria. Eles discutem que essa mercantilização da educação, ganhou mais notoriedade no Brasil a partir dos anos 2000. Reiteram que o Fies segue as orientações do Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. Esses organismos internacionais, buscam intensificar o processo de privatização dos serviços públicos, principalmente na América Latina, nos países considerados como países de capitalismo periférico. Nesse sentido, percebemos o *contexto de influência* no *ciclo de políticas*, ao passo que notamos como organismos internacionais reverberam no Fies (MAINARDES, 2006).

Dentre outras recomendações do Banco Mundial, é orientado uma melhor mobilização dos fundos públicos para o ensino superior, tendo como intuito a melhoria dos gastos públicos. O Banco Mundial também sugere cobranças nas mensalidades nas universidades públicas, ou seja, dando um caráter mercadológico às universidades. Nessa perspectiva mercadológica, o Fies atende as orientações do Banco Mundial, onde os estudantes precisam recorrer à empréstimos financeiros. Os autores pontuam que o endividamento público fortalece a ideia da educação como mercadoria.

Nas suas análises finais, Chaves e Santos (2016) reiteram que a emissão de títulos financeiros, que são certificados com o Tesouro Nacional, emitidos em favor das instituições privadas de ensino superior em decorrência do Fies, contribui para o aumento da dívida pública. Para os autores, o Fies se configura, como uma ação do Estado que permite o financiamento do setor privado/mercantil, porém, isso contribui para o endividamento público, gerando reverberações na sociedade.

Em nosso levantamento bibliográfico, destacamos também a nossa quarta pesquisa de Vera Lúcia Jacob Chaves e Nelson Cardoso Amaral, intitulada: *Política de expansão da educação superior no Brasil - O ProUni e o Fies como financiadores do setor privado*. A pesquisa tem uma metodologia quanti-qualitativa, baseia-se em dados do Governo Federal, sobretudo do Ministério da Educação e websites da Receita Federal. A pesquisa busca analisar a expansão do ensino superior e o Fies e o ProUni como financiadores desse processo, assim

bem como a influência de organismos internacionais nos programas de financiamento na educação. Sob a ótica do *ciclo de políticas*, a pesquisa faz uso do *contexto de produção de texto e contexto de influência* (MAINARDES, 2009).

Para os autores, o Consenso de Washington, possuiu dentre outras características, a finalidade de ampliar o mercado educacional, nesse sentido, o Fies vem sofrendo a influência de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. No Brasil, essas relações entre o mercado financeiro e a desregulamentação dos fluxos financeiros, caracteriza-se desde o governo Itamar Franco (1992-1994). A influência de organismos internacionais no Brasil, além do Fies, pode ser observada na Lei de Responsabilidade Fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso, a lei impõe gastos responsáveis, dentro do orçamento público, dentre outras especificações. Uma das principais exigências do Banco Mundial.

Amaral e Chaves (2016) pontuam que os governos petistas mantiveram inicialmente a mesma política de valorização financeira internacional do governo FHC, edeu continuidade as parcerias público-privadas, o que para os autores, caracteriza a transferência de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada. Em momentos de crises econômicas, as medidas liberalizantes tendem a ter mais influência na economia e sociedade, a exemplo da crise de 2008 que se expandiu pelo mundo ocidental, levou vários países a fazerem cortes de gastos, e as políticas sociais terminam sentindo essas reverberações e a educação passa a ser vista como um produto comercializável.

Através de dados do governo federal, os autores demonstram um forte crescimento no número de alunos que passaram a utilizar o Fies e o ProUni, e conseqüentemente passaram a ter acesso ao ensino superior, o número de matrículas aumentou de 2.434.650 matrículas em 2002 para 5.867.011 em 2014, ou seja, um aumento de 141%. Chamamos a atenção para o *contexto dos efeitos do ciclo de políticas*, ao passo que observamos os “efeitos” dessa política pública no aumento do número de alunos em IES através do Fies (AMARAL; CHAVES, 2016; MAINARDES 2009).

No governo Dilma Rousseff houve uma elevação no número de estudantes que passaram a usar o Fies, aumentando também os recursos públicos para o programa. Uma das orientações do Banco Mundial para a educação superior na América Latina é que essa oferta de ensino seja feita através de instituições privadas. Para os autores, o Fies se destina a jovens que não tem condições de pagar mensalidades em instituições privadas, porém, muitas vezes esses jovens acabam tendo que lidar com outro problema que é a questão da inadimplência, por depois não se inserirem no mercado de trabalho, e por conseguinte, não terem condições

de pagar o financiamento (AMARAL; CHAVES, 2016)

Em suas análises finais, os autores pontuam que a expansão da educação superior no Brasil, encontra-se envencilhada ao setor privado. E que os recursos públicos do Fies destinados às instituições privadas contribui de forma fundamental para o aumento quantitativo no número de matrículas dos estudantes. Por outro lado, esses recursos relocados para o setor privado, aumentam não só a dívida pública do país como também são sujeitos a altos índices de inadimplência dos estudantes.

A quinta pesquisa, que nos baseamos em nossa revisão bibliográfica, tem como título: *Análise do risco de inadimplência dos estudantes beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)* de Taissa de Lima Sanches. A pesquisa tem como objetivo classificar em faixas de risco de inadimplência para os estudantes financiados através do Fundo de Financiamento Estudantil, percebendo de que maneira o programa poderia ser melhorado, assim bem como poderia haver um maior conhecimento sobre os estudantes financiados a pesquisa tem uma metodologia quali-quantitativa.

Sanches (2018) reitera que cada vez mais instituições financeiras estão tendo quelidar com a inadimplência, uma vez que, há muitas incertezas do recebimento da dívida que foi contraída. E no que diz respeito ao Governo Federal e o Fies, seria necessário mais análises sobre essas incertezas, com vistas à diminuição de maiores riscos.

A pesquisa faz uma contextualização histórica do Fies, destacando os sucessivos ajustes que o Fies tem passado, desde o governo FHC, passando pelo governo Lula e chegando ao governo Dilma, descatando a importância de previsões governamentais no que diz respeito à inadimplência. A autora pontua que a questão da inadimplência dos alunos universitários que estudaram mediante o Fies, é problemático não apenas para os próprios estudantes, como também é prejudicial para a continuidade do próprio programa (SANCHES, 2018).

Baseada nos dados do Tribunal de Contas da União, a autora analisa a necessidade de se avaliar a sustentabilidade do Fies, avaliando os contratos, e as questões orçamentárias do programa. Para Sanches (2018) é também necessário analisar o impacto que o Fies possui sobre o trabalhador formal. Uma vez que sua pesquisa utiliza-se de dados oficiais do governo, documentos governamentais e busca perceber as questões de inadimplência dos estudantes e o Fies, percebemos a utilização do *contexto de produção de texto* e *contexto dos efeitos do ciclo de políticas* de Ball e Bowe (1992).

A autora discute algumas questões de como o crédito educacional pode apresentar riscos. Ela discute inicialmente que os estudantes matriculados nem sempre conhecem completamente a sua capacidade de pagamento, também pontua que os alunos nem sempre

estão cientes da probabilidade de sucesso ou não em suas áreas de estudos. Também reitera que há incertezas quanto o valor do investimento, o que parece um bom investimento no início do curso, pode não ser no fim do curso. E por último pontua que principalmente os estudantes mais pobres socialmente, nem sempre tem informações sobre os resultados possíveis da conclusão do nível superior.

Sanches (2018) pontua que o Fies pode aumentar o acesso ao ensino superior, por uma parte da população que não tem condições para pagar uma faculdade privada. Porém a autora observa que os índices de inadimplência na região Sul do país é menor que outras regiões, avaliando as condições de melhores oportunidades no mercado de trabalho nessa região. Pontuando que em regiões com maiores níveis de empregabilidade, o índice de inadimplência tende a ser menor.

Além disso, a autora pontua que a idade média dos estudantes que aderiram o financiamento foi de 23 anos, mostrando que provavelmente esses estudantes aderiram ao programa, logo após a conclusão do seu ensino médio, e avalia que nas famílias com maior índice de renda, as taxas de inadimplência são menores. Outro aspecto trazido na discussão da autora, consiste no fato de que o curso feito pelo estudante e o estado da federação onde cursou são variáveis para casos de inadimplência.

A última pesquisa que nos baseamos em nossa revisão bibliográfica, a sexta pesquisa foi a dissertação de Mestrado intitulada: *Financeirização na Educação Superior Privada Brasileira: Permanência por Endividamento, Expansão por Benefício Público* de Lucas Bressan de Andrade da Universidade Estadual de Campinas. No que refere ao uso teórico do *ciclo de políticas* de Ball e Bowe (1992), percebemos que o autor faz uso do contexto de produção de texto, ao problematizar documentos públicos e leis relacionadas ao Fies, também encontramos elementos do contexto dos efeitos, em decorrência dos resultados de inadimplência e possibilidade de pagamento apresentados pelo autor.

A pesquisa analisa a financeirização da educação privada brasileira, sobretudo nos governos Lula e Dilma. Percebendo o papel do Estado nesse processo através do Fies, analisando um crescente número de alunos beneficiados e progressivamente endividados. Inicialmente o autor destaca a criação do Fies no governo FHC, primeiramente com uma medida provisória em 1999 e depois com a transformação em Lei em 2001, pontuando que o programa era bastante limitado, dos estudantes que cursavam ensino superior privado, apenas 4% usavam o programa no ano da criação do programa e que esse número foi se reduzindo ainda mais nos anos finais do governo FHC.

A pesquisa discute as medidas efetivadas pelo ex presidente Lula com vistas à

ampliação do programa, como a redução da taxa de juros para 6,5% ao ano, e os cursos que passaram a ser prioritários como os cursos superiores de tecnologia, licenciaturas em física, química, matemática e biologia, cursos de medicina, engenharia e geologia e a possibilidade de se financiar 100% do curso. Com as mudanças feitas por Lula em 2010, o programa passou a ter ainda mais relevância, inclusive com a participação do Banco do Brasil e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Com as novas mudanças no Fies em 2010, como redução da taxa de juros para 3,4%, início do pagamento 18 meses após a conclusão do curso, e 3 vezes a duração do tempo de curso para o pagamento. Houve um aumento no montante de alunos beneficiados. Diante de um cenário de instabilidade econômica, o Governo Dilma Rousseff fez mudanças no programa com vistas a diminuição no número de contratos, em outros trabalhos já trouxemos os elementos de mudanças, feitas pela ex Presidente.

O autor pontua que em decorrência do cenário de crise econômica e conseqüentemente a diminuição de vagas de trabalho, a possibilidade dos jovens não conseguirem pagar tende a aumentar. Avalia que em 2014, o endividamento médio por aluno, chegava a 40 mil reais.

Em 2017, 46,41% dos contratos em amortização se encontravam inadimplentes. Sendo que mais da metade desses contratos estavam com mais de 180 dias de atraso. O autor pontua que o financiamento é uma aposta, caso ela não se realize de uma forma promissora, o estudante pode ser colocado em uma situação ainda de maior fragilidade do que anteriormente se encontrava, antes do financiamento. Para o autor, através do Fies, as camadas mais pobres podem ter acesso a cursos superiores através do endividamento, entretanto, esse endividamento, traz incertezas e comprometimento no presente e futuro (BRESSAN, 2018).

Em suas análises finais, o autor pontua que a empregabilidade dos cursos realizados pelos estudantes é importante para se avaliar a questão do endividamento. O levantamento feito por ele mostra que os cursos na área de exatas leva a maiores salários e por conseguinte, a melhores condições de pagamento, ao passo que cursos na área de humanas, apresentam menores índices de empregabilidade e mais baixos salários.

Ao utilizar documentos governamentais, assim bem como buscar perceber os efeitos das novas medidas que atravessaram o Fies, percebemos que o autor faz uso do *contexto de produção de texto e contexto dos resultados/efeitos do ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992).

Visando uma compreensão mais didática da nossa revisão bibliográfica sobre a questão da inadimplência do Fies, realizamos um mapa com os principais conceitos explicitados que encontramos nas nossas 06 pesquisas.

Tabela 1- Levantamento bibliográfico sobre financiamento estudantil

Autor (a)	Metodologia e Fontes	Principais Ideias	Conclusões
Paula Roberta Miranda e Mário Luiz Neves (2020)	<p>-Metodologia Qualitativa.</p> <p>-Utilizam-se de documentos públicos do MEC dos governos FHC, Lula e Dilma.</p> <p>-Sites oficiais e LDB e Informações sobre IES dos referidos governos.</p> <p>-Uso de dados do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)</p>	<p>-Analisam as políticas públicas voltadas para a expansão do ensino superior no Brasil, destacam o Fies e ProUni.</p> <p>-LDB fomentou a iniciativa privada no Brasil.</p> <p>-Fies e ProUni contribuíram para a expansão do ensino superior no Brasil.</p> <p>-Transformações no Creduc e o surgimento do Fies.</p>	<p>-Instituições internacionais como o FMI e BM influenciaram o Fies.</p> <p>-Reformas administrativas no Estado brasileiro contribuíram para a financeirização da educação.</p> <p>-Governos Lula e Dilma contribuíram para a privatização da educação no Brasil.</p>
Vinicius Botelho e Samuel Pessoa (2016)	<p>-Metodologia Quali-Quantitativa.</p> <p>-Utilizam-se de dados do MEC e Ministério da Fazenda.</p> <p>-Uso de dados do Inep.</p>	<p>-Crescimento nos últimos 20 anos de IES privadas.</p> <p>-Risco de inadimplência para os estudantes que usam o Fies.</p> <p>-Questão da empregabilidade para estudantes que usam o Fies.</p> <p>-Retorno social para os beneficiários do Fies.</p>	<p>-Há uma alta taxa de inadimplência de estudantes para com o Fies.</p> <p>-Imprevisibilidade de pagamento e emprego para beneficiários do Fies.</p> <p>-Necessidade de se avaliar os recursos que bancam programa e o seu retorno social.</p>
João Ribeiro dos Santos e Vera Lúcia Jacob Chaves (2016)	<p>Metodologia Quali-Quantitativa. Uso de dados do Diário Oficial da União e de Títulos da Dívida Pública. Uso de dados do MEC e do documento “Orientações do Fórum – ProUni e Fies” de 2012.</p>	<p>-Importância do Fies para a expansão do setor privado educacional.</p> <p>-Endividamento público.</p> <p>-Crise econômica e política no governo Dilma e alterações no Fies pós 2015.</p>	<p>-Expansão de IES privadas e fortalecimento da mercantilização da educação.</p> <p>-Fies e orientações do BM e FMI.</p> <p>-Caráter mercadológicas das universidades.</p>
Vera Lúcia Jacob Chaves e Nelson Cardoso Amaral (2016)	<p>Metodologia Quali-Quantitativa. Uso de dados do MEC e websites da Receita Federal.</p>	<p>-Fies responsável pela expansão do ensino superior.</p> <p>-Organismos internacionais como a OCDE, BM e FMI</p>	<p>-Lula e Dilma deram continuidade as parcerias público-privadas.</p> <p>-Exponencial</p>

		<p>influenciam o Fies.</p> <p>-Fies destinado a jovens que não podem pagar IES privadas.</p> <p>-Inadimplência e desemprego afetando jovens recém formados.</p>	<p>crescimento no número de beneficiários do Fies.</p> <p>-Recursos públicos relocados para o setor privado.</p> <p>-Aumento da dívida pública e inadimplência de beneficiários do Fies.</p>
Taissa de Lima Sanches (2018)	<p>Metodologia Quali-Quantitativa.</p> <p>-Uso de dados do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>-Classificação das faixas de risco de inadimplência para beneficiários do Fies.</p> <p>-Cada vez mais IES estão tendo que lidar com inadimplência.</p> <p>-Importância das previsões governamentais com relação a inadimplência.</p>	<p>-Necessidade de se perceber a importância do Fies para o estudante.</p> <p>-Fies pode apresentar riscos com relação a capacidade do beneficiário de pagamento.</p> <p>-Regiões mais ricas do país apresentam menos taxas de inadimplência.</p>
Lucas Bressan de Andrade (2018)	<p>Metodologia Quali-Quantitativa.</p> <p>-Uso de documentos governamentais.</p> <p>-Uso de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)</p>	<p>- Financeirização da educação brasileira nos governos Lula/Dilma.</p> <p>-Estado desenvolveu um papel importante na promoção do Fies.</p> <p>-Mudanças no Fies em 2010 e ampliação do programa.</p> <p>-Crise econômica e endividamento estudantil.</p>	<p>-Grande parte dos beneficiários encontram-se endividados.</p> <p>-Os estudantes endividados estão entre as camadas mais pobres da população.</p> <p>-Questão da empregabilidade vencilhada a inadimplência.</p>

Fonte: do autor

A partir dos levantamentos bibliográficos entendemos que os elementos que embasam nossa justificativa, baseiam-se nos seguintes aspectos, entendemos que uma formação no ensino superior contribui exponencialmente para o ingresso de jovens no mundo do trabalho, contribuindo significativamente para a sua mobilidade social, e que esse fenômeno ocorreu com milhões de jovens a partir de quando o Fies foi criado e sobretudo ampliado com as mudanças feitas durante o governo do ex presidente da república Luís Inácio Lula da Silva,

de modo que o número de jovens com contratos no Fies aumentou significativamente e essa expansão se configurou muito mais no governoda ex Presidenta Dilma Rousseff, a partir das reverberações das mudanças feitas no governo Lula refletindo no governo de sua sucessora política.

Outro aspecto a mencionarmos em justificativa consiste no fato de que em nossa revisão bibliográfica, percebemos que ainda existem poucas pesquisas acadêmicas problematizando a questão das mudanças feitas no Fies nos governos Dilma/Temer e as reverberações dessas mudanças na vida de alunos, em termos de possibilidade de conclusão de seus cursos, iniciação de novos cursos, assim bem como a questão do endividamento desses estudantes, que é o elemento central de nossa pesquisa, sobretudo levando em consideração o Fies modificado e o cenário econômico e social do Brasil após a instabilidade econômica de 2014/2015.

Possuimos como problema de pesquisa:

- *De que maneira cenário de instabilidade econômica e as mudanças institucionais feitas pela ex presidente Dilma Rousseff e Michel Temer no Fies, reverberaram sobre os estudantes de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, a partir do olhar desses estudantes, houve ascensão social e/ou inadimplência a partir de suas formações?*

Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral: compreender como as Políticas Educacionais de Financiamento Estudantil no Ensino Superior (Fies), afinado com o neoliberalismo repercutiu na vida social e acadêmica e de estudantes na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, a partir de mudanças que foram feitas no programa no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (2015-2016) e no governo Michel Temer (2016-2018).

- Visando alcançar o objetivo geral, temos como objetivos específicos:
- Identificar, na visão de alunos egressos que concluíram seus cursos de licenciatura em História se houve ascensão social proveniente da conclusão dos seus cursos;
- Mapear as dificuldades que esses estudantes egressos tiveram, mesmo utilizando o Fies para custear suas licenciaturas;
- Verificar se os alunos egressos dos curso de História também estão endividados após a conclusão de seus cursos.

2. O NEOLIBERALISMO E SUAS REVERBERAÇÕES NA EDUCAÇÃO

2.1. O Neoliberalismo: breves considerações históricas

Ao longo do capítulo, discutiremos o surgimento do neoliberalismo, como ele se configura conceitualmente e, sob esse olhar, buscamos perceber as ressonâncias do neoliberalismo na América Latina e no Brasil, sobretudo a partir das políticas propostas pelo Consenso de Washington em 1989, que incidiram na reforma do Estado brasileiro e por conseguinte na financeirização do ensino superior no Brasil.

Segundo Anderson (1996), ao término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na Europa e na América do Norte, percebeu-se uma reação de natureza teórica e política contestando a perspectiva de um Estado intervencionista na economia e contrária às políticas do *Estado de bem estar social*. Essas ideias começaram a ganhar respaldo a partir da publicação do livro *O Caminho da Servidão* de Friedrich Hayek, em 1944. No livro, notamos ataques ideológicos aos mecanismos econômicos estatais, pois, Hayek (1944) defendia que o Estado constituía uma força ameaçadora à liberdade econômica e política, de modo que o neoliberalismo seria a proposição política econômica mais viável para o mundo pós guerra.

Com a finalização da Segunda Guerra Mundial, o neoliberalismo utilizou como instrumento para disseminar seus princípios políticos e econômicos, instituições financeiras com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹. Essas duas instituições foram criadas, respectivamente entre 1945 e 1946, através da Conferência Bretton Woods, que ocorreu nos Estados Unidos da América (EUA) em 1944, e teve o propósito de discutir as diretrizes econômicas internacionais após o conflito mundial (BASSO; BEZERRA NETO, 2014).

Para os autores, apesar de o neoliberalismo ter sido pensado na primeira metade dos anos 1940, ele foi implantado somente a partir dos anos 1970, período que foi marcado pela crise internacional do petróleo. Essa crise desencadeou uma recessão econômica no capitalismo, gerando baixas no crescimento e índices hiper inflacionários, de tal modo que o ideário neoliberal se notabilizou cada vez mais através da sua influência política, social e econômica na Europa e América.

¹ O Banco Mundial foi criado com o objetivo de auxiliar a reconstrução econômica dos países que foram devastados pela Segunda Guerra Mundial, e em seguida promover o crescimento dos países em seu desenvolvimento, já o Fundo Monetário Internacional foi criado para buscar socorrer os países que estão a ele associados sobretudo em casos de desequilíbrios transitórios em seus balanços de pagamentos, quando desequilíbrios econômicos acontecem, o FMI pode financiá-los com os denominados empréstimos compensatórios (GARCIA; VASCONCELOS, 2008). Entretanto, segundo Leher (1999), a influência das diretrizes políticas elaboradas no Consenso de Washington, isto é, as reverberações dos organismos financeiros FMI e BM estão devastando as economias periféricas, a exemplo dos países latino-americanos. Essas políticas ressoam na educação, contribuindo para que as orientações educacionais tomadas a partir desses organismos sejam convenientes ao capital em detrimento das políticas sociais.

Friedrich Hayek (2010) argumentava que as razões da crise econômica estavam no movimento operário, que reivindicava melhores condições de salário pressionando o Estado. Este, em resposta às reivindicações, gastava mais recursos financeiros com as políticas do *Estado de bem-estar social*. Segundo a perspectiva econômica neoliberal, medida em que o Estado destina mais recursos financeiros para gastos sociais, ele está setornando cada vez maior. Esse fenômeno pode constituir um problema para as contas públicas, que por sua vez se tornarão maiores. A defesa do Estado mínimo aparece na teoria econômica neoliberal justamente para que o Estado faça cada vez menos intervenções econômicas no âmbito social, e mantenha as contas públicas em dia.

Para Hayke (2010), as razões da crise econômica não consistiam nas crises cíclicas que o próprio capitalismo possui, outrossim, nos investimentos estatais com as políticas públicas sociais. Segundo Bresser Pereira (1993), as crises do capitalismo são crises cíclicas pois estão envencilhadas com o processo de esgotamento das relações de trabalho fordistas e tayloristas, que estão baseadas na produção eficiente e em larga escala.

As críticas feitas às políticas do *Estado de bem-estar social*² consistiam na tese de que esse modelo político econômico causava inflação, o que desencadeava em uma crise generalizada, de modo que para que essa crise fosse solucionada seria necessário manter um Estado que refreasse as reivindicações dos sindicatos e que controlasse os gastos públicos e reduzisse as intervenções econômicas. Em outros termos, para os intelectuais neoliberais havia a necessidade de um Estado reduzido na economia (ANDERSON, 1996).

No contexto da crise do petróleo e da busca pela estabilidade econômica fiscal, Para o Hayek (2010), devido aos efeitos da crise do petróleo nos 1970, buscando a estabilidade econômica fiscal, os governos precisaram adotar medidas econômicas que dialogavam com o ideário neoliberal, reduzindo os investimentos estatais com as políticas do bem estar social, ou seja, deveria haver uma diminuição de verbas no investimento para a saúde, educação, segurança pública e previdência social. Além desses cortes de verbas o Estado deveria manter uma determinada “taxa” de trabalhadores desempregados para que o poder dos sindicatos diminuísse e assim, esses se sujeitarem às medidas impostas do mercado.

À medida que o neoliberalismo gerou a abertura de mercados financeiros globais até mesmo contribuiu para um certo crescimento econômico, os custos desse crescimento foram

² O Estado de bem-estar social constitui um sistema de proteção social, construído nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, que atribui ao Estado uma função de intervir na sociedade com vistas à diminuição das desigualdades sociais. O modelo tornou-se muito conhecido no continente europeu no contexto Pós Segunda Guerra (1939-1945) (NOGUEIRA, MARIA, 2001).

bastante ambíguos, uma vez que o neoliberalismo levou a derrocada de movimentos sindicais, e a contenção dos salários dos trabalhadores devido ao aumentadas taxas de desemprego, todas essas medidas foram adotadas com vistas a reanimação do capitalismo em decorrência da crise do petróleo nos anos 1970 (BASSO;BEZERRA NETO, 2014).

Marcelo (2018) pontua que inicialmente o neoliberalismo foi adotado na Inglaterra com Margaret Thatcher e depois nos Estados Unidos com Ronald Reagan, surgindo como proposição política econômica para que vários países pudessem lidar coma crise do petrolífera dos anos 1970. De maneira geral, o neoliberalismo defende a redução do Estado no setor público e na economia, assim como a ampliação do mercado financeiro global. Nesse caminho, “a política neoliberal tenta responder as necessidades de recuperação e expansão da economia capitalista, que, em seu processo, gera contradições internas que precisam ser superadas para que se retome o desenvolvimento”(MARCELO, 2018, p. 101).

Para o autor, as transformações oriundas do neoliberalismo reverberam na revolução tecnológica, que acelera o modo de produção, reordena as relações de trabalho, substituindo o trabalho humano pelas máquinas, dividindo ainda mais as funções dos trabalhadores nas empresas.

O neoliberalismo pode ser percebido como um paradigma econômico e político que vem definindo a contemporaneidade. Ele consiste no conjunto de políticas econômicas que se refletem substancialmente na nossa vida social, através da sociedade de consumo. Na nossa História recente, ele foi associado a Ronald Reagan e Margaret Thatcher, como anteriormente mencionado, entretanto, o neoliberalismo tornou-se aprincipal tendência da política e da economia nas últimas décadas, de tal modo que não só a direita política é influenciada pelo ideário neoliberal, mas também partidos políticosde centro e até mesmo a esquerda política sente a sua influência (MC CHESNEY, 2002).

Para o autor, Margaret Thatcher (ex-primeira-ministra britânica de 1979 a 1990) e Ronald Reagan (ex-presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1988), tiveram como mentor político, o filósofo nipo-estadunidense Francis Fukuyama. Fukuyama foi uma figura chave e um dos mais relevantes ideólogos do governo Reagan, tornando-se um personagem importante no campo do conservadorismo neoliberal.

De acordo com Fukuyama (2018), a democracia liberal seria o destino final para os problemas sociais, nesse sentido, a democracia e a economia de mercado, ou seja, a economia neoliberal seria a melhor combinação dentro das possibilidades políticaseconômicas, pois a partir da perspectiva neoliberal, a democracia liberal estaria fundamentada na liberdade política e na liberdade econômica, ambas conjuntamente seriam responsáveis para a resolução

dos problemas sociais.

Após essas breves contextualizações históricas sobre o surgimento do neoliberalismo, doravante discorreremos sobre algumas características ideológicas que possui esse movimento político e econômico, buscando perceber algumas de suas proposições e contradições e seus reflexos no campo econômico, social e principalmente no campo educacional.

2.2 Neoliberalismo: conceituações principais

Chauí (2020) pondera que a proposta econômica neoliberal surgiu através de um grupo de economistas e cientistas políticos, reunidos em Mont Saint Pelérin na Suíça no final dos anos 1940. As ideias de Friedrich Hayek e do economista norte americano Milton Friedman se destacaram. Esses pensadores se posicionavam de modo contrário às políticas do *Estado de bem estar Social*, como já discutido. Ademais, esses intelectuais teciam críticas ao modelo econômico Keynesiano e a Social Democracia. Ambos pensadores defendiam a reordenação estatal na economia e na sociedade, ao passo que objetivavam:

- 1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse poderio dos sindicatos [...] (CHAUI, 2020, p. 309).

A autora infere que o ideário neoliberal não defende um Estado mínimo. O Estado é máximo para garantir os lucros do capital, não obstante, é mínimo na promoção de políticas públicas. No neoliberalismo, o Estado deve garantir a estabilidade monetária e deve cortar gastos sociais. Essas despesas públicas dizem respeito justamente à saúde, educação, transporte, previdência social, dentre outros elementos sociais. Segundo Chauí (2020, p. 315), “os ideólogos neoliberais falam em ‘enxugamento’ do Estado ou na diminuição de sua presença. O que é falso. O Estado não diminuiu, apenas deslocou sua ação [...]”.

Nessa perspectiva, para Chauí (2020), o neoliberalismo constitui uma nova forma de totalitarismo, uma vez que esse sistema político e econômico ocupa o lugar do Estado. Esse sistema político redefini as esferas sociais e políticas e passa a enxergar o Estado como uma empresa, a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa,

o Estado é diminuído, e os serviços públicos são transformados em serviços privados. Esse contexto pode ser percebido por meio da expansão do setor privado de ensino superior no Brasil nas décadas de 1990 e 2000 que em alguns períodos aumentou 500% em relação às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) (BARBOSA; 2014; SAMPAIO, 2014).

A diminuição do Estado na economia constitui um engodo para deixá-lo apto às exigências do neoliberalismo, ou seja, às exigências do capital financeiro. Chauí (2020) pontua que no ideário neoliberal é dever do Estado incentivar os investimentos empresariais no âmbito privado, ou seja, estimular o surgimento de novas empresas, incitar a iniciativa privada, reduzir os impostos sobre o capital financeiro e fortunas e aumentar os impostos sobre a renda individual.

De modo geral, os neoliberais desejam, “um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação” (CHAUÍ, 2020, p. 309), isto é, o Estado é mínimo na economia e em seu papel social. O dever do Estado é tecnicamente garantir o lucro empresarial no neoliberalismo.

Com o termo “desregulação”, o capital financeiro despreza a presença do Estado não somente na economia, mas também nas políticas sociais, defendendo a privatização de empresas e contribuindo para que os serviços públicos sejam transformados em serviços privados. O direito social torna-se uma mercadoria e tem acesso a essa mercadoria aqueles que podem adquiri-la, ou seja, comprá-la. Nas palavras de Chauí (2020, p. 312), “o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado”, em suma, os desejos do mercado se sobrepõem ao bem-estar social.

Para Campos e Bezerra Neto (2017), o neoliberalismo está envencilhado à postulação que as liberdades individuais estão atreladas à diminuição do Estado na economia, de modo que as pessoas deixam de ser percebidas e o Estado deixa de ser responsável pela proteção social. Nesse sentido, dois conceitos são fundamentalmente importantes para compreendermos o neoliberalismo, o livre mercado e a livre iniciativa.

As iniciativas econômicas neoliberais são configuradas com as políticas de livre mercado que incentivam a atuação econômica das empresas privadas, com as escolhas do consumidor através do conceito de livre concorrência. Nesse caminho, as empresas ao atuarem no mercado competem entre si, o neoliberalismo defende a super valorização da responsabilidade individual, a defesa da iniciativa privada e a ideia de que o governo é incompetente, burocrático e não é capaz de oferecer nada de bom, mesmo quando é bem intencionado, logo o mercado financeiro deve ser maximizado e o Estado reduzido para que haja uma suposta eficiência social (MC CHESNEY, 2002).

Embora a livre concorrência seja uma das principais defesas ideológicas dos neoliberais, podemos notar nas sociedades capitalistas neoliberais a formação de monopólios e oligopólios industriais que controlam grande parte da produção de bens e serviços e que, por conseguinte, detém grande parte do capital financeiro, demonstrando uma incongruência entre aquilo que é defendido pelo ideário neoliberal e aquilo que é exercido e praticado economicamente pelos capitalistas, que afirmam defender o “livre mercado” e a “livre iniciativa” que muitas vezes monopolizam o mercado financeiro, conforme exemplificado acima.

Durante a Revolução Industrial no século XVIII, diante das contradições sociais e econômicas geradas pelo capitalismo, Karl Marx e Friedrich Engels tornaram-se os principais autores a problematizarem os interesses dos burgueses em contraste com os anseios dos trabalhadores e as contradições do próprio sistema capitalista (MARTUSCELLI, 2010).

Dessa maneira, em relação a questão dos monopólios e oligopólios, Marx (2018) já apontava essas características excludentes dos monopólios e, posteriormente, dos oligopólios no início da expansão capitalista. Para Marx (2018, p. 136), a concorrência se torna cada vez mais destruidora para as relações burguesas, pois, “os monopolizadores fazem concorrência entre si, os concorrentes tornam-se monopolizadores”. Nas análises das instituições econômicas, percebe-se que os monopólios e os oligopólios materializam a tendência do capitalismo de expulsar e impedir a livre concorrência à medida em que o poder econômico se torna concentrado, quanto mais indústrias e empresários produzem, mais os lucros são partilhados e por conseguinte, menos lucros há para os produtores. Porém, se poucos grupos industriais e/ou empresariais controlam uma determinada produção, mais lucro haverá para os capitalistas, daí a formação de monopólios e oligopólios no capitalismo, contrariando a própria tese neoliberal do *livre mercado* e *livre iniciativa*, abaixo explicitaremos essa questão, pensando o âmbito do ensino superior privado.

Refletindo em relação à formação de oligopólios no ensino superior privado no Brasil, Chaves (2010) destaca que com a Reforma do Estado brasileiro e a publicação da LDB (1996) houve a fusão de diversas instituições privadas de ensino superior, muitas com domínio nacional e outras com domínios internacionais. Instituições como a Anhanguera Educacional, Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá, Kroton Educacional e Rede Pitágoras são alguns exemplos de oligopólios no ensino superior brasileiro, uma vez que dominam o “mercado” educacional privado superior em nosso país.

Além das caracterizações expostas, a ideologia política do neoliberalismo também reverbera na sociedade com a defesa de redução de impostos para os mais ricos, destruição do

meio ambiente e ou sucateamento das diretrizes ambientais e o desmantelamento da educação pública, assim como a destruição dos programas de seguridade social. Segundo Mc Chesney:

Na verdade, qualquer atividade que se interponha ao domínio da sociedade pelas grandes empresas é imediatamente considerada suspeita, porque estaria se interpondo ao funcionamento do livre mercado, tido como único alocador racional, justo e democrático de bens e serviços. No melhor de sua eloquência, os defensores do neoliberalismo falam como se estivessem prestando aos pobres, ao meio ambiente e a tudo o mais um fantástico serviço quando aprovam políticas em benefício da minoria privilegiada. (CHESNEY, 2002, p. 03).

Como consequência das políticas neoliberais observamos que as suas consequências econômicas tem sido as mesmas em todos os lugares, ou seja, um enorme crescimento das desigualdades econômicas e sociais, aumento da pobreza absoluta, sobretudo entre os países em desenvolvimento. Para Mc Chesney (2002) os defensores do neoliberalismo não apresentam elementos empíricos do mundo que querem construir, de modo que exigem fé na infalibilidade do mercado financeiro, isto é, na crença de que o mercado financeiro tudo resolve, dessa forma, o neoliberalismo passa a interferir na forma como os indivíduos se enxergam e como esses indivíduos lidam com determinadas questões sociais.

A partir das discussões levantadas sobre o surgimento histórico do neoliberalismo e algumas de suas principais diretrizes políticas e econômicas, passaremos a discutir as reverberações do neoliberalismo na América Latina e Brasil, buscando perceber as suas influências no panorama educacional.

2.3 O neoliberalismo e suas ressonâncias na América Latina

No ideário neoliberal, a independência política e a independência econômica caminham paralelamente, de tal modo que o neoliberalismo suscita essa independência, através da defesa do livre mercado, da livre iniciativa e da atuação das forças do mercado financeiro na sociedade. Ou seja, a democracia e a economia de mercado se completam em seus objetivos, a partir dessa suposta complementaridade entre a democracia e o mercado, notamos que no ideário neoliberal, um fundamenta o outro, ao passo que a democracia defende a liberdade política e o neoliberalismo defende a liberdade econômica, de tal sorte que ambos caminham paralelamente (BATISTA, 1994).

Como já mencionado, o neoliberalismo se caracteriza pelo desmonte do Estado e dos serviços públicos, fundamentando-se nas estratégias e nos interesses do capital financeiro; a classe trabalhadora se vê diante de um retrocesso dos seus direitos e de suas conquistas sociais, assim como também as políticas sociais são fragilizadas e as condições de trabalho dos

trabalhadores ficam mais vulneráveis (LOPES; VALLINA; SASSAKI, 2018).

Para Ibarra (2011), o neoliberalismo impôs regras e normas com objetivos políticos e econômicos sobretudo para os países denominados “terceiro mundo”, com o discurso fundamentado na tese de que o livre mercado constituiria o avanço econômico no mundo globalizado, defendendo a abertura das fronteiras³ entre os países e a estabilização dos preços e das contas públicas. Para o autor, o neoliberalismo

Com algum simplismo, postulou-se que o desenvolvimento exportador e de investimento estrangeiro erradicariam a pobreza crônica do subdesenvolvimento, enquanto a difusão automática das melhoras tecnológicas elevaria os padrões de vida e se inverteriam em favor da orientação mercantil das políticas públicas. De modo análogo, sublinhou-se que os mercados abertos e a transparência das transações do governo ou dos particulares colocariam um fim na procura de gastos ou privilégios desmerecidos, isto é, serviriam de antídoto eficaz contra a corrupção (IBARRA, 2011, p. 239).

No ideário neoliberal, notamos uma orientação mercantil destinada às políticas públicas, e por conseguinte, ao reducionismo estatal na economia, concomitantemente as virtudes do mercado financeiro são evocadas, de modo que o neoliberalismo é percebido como uma orientação político-econômica eficiente, contrastando com a perspectiva de que o Estado é burocrático, corrupto, pernicioso e ineficiente. Portanto, na retórica discursiva neoliberal, o mercado financeiro é o único capaz de garantir bem-estar e prosperidade econômica, sendo ele a diretriz mais viável para combater a pobreza e elevar o padrão de vida social, porém, percebemos nos países que adotaram a perspectiva econômica neoliberal, o agravamento das desigualdades sociais (Ibidem).

Para o autor, o neoliberalismo modificou a lógica econômica de funcionamento dos países ocidentais e principalmente os países latino-americanos, remodelando as políticas de protecionismo, reduzindo a política industrial, diminuindo a intervenção estatal na economia e alterando a estabilidade dos preços. No ideário neoliberal, o Estado cedeu o seu comando para o mercado financeiro. Essa política econômica agravou a estratificação social em decorrência do fato do Estado se afastar das políticas públicas sociais e da economia. Segundo Ibarra (2011), o neoliberalismo promove

[...] através da reforma dos sistemas de aposentadorias e levando-se em conta a focalização na distribuição orçamentária de bens, se procura isentar o fisco das obrigações, transferirem riscos do Estado às famílias e multiplicar as oportunidades de negócios privados. (IBARRA, 2011, p. 242)

³ Para Ibarra (2011), a abolição das fronteiras entre os países no âmbito comercial, provoca uma intensa transferência das capacidades produtivas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento intermediário a nações com mão de obra barata e mercados amplos que encarecem os empregos industriais melhor remunerados, ao mesmo tempo forçam a emigração de mão de obra no setor de serviços onde os salários e a produtividade são menores.

No espectro político neoliberal, os interesses financeiros se sobrepõem às políticas sociais, de modo que, o Estado cada vez mais é deslocado de sua ação social, e a iniciativa privada assume o papel do Estado, pois, conforme já mencionado, as empresas privadas são mais eficientes e menos burocráticas para a perspectiva neoliberal. Os interesses neoliberais em corrigir as desigualdades sociais são escassos, levando a pobreza a um nível endêmico. O neoliberalismo provocou queda no ritmo de desenvolvimento econômico um processo de desindustrialização e reversão dos programas sociais na América Latina, aumento da população que vive em condições precárias e marginalizadas (IBARRA, 2011).

Segundo Campos (2017), os anos 1990 foram marcados pelo reestabelecimento de regimes democráticos na América Latina, sincronicamente, também foi caracterizada pela implantação de políticas econômicas neoliberais, doravante a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização passaram a fazer parte da lógica das relações de trabalho na América Latina, contribuindo para que houvesse um significativo aumento do desemprego e uma enorme precarização das relações de trabalho, assim como um substancial aumento dos níveis de pobreza.

A autora sinaliza que a fome é um problema antigo na história da humanidade. Não obstante, com o neoliberalismo, ela adquiriu novas formas a partir dos interesses contraditórios entre o capital e o trabalho. Nesse contexto, percebemos um aumento da pobreza massiva, de tal maneira que na década de 1990, a pobreza se tornou um grande problema, ultrapassando as fronteiras do controle social na medida em que políticas neoliberais foram sendo adotadas na América Latina. Ainda nesta mesma década, o Banco Mundial (BM) instituiu a linha de pobreza com vistas a medir a quantidade de pobres no mundo. Em decorrência dessa medição, o BM sugere várias diretrizes enviesadas pelo neoliberalismo, como solução dos problemas sociais, dentre essas a fome.

No final do século XX, percebemos nos países latino-americanos, os efeitos perversos da política neoliberal, refletida nas taxas de desemprego de curta e longa duração, na insegurança das relações de trabalho e no rebaixamento salarial, e em consequência disso muitos trabalhadores passam a trabalhar na informalidade.

As transformações políticas e econômicas vivenciadas pela América Latina no final dos anos 1990 intensificaram a pobreza. As políticas econômicas de orientação neoliberal, implementadas de forma abrupta, em um período curto de tempo, aumentaram as desigualdades sociais, contrariando o discurso dos organismos internacionais de que as reformas econômicas neoliberais trariam mais emprego e reduziriam a pobreza nos países latino americanos,

objetivando criar medidas políticas e econômicas para a América Latina, o neoliberalismo expressou-se nas políticas do Consenso de Washington que discutiremos adiante (CAMPOS, 2017).

2.4 As implicações do Consenso de Washington na América Latina

Segundo Batista (1994), no ano de 1989, na capital dos Estados Unidos da América (EUA), vários funcionários do governo norte-americano e representantes de organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, instituições internacionais especializadas em questões políticas e econômicas, reuniram-se para a avaliação das reformas econômicas no sul do continente americano, as conclusões dessa reunião nomearam-se informalmente com a alcunha “Consenso de Washington”, naquele contexto, grande parte das políticas econômicas neoliberais estavam cada vez mais consolidadas nos continentes europeu e americano, conseqüentemente essas políticas reverberariam nos países sul americanos, segundo Silva (2005, p. 256):

Em novembro de 1989, os governos conservadores, diretores executivos e representantes das instituições financeiras internacionais, ministros da Fazenda, presidentes de bancos centrais e representantes dos governos das economias em desenvolvimento reuniram-se em Washington, a fim de procederem a uma avaliação da economia dos países tomadores de empréstimos, que apresentavam resultados insuficientes segundo a lógica de acumulação de capitais (...) Durante a reunião, os integrantes afirmaram a necessidade de reformas estruturais, de aplicação de um plano de estabilização econômica, e ratificaram a proposta neoliberal como condição para conceder novos empréstimos aos países periféricos. (SILVA, 2005, p. 256):

Expressas no Consenso de Washington, as políticas neoliberais foram apresentadas como única alternativa de crescimento econômico para os países em desenvolvimento, formuladas pelos organismos financeiros internacionais. Essas políticas buscaram atender aos interesses de investidores e acionistas das empresas transnacionais, de tal maneira que os governos latino-americanos se submeteram às exigências políticas e econômicas dos países centrais, sobretudo dos Estados Unidos (SILVA, 2005).

O Consenso buscava eliminar toda concorrência econômica estrangeira que houvesse na América Latina, mantendo os Estados Unidos como principal país nas relações políticas e comerciais, contribuindo para que os EUA se tornassem a nação mais importante para a superprodução industrial sul-americana, sobretudo no que diz respeito aos investimentos das corporações financeiras privadas estadunidenses na América Latina. O

Consenso defendia indiretamente a perspectiva de que o mundo possui um centro, os Estados Unidos, e que a partir dele são difundidas ideias, culturas, visões de mundo, tecnologia e o mais importante, a ideologia do mercado financeiro neoliberal (MESQUIDA; SAMPAIO; SANTOS, 2002).

Para Pereira (1991), o Consenso de Washington atribuiu os agentes da crise da América Latina ao populismo econômico, a falta de disciplina fiscal e o excesso de intervenção estatal⁴ na economia. Diante desse panorama, objetivando a resolução da instabilidade econômica latino-americana, seria necessário haver disciplina fiscal e monetária, privatização⁵ de empresas estatais, controle inflacionário, estabilidade das instituições bancárias, políticas de facilitação de competitividade externa, e desregulamentação econômica.

O autor defende a importância de se combater a indisciplina fiscal e se reduzir o tamanho do Estado na América Latina, porém ressalta que o maior problema econômico está concentrado na dívida pública, que é excessiva. Assim, seria necessário “[...] atacar de frente a crise fiscal, recuperar a capacidade de poupança do Estado e definir uma nova estratégia de intervenção” (PEREIRA, 1991, p. 3).

Para Williamson (2003), há várias perspectivas que dizem respeito ao Consenso de Washington, uma delas sustenta que o Consenso constituiu um programa do neoliberalismo, do fundamentalismo do mercado financeiro envencilhado às instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Estas instituições buscaram criar diretrizes para os países em desenvolvimento e fortalecer a percepção de que os vieses econômicos formulados pelo Consenso eram de substancial importância para o progresso econômico dos países da América Latina⁶.

Vale ressaltar que o Consenso de Washington se formou após a crise do Consenso Keynesiano e da crise da teoria do desenvolvimento econômico dos anos 1940 e 1950. Essa perspectiva político econômica é influenciada pela chamada nova direita, neoliberal, com as

⁴ Com as influências do neoliberalismo nas políticas do Consenso de Washington, o Estado cada vez mais passou a ser percebido como falido e incapaz de formular uma política macroeconômica, portanto não possuía condições de realizar uma política monetária e fiscal, sendo necessário a diminuição de sua participação na economia.

⁵ A privatização de empresas estatais constitui um dos elementos econômicos mais defendidos pela perspectiva neoliberal. A partir da privatização, objetiva-se a redução do tamanho do Estado, a diminuição da dívida interna, o encorajamento do investimento externo e a liberação de compromissos do Estado, ou seja, a redução dos serviços prestados pelo Estado (MESQUIDA; SAMPAIO; SANTOS, 2002).

⁶ É de fundamental relevância pontuar que mesmo antes das políticas do Consenso de Washington para a América Latina, o Chile sob o governo ditatorial de extrema direita de August Pinochet, vivenciou as primeiras experiências neoliberais na América Latina, com desregulamentações econômicas, desemprego.

contribuições da escola econômica austríaca e dos monetaristas⁷. Segundo Pereira(1991, p. 06):

De acordo com a abordagem de Washington, as causas da crise latino- americana são basicamente duas: a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público(PEREIRA, 1991, p. 06).

Para o autor, os anos 1990, na América Latina, foram marcados por intensas crises econômicas, crises caracterizadas pela estagnação econômica, a perda de renda média, o baixo crescimento do PIB, as altas taxas de inflação e o congelamento de preços. Em alguns momentos na Bolívia (1985), Peru (1988/90), Argentina (1989/90) e Brasil (1990) a inflação chegou a superar a taxa de 50% ao mês, configurando-se como uma hiperinflação. Diante desse cenário de crise econômica, seria necessário a implantação de medidas orientadas pelo Consenso de Washington, que buscou promover a estabilização econômica mediante o ajuste fiscal e adotando medidas econômicas ortodoxas⁸, para que o mercado financeiro desempenhasse um papel fundamental na economia.

O Consenso de Washington defendeu a liberalização da economia, em outras palavras, a mudança da direção da economia de mercado, liberalizando o sistema financeiro e o comércio internacional, privatizando empresas estatais e fortalecendo os direitos da propriedade privada, a partir da perspectiva do Consenso se geraria mais empregos e haveria um maior crescimento industrial nos países latino americanos (WILLIAMSON, 2003).

2.5 As reverberações do Consenso de Washington na educação brasileira

O Consenso induziu a privatização das políticas sociais, como saúde, previdência social, segurança pública e educação, redefinindo as diretrizes do Estado nos investimentos públicos na área social. Se por um lado, o Consenso de Washington respaldava políticas econômicas com vistas ao desenvolvimento econômico da América Latina; por outro lado, o Consenso não teve como foco as questões sociais como educação, erradicação da pobreza e distribuição de renda. As reformas sociais foram percebidas como decorrentes naturais da liberalização da economia de mercado, se os direitos sociais são vistos como produtos que

⁷ De acordo com Williamson (2003), a perspectiva econômica monetarista consiste na defesa da estabilidade dos preços.

⁸ Para Pereira (1991), as medidas econômicas ortodoxas, podem ser caracterizadas com a redução dos investimentos públicos e a eliminação do déficit público.

podem ser mercantilizados, nesse sentido interessa-nos perceber como a educação superior brasileira, sobretudo no setor privado foi percebida pelo ideário neoliberal incorporado pelo Consenso de Washington (BATISTA, 1994; SILVA, 2005).

Segundo Roma (2013), embora a Constituição Federal de 1988, tenha elaborado um sistema de proteção social no Brasil, as reformas implementadas pelo projeto neoliberal expresso no Consenso de Washington atacam os direitos sociais e por conseguinte, a educação, segundo a autora,

O neoliberalismo chega ao Brasil (país capitalista dependente), na década de 1990 com o governo de Fernando Collor de Mello, avança no governo de Fernando Henrique e continua no governo de Luís Inácio da Silva e Dilma Rousseff. As políticas sociais se gestam neste cenário pela via da benesse e discurso paternalista e a crise fiscal do Estado passa a fazer parte do discurso neoliberal com intuito de ocultar as reais intenções de redirecionamento de parte significativa do fundo público para o capital (ROMA, 2013, p. 03).

No Brasil, a partir dos anos 1990, em decorrência das pressões externas e dos desejos de lucro da elite financeira nacional, o governo acatou as determinações do Consenso, atendendo aos interesses dos banqueiros e dos credores internacionais enacionais. A proposta dos idealizadores do Consenso de Washington foi tornar a educação um serviço comercializável, que estivesse subordinado às leis do mercado financeiro e dos interesses neoliberais (SILVA, 2005).

Segundo a autora, percebemos uma notória discrepância no que diz respeito ao tratamento do Estado brasileiro com a educação antes e depois da influência do ideário neoliberal, nos anos 1980. O Estado possuía o papel de executor das políticas nacionais da educação, porém, a partir dos anos 1990, esse papel é reconfigurado. Ele passa a ser o coordenador das políticas de educação, utilizando-se de mecanismos introduzidos na legislação educacional. Essas novas diretrizes educacionais foram significativamente influenciadas pelo neoliberalismo em que a educação é percebida como uma mercadoria, sendo transversalizada pelo processo de mercantilização (SILVA, 2005; ROMA, 2013).

Silva (2005) pondera que diante do panorama exposto acima, o Estado brasileiro tornou-se promotor da privatização educacional do Brasil, relacionando-se cada vez mais com entidades privadas no âmbito da educação, por intermédio das relações com fundações privadas, instituições de ensino privadas e empresários da educação. O processo de privatização da educação do Brasil também se configura com a realocação de recursos estatais para o setor privado, tal como ocorre com o programa de financiamento estudantil para o ensino superior, o Fies. Doravante passaremos a problematizar como se desenha a reforma do Estado brasileiro nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

2.5.1 A reforma do Estado brasileiro

No decurso da história brasileira, o Estado vem atendendo aos interesses de grupos financeiros privados. Na década de 1990, a reforma do Estado brasileiro também se orientou dessa maneira, com a diferença de que, na referida década, o Brasil foi imerso em uma lógica neoliberal, sendo coadjuvante no processo de globalização. A dita reforma buscou atender às diligências das premissas de liberalização econômica, da desregulação financeira, alterou-se substancialmente a legislação previdenciária e trabalhista, e intensificou-se os processos de privatização de empresas públicas. Vale ressaltar que nesse contexto, a educação brasileira também passou a atender a uma lógica mercantil, pois a partir do momento que foram feitas modificações no Estado brasileiro a LDB (1996) garantiu a atuação mais veemente do setor privado na educação superior brasileira (DOURADO, 2002; CHAVES, 2010).

Brandim e Feldmann (2015) assinalam que o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello foi marcado por uma grande desestabilidade financeira e escândalos de corrupção, de modo que o ex-presidente foi ineficaz na condução da reforma do Estado. Com o *impeachment* do ex-presidente Collor em 1992, assume a presidência da república Itamar Franco com a função de devolver a estabilidade econômica e política brasileira. Para tanto, foi implantado um dos mais bem sucedidos planos econômicos já vistos na história do Brasil, o plano real, conduzido pelo, então, Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se tornaria presidente da república por dois mandatos consecutivos⁹. Diferentemente dos ex presidentes Fernando Collor (1990-1992) e Itamar.

Segundo Deitos (2012), a reforma do Estado brasileiro fez parte de um processo político econômico conduzido pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Partido político que passou a se caracterizar no espectro ideológico centro-direitista a partir da vitória e coalizações políticas feitas durante as eleições presidenciais de 1994. Esse processo foi expresso e representado pelo político e intelectual brasileiro, Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito presidente da república no referido ano. Para o autor, a reforma do Estado brasileiro¹⁰ promovida por FHC atuou em favor dos interesses das classes burguesas no Brasil,

⁹ O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) governou o Brasil entre os anos 1995 a 2002, tornando-se o primeiro presidente da república a se reeleger após a redemocratização do país.

¹⁰ Para os ideólogos da reforma do Estado brasileiro, a reforma seguiu as orientações políticas ideológicas do chamado “social liberalismo” ou “liberalismo social democrata”. Bresser Pereira (2001) pontua que a reforma do Estado é social-liberal porque entende que o mercado é importante, porém imperfeito, ao passo que o Estado muitas vezes está ausente de seu papel, portanto é possível haver uma ação conjunta entre o Estado e a iniciativa privada.

Essa facção consolidou uma posição política que aglutinou quase a totalidade das classes dominantes ou da maioria de suas frações em um pacto burguês nacional, possibilitando a reforma do Estado como a dinamizadora das ações políticas, econômicas e financeiras, especialmente no período de 1995 a 2002 (DEITOS, 2012, p. 200).

FHC ao chegar ao poder propôs um conjunto de reformas macroeconômicas, político-administrativas, jurídicas, sociais e educacionais, objetivando transformar o Brasil em uma economia atrativa para a valorização do capital financeiro, tendo como principais fundamentos a privatização, a flexibilização financeira e uma nova gestão monetária na economia (CHAVES; KATO; SANTOS, 2020).

A reforma do Estado brasileiro fomentou o discurso de que era necessário agir para terminar com a crise do Estado¹¹, gerada pela suposta ineficiência da gestão estatal, de modo que se tornou fundamentalmente importante modificar a implementação das políticas econômicas, com a privatização e gestão de empresas ou setores econômicos, como energia, telecomunicações e transportes, abrindo o país para o mercado internacional¹² (DEITOS, 2012).

Segundo Fernando Henrique Cardoso (1999), a crise do Estado, estava nele mesmo, porém, a reforma do Estado brasileiro, não significava dismantlar ele próprio, muito menos desorganizar o sistema administrativo e político estatal, tampouco diminuir sua capacidade regulatória, a reforma significaria deixar o Estado mais eficiente, de modo que ele possibilitasse um ambiente macroeconômico estável.

Para Deitos (2012), com a reforma do Estado brasileiro, FHC consuma o princípio da regulamentação e da flexibilização das atividades econômicas do Estado, buscando a mundialização financeira. Todas essas reformas seguiram as orientações neoliberais, pois o Estado passou cada vez mais a ser mediador das ações consideradas importantes para a liberdade do mercado financeiro.

Para Dourado (2002), a reforma do Estado brasileiro alterou a lógica de funcionamento das políticas públicas e das políticas sociais, minimizando o papel do Estado na sociedade e na economia, articulando os interesses privados com os interesses estatais, a reforma do Estado passou a perceber as relações sociais sob a hegemonia das relações capitalistas.

Todavia, para o autor, essas políticas não se constituem como neoliberais, pois buscam promover um diálogo entre Estado e Mercado, e não a eliminação do primeiro.

¹¹ Na perspectiva da reforma do Estado, o Estado é percebido, sob a ótica neoliberal, em suas fissuras, em suas contradições, como não tão eficiente, sendo necessário que esse Estado esteja embrenhado na mesma dinâmica do mercado, ou seja, na mesma dinâmica dos interesses capitalistas (DEITOS, 2012).

¹² Para Deitos (2012), Fernando Henrique Cardoso sempre defendeu um alinhamento dos países latino-americanos com os países considerados desenvolvidos, sobretudo na década de 1970, quando ele formulou o conceito da teoria da dependência. Segundo o conceito, as economias periféricas para se desenvolverem.

Segundo o autor, a reforma do Estado buscou minimizar a atuação do mesmo no tocante às políticas de proteção social, com a égide do discurso de modernização e racionalização estatal, buscando superar os problemas sociais com as demandas da globalização econômica.

O próprio Fernando Henrique Cardoso (1999) explicita que o cenário global traz desafios às sociedades, sendo imperativo fazer uma reflexão sobre os riscos e oportunidades da globalização, percebendo como o Estado deve se adaptar às novas demandas do mundo contemporâneo. Nesse sentido, analisando a partir do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Jefferson Mainardes (2006) no *contexto de influência* percebemos que a reforma do Estado brasileiro é substancialmente influenciada pelas reverberações do neoliberalismo.

A partir dessa perspectiva, passaremos a problematizar as implicações da reformado Estado brasileiro na educação, especificamente no ensino superior.

2.5.2 A reforma do Estado e suas implicações no ensino superior no Brasil

Com a reforma do Estado brasileiro, a partir dos anos 1990, o país experimenta a implantação do Estado mínimo. Como consequência, na década seguinte as diretrizes de organismos internacionais passaram a nortear as políticas sociais e educacionais brasileiras, sobretudo a partir dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). As propostas desse governo para a educação superior foram marcadas pelo papel econômico que a educação deveria assumir, pois elas buscaram estabelecer uma relação entre o público e privado (BRANDIM; FEIDMANN, 2015).

Para os autores, a partir da perspectiva de parceria entre o setor público-privado para a educação, a política para o ensino superior foi caracterizada pelo desmantelamento do sistema federal de ensino, de modo que a mercantilização da educação superior passou a fazer parte dessa nova perspectiva educacional.

Para Dourado (2002), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) foram importantes instituições financeiras internacionais em diálogo com a reforma do Estado brasileiro. No campo educacional, o Banco Mundial foi o principal interlocutor, exercendo muita influência no âmbito educacional na América Latina e particularmente no Brasil, ao difundir políticas de privatização e mercantilização da educação superior. Desse modo, o Banco Mundial liderou o processo de reestruturação e abertura das economias, prescrevendo políticas educacionais que dialogavam com o ideário neoliberal.

Nesse sentido, percebemos o *contexto de influência*, da teoria do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), o *contexto de influência* busca fundamentalmente perceber como uma determinada política pública sofre influências externas e internas, no caso em questão, notamos que as políticas de privatização foram substancialmente influenciadas por organismos financeiros internacionais.

Para o autor, tornou-se fundamental percebermos as diretrizes do Banco Mundial para a educação superior, contidas no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), cujas orientações pontuam a privatização do ensino superior, principalmente em países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais no ensino fundamental. Ou seja, como consequência da defasagem do ensino fundamental, muitos estudantes não chegavam ao ensino superior, sobretudo em instituições públicas. Nesse caminho, uma suposta busca para ultrapassar o problema seria que as instituições privadas de ensino superior poderiam então “solucionar” esse déficit, de acordo com o documento.

Outra orientação dada pelo Banco Mundial para o ensino superior no Brasil consistia na aplicação de recursos públicos nas instituições privadas do ensino superior, como a exemplo do programa Fies, criado pelo ex presidente Fernando Henrique Cardoso em 1999 e ampliado nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016) (Ibidem).

Muitas alterações foram efetivadas na agenda da educação superior brasileira, a partir das orientações do Banco Mundial eivadas pelo ideário neoliberal, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que dentre outras prerrogativas, regularizou o ensino privado a nível de educação básica e ensino superior, segundo Dourado (2002, p. 241)

A tramitação da LDB é, nesse contexto, expressão dos embates travados no âmbito do Estado e nos desdobramentos por ele assumidos no reordenamento das relações sociais e das mudanças tecnológicas sob a égide ideológica da globalização da economia (DOURADO, 2002, p. 241).

Segundo o autor, com a regulamentação do ensino superior privado no Brasil através da LDB, houve a expansão de instituições de ensino superior privadas no país. Porém, essas instituições, diferentemente das universidades públicas, dissociam ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, através dos decretos nº 2.306/97 e nº 3.860/2001 que flexibilizou a garantia do princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão como lógica fundamental para a educação superior no país. Nesse sentido Chauí (1999) pontua que a universidade privada dissocia ensino, pesquisa e extensão, portanto não cria e não constrói

pensamento crítico.

Dourado (2002) ainda assinala que a LDB defende os processos de descentralização e flexibilização do ensino superior, através de políticas que permitam a expansão da educação superior privada no país. A perspectiva de uma educação superior no Brasil, segue uma dinâmica privatista com a privatização do financiamento educacional.

2.5.3 A financeirização do ensino superior brasileiro

Para Chauí (1999), o neoliberalismo objetiva transformar os direitos sociais em serviços privados, de modo que nesse sistema político econômico, a sociedade é vista como uma empresa e os cidadãos como consumidores. Nesse processo, as políticas educacionais são categoricamente influenciadas pelo ideário neoliberal, contribuindo para que a educação seja mercantilizada. Ou seja, a educação passa a ser percebida como um produto comercializável, fomentando os subsídios políticos e econômicos para o processo da financeirização do ensino superior.

Seki (2017) pontua que com o processo de financeirização da educação superior, notamos transformações no cenário educacional brasileiro, como a entrada de fundos privados de investimentos nesse segmento de ensino e novas coordenadas para as políticas educacionais.

O processo de financeirização da educação incide diretamente no ensino superior tanto no Brasil como em vários países ao redor do mundo, contribuindo para que as políticas estatais favoreçam o setor privado no âmbito educacional, pois se por um lado, a financeirização pode contribuir para a expansão do ensino superior privado; por outro lado, grupos empresariais no campo educacional são substancialmente favorecidos com esse processo (CHAVES; KATO; SANTOS, 2020).

Para Chaves e Amaral (2016), o processo de financeirização da educação superior se caracteriza com a liberalização da circulação do capital financeiro, onde são derrubadas as barreiras internas ou nacionais, para a livre circulação do capital financeiro. Nesse sentido, os organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura articulam políticas juntamente com os governos nacionais objetivando a criação de políticas educacionais para os países considerados periféricos. Essas políticas buscam a privatização e desnacionalização da educação e a criação de um novo mercado educacional global.

A partir das discussões anteriores, problematizamos como as diretrizes econômicas do

Consenso de Washington, sobretudo mediante o Banco Mundial repercutiram em termos de políticas educacionais brasileiras, como por exemplo a LDB que estruturou o ensino superior privado no país. Esse processo de financeirização impactou de forma sistêmica as relações econômicas internacionais e que se ampliou no Brasil na década de 1990, diante do cenário de vulnerabilidade econômica, associando-se à desnacionalização e a privatização de empresas estatais (BASTOS, 2013)

Corroborando com as ideias acima, Seki (2017) explicita que nesse contexto de financeirização do ensino superior privado, foi criado o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), através de Medida Provisória em 1999, e institucionalizado pela Lei nº

10.260 em 12 de julho de 2001, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. O autor ainda ressalta que o Fies foi consideravelmente ampliado durante as gestões do Partido dos Trabalhadores (2003-2016).

O Fies se constitui de um fundo de natureza contábil que objetiva a concessão de financiamentos aos estudantes matriculados em cursos superiores de faculdades privadas, durante as gestões federais de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Os contratos dos estudantes universitários começavam a ser pagos após os estudantes estarem formados. Se o Fies oportuniza a estudantes pobres, o acesso ao ensino superior, o programa de financiamento educacional também contribui para o endividamento estudantil além do Estado financiar empresários do ensino superior brasileiro (BASTOS, 2013; SEKI, 2017).

No capítulo seguinte discutiremos as principais questões relacionadas a criação e ampliação do Fies, assim bem como o processo de endividamento estudantil durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

3.UM OLHAR SOBRE O FINANCIAMENTO ESTUDANTIL, NOS TEMPOS DE FERNANDO HENRIQUE E LUÍS INÁCIO: ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR E/OU ENDIVIDAMENTO ESTUDANTIL?

No capítulo anterior, problematizamos as questões políticas e econômicas envencilhadas ao neoliberalismo e analisamos as suas reverberações na América Latina e especialmente no Brasil, para tal, buscamos perceber as diretrizes políticas expressas no Consenso de Washington, diretrizes que foram influenciadas pelo Banco Mundial e repercutiram em nosso país através da reforma do Estado brasileiro, promovida substancialmente nas gestões do ex presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

De tal sorte, através do olhar teórico do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992) percebemos como o *contexto de influência* se configura nesse processo. Ou seja, as modificações políticas, econômicas e substancialmente as educacionais do Brasil nos anos 1990, foram categoricamente influenciadas pelo contexto político/econômico internacional, mudanças essas, enviesadas pelo neoliberalismo.

Percebemos que as diretrizes políticas do Consenso de Washington e da reformado Estado brasileiro contribuíram para a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96, essas diretrizes também confluíram para o processo de financiamento do ensino superior privado no Brasil. A partir de então, teremos como ênfase a análise das razões que levaram ao fim do Crédito Educativo (Creduc) e o surgimento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) em 1999, tal como buscaremos perscrutar as características centrais do Creduc e Fies, destacando a questão da inadimplência dos beneficiários dos programas de financiamento estudantil nas gestões do ex presidente da república, Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Como problematizado anteriormente, o Consenso de Washington seguindo os norteamentos eivados pelo neoliberalismo e promovidos pelo Banco Mundial, buscou criar políticas educacionais para o ensino superior; segundo Cunha (2007) essas políticas passaram a ser configuradas a partir das mudanças feitas na legislação educacional na gestão FHC (1995-2002), exponencialmente a partir da publicação da LDB.

Nesse sentido, notabilizamos a partir do *ciclo de políticas*, o *contexto de influência*, a medida que a legislação educacional brasileira nos anos 1990 foi influenciada substancialmente por organismos financeiros internacionais, tais como o Banco Mundial. Assim como também percebemos o *contexto de produção de texto*, ao passo que estamos analisando em que contexto, se configurou a produção e publicação da LDB.

Ao passo que FHC objetivava a quebra do monopólio estatal na educação superior, consonante com o ex presidente, Bresser Pereira (1995) também defendia a atuação da educação superior privada na reforma do Estado brasileiro, reforma política administrativa com espectro econômico neoliberal. A reforma do Estado brasileiro buscou a atuação de empresas públicas e privadas, segundo Kveller (2019) o estabelecimento de parcerias entre o governo federal e o setor privado no governo FHC também repercutiu nas instituições universitárias.

A partir de então, o conjunto de reformas educacionais promovidas durante a gestão FHC foram elaboradas em estreita sintonia com as políticas econômicas pensadas pelas organizações internacionais como o Banco Mundial. Tal como demonstramos anteriormente através do olhar do *ciclo de políticas no contexto de influência*.

Um dos exemplos dessas reformas educacionais pode ser percebido com a LDB que define no seu artigo 7º que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atenda às normas gerais da educação nacional, essa reformulação permitiu a expansão do ensino superior privado no Brasil (AZEVEDO; MIRANDA, 2020) A LDB caracterizou-se como eixo central das reformas educacionais promovidas pelo ex presidente Fernando Henrique Cardoso, a referida lei permite, portanto, a coexistência de instituições públicas e privadas no ensino superior, além do mais, a lei definiu os marcos sobre o financiamento da educação superior privada no Brasil (CORBUCCI, 2002; MIRANDA, 2017).

A LDB, publicada em 20 de dezembro de 1996, regulamentou o sistema educacional no país, a partir de sua publicação, o ensino superior privado passou a ter mais destaque, crescendo exponencialmente o número de estudantes matriculados nesse segmento de ensino, ademais, foram criados diversos programas para a educação superior privada, dentre eles o Fies (SOUZA; SOUZA, 2015).

Mediante o olhar teórico do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), no que diz respeito ao *contexto dos resultados/efeitos*, a LDB conseguiu seu intento nesse sentido, que consistia exatamente em solidificar o ensino superior privado no país, através do artigo 7º da referida lei. De tal sorte, aumentou-se consideravelmente o número de estudantes no ensino superior, a partir de então.

Embora a LDB tenha contribuído para a expansão e financiamento do ensino superior privado no Brasil, a referida lei não estabelecia em si mesma uma política para o financiamento estudantil no ensino superior, de tal modo que, o ex presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Fies em 1999, substituindo o Creduc. Partindo do *ciclo de políticas* percebemos aqui o *contexto de influência*, pois a LDB desencadeou o Fies, assim como

também notamos o *contexto de produção de texto*, a medida que o Fies, enquanto política pública, teve a sua formulação textual, a partir da consolidação do ensino superior privado, que previa a LDB.

Antes de problematizarmos como ocorreu a criação do Fies torna-se substancialmente importante discutir o cenário de inadimplência e crise financeira da qual atravessava o programa de financiamento estudantil, o Creduc (HAAS, 2019).

O Creduc foi criado em plena Ditadura Militar em 23 de agosto de 1975, no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), implantado no primeiro semestre de 1976 pelo então ministro da educação, Jarbas Passarinho, que se dizia entusiasmado com o ensino pago na educação superior. O Creduc possuía como agentes financiadores a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB), órgãos financeiros do governo federal, o programa contribuiu significativamente para o processo de financeirização do ensino superior no Brasil durante os governos militares (ALMEIDA,2020; VITURI, 2014).

De acordo com Azevedo e Miranda (2020) o Creduc constituía um programa de financiamento estudantil destinado a custear as mensalidades de estudantes carentes em cursos superiores de faculdades privadas. Miranda (2017) assinala que a criação do Creduc está relacionada a falta de investimento dos governos militares na criação de novas instituições públicas de ensino superior, sobretudo no que diz respeito a questão devagas, o que terminou ocasionando a participação de instituições privadas nesse segmentode ensino, desse modo o programa foi uma das medidas tomadas pelo governo federal em1975, em plena ditadura militar.

Segundo a autora, o programa foi institucionalizado pela Lei nº 8.436 de 25 de junho de 1992 no governo Fernando Collor de Mello, o Ministério da Educação traçou asnovas diretrizes indicando a Caixa Econômica Federal como seu principal órgão gestor, porém, não excluiu a participação de outros bancos privados de atuarem junto ao Creduc. Os altos índices de inadimplência estudantil para com o programa, contribuíram para que o ex presidente Fernando Henrique Cardoso, reformulasse o Creduc, criando assim o Fies.

No informe que compôs o relatório sobre a educação superior no Brasil, organizado pelo ISEAL¹³- UNESCO¹⁴ é assinalado que o Creduc constituía um mecanismo fundamental para a sobrevivência de parte do setor privado do ensino superior, de modo que o financiamento do ensino superior contribuía para oportunizar o acesso de estudantes carentes, entretanto, havia uma crescente inadimplência dos estudantes oriundos das classes sociais

¹³ Instituto Internacional para la Educación Superior em América Latina y el Caribe

¹⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Em

menos favorecidas, o que prejudicava substancialmente o programa (BRASIL, 2002).

O informe ainda pontua que o agente financeiro do Creduc, ou seja, a Caixa Econômica Federal não se empenhava o suficiente para recuperar os empréstimos concedidos no financiamento aos estudantes, outrossim, havia uma concentração de beneficiários nas regiões mais ricas do país, as regiões Sudeste e Sul do país representavam 76,5% dos contratos do programa, o documento explicita a importância de favorecer as regiões mais pobres do Brasil pelo programa, o que não estava se configurando, enquanto isso, a crescente participação de estudantes de menor poder aquisitivo contribuía para o aumento dos índices de inadimplência para com o Creduc.

Em 1989, 10 anos antes da criação do Fies, o Creduc precisou se reestruturar diminuindo a taxa de juros de 15% para 6% ao ano, passou a exigir um fiador e o alargamento do prazo de amortização em duas vezes do tempo de utilização do crédito, todas essas medidas foram tomadas objetivando diminuir a taxa de inadimplência do referido ano (VITURI, 2014).

A partir da análise de dados do Ministério da Educação e Caixa Econômica Federal e também de veículos de comunicação como a Folha de São Paulo do ano de 1999, o autor pontua algumas das questões que contribuíram para o processo de endividamento de estudantes que utilizavam o Creduc, assinalando inicialmente que mesmo depois de formados, muitos estudantes não conseguiam um emprego logo de imediato, além disso, os que conseguiam um trabalho, não ganhavam o suficiente para que pudessem se manter e quitar com as parcelas do programa de financiamento. Segundo Vituri (2014)

Em agravo ao fator inadimplência, há ainda certa dificuldade de um recém- formado adentrar ao mercado de trabalho, como é caso de um ex-aluno, Alexandre Azevedo, que se formou em direito em uma universidade privada. Formado no final de 1998, um ano depois ainda estava desempregado e com uma dívida de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para quitar [...]. (VITURI, 2014, p. 30)

Segundo o autor, muitos estudantes recém-formados, além de não conseguirem quitar as parcelas em atraso do Creduc, ainda se encontravam em situação de desemprego, o que agravava ainda mais a situação de inadimplência frente ao programa de financiamento estudantil. O desemprego no Brasil em março de 1999, chegou a 8,16% e 8,25% em abril, esses índices demonstram a dificuldade de inserção do estudante recém-formado no mercado de trabalho.

Seguindo o raciocínio, para que o estudante pudesse efetuar o pagamento das parcelas do Creduc, ele precisaria de uma renda, para que ele tivesse renda, necessitaria de um emprego, como já demonstrado anteriormente, os dados de desemprego no Brasil nos anos

1990 eram crescentes, de modo que os níveis de inadimplência estudantil com o programa de financiamento chegaram a 7,7% em 1995, já em 1998, 63% de 136 mil alunos não conseguiam pagar as dívidas com o Creduc (VITURI, 2014).

Segundo Almeida (2020) no período em que esteve em vigência o Creduc, entre 1976 a 1999, o Estado brasileiro teve prejuízos bilionários decorrentes do não pagamento dos empréstimos contraídos pelos estudantes do ensino superior. Além disso, soma-se o fato da correção monetária dos empréstimos ser feita a uma taxa bem inferior à inflação da época. O economista Fernando Nogueira da Costa, que foi membro do Conselho Diretor da Caixa Econômica (2003-2007) pontua que o Creduc representava uma perda de 1,7 bilhão no ano de seu encerramento.

Surgimento do Fies, enquanto política pública educacional

Em 1999, ano que marcou o surgimento do Fies e o fim do Creduc, este último possuía um alto índice de inadimplência que chegava a 83%, contribuindo substancialmente para que o programa fosse então substituído pelo Fies. O Fies substituiu o Creduc, simplesmente, porque esse último veio à falência, o excessivo aumento da inadimplência foi o principal motivo da falência do Creduc, a partir de agora discutiremos as influências da UNESCO para a criação do Fies, as principais características do programa e os primeiros índices de inadimplência nos últimos de governos da era FHC (VITURI, 2014; MIRANDA, 2017).

Considerando o panorama exposto acima, o ex presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, criou o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o Fies, mediante a Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, que posteriormente transformou-se na Lei Federal nº 10.260 de 07 de dezembro de 2001 (MIRANDA, 2020).

Como já foi discutido anteriormente, a partir do olhar do *ciclo de políticas*, notamos que a gestão FHC sofreu influências de organismos internacionais e, por conseguinte do ideário neoliberal, um ano antes da criação do Fies em 1999, a UNESCO elaborou um documento pontuando a importância do financiamento estudantil para o ensino superior nos países considerados periféricos. O documento, intitula-se *Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação* de 1998, o texto elaborado por técnicos do Banco Mundial, assinala a importância da reformulação do modelo de financiamento da educação superior adotado pelos países, considerando as questões de financiamento, gestão e acesso à universidade, segundo Miranda (2017)

No texto, o documento reconhece a distância imensa que separa a população mais favorecida economicamente e as camadas mais pobres do acesso à universidade. Observando essa contradição, o documento ressalta em seu Artigo 3º a necessidade de diminuir essas distâncias e viabilizar os meios para gerar as condições de igualdade no acesso à educação superior por todas as camadas da população [...] (MIRANDA, 2017, p. 64)

O documento ressalta a importância de se elaborar estratégias para inserir os menos favorecidos na educação superior, desse modo, essas estratégias foram pensadas nos artigos 13º e 14º que discutem a gestão e o financiamento estudantil, pontuando que o Estado mantém um papel central nesse processo, assinalando que o financiamento da educação ocorre mediante os recursos públicos e privados. Ao observarmos a estrutura do Fies, através da Lei Federal nº10.260 percebemos que o Estado desloca dinheiro público para às instituições privadas de ensino superior, com vistas ao financiamento estudantil, em outras palavras, o Fies orienta-se a partir de alguns elementos políticos econômicos trazidos pelo documento da UNESCO (MIRANDA, 2017; HAAS, 2019).

Nesse sentido, percebemos o *contexto de influência do ciclo de políticas*, pois a criação do Fies, deu-se a partir das orientações do documento da UNESCO, assim bem como percebemos o *contexto de produção de textos*, a medida que estamos discutindo a produção de textos políticos, textos governamentais que norteiam uma determinada política pública, no caso o Fies.

Um dos propósitos do Fies, era viabilizar o acesso ao ensino superior para estudantes que não podiam arcar com as mensalidades das instituições de ensino superior privadas, através da Portaria nº 1.386 de 15 de setembro de 1999, os candidatos eram selecionados através da renda familiar e das condições de moradia, de modo que no primeiro semestre de 1999, 84,1% dos alunos contemplados eram oriundos de famílias com renda *per capita* entre um e cinco salários-mínimos, os estudantes poderiam financiar até 70% do valor da mensalidade do curso, com juros de 9% ao ano e sem correção monetária, logo, a taxa de juros do Fies permaneceria fixa durante todo o período de vigência do contrato de financiamento (BRASIL, 2002; CORBUCCI, 2002).

O Fies buscou ampliar o número de vagas ofertadas para os estudantes de ensino superior, porém levou em consideração a questão da inadimplência estudantil que levou ao fim do Creduc, para tanto, o novo programa de financiamento buscou estabelecer algumas regras mínimas para os estudantes beneficiários, tais como as seguintes salvaguardas como : a exigência de um fiador e renda mínima da família do estudante, o compartilhamento do risco futuro sobre o crédito concedido entre a União, a instituição de ensino e o agente financeiro, além disso o programa passou a ter uma taxa de juros de 6,5% ao ano, carência de seis meses e

prazo de amortização de até oito anos (ALMEIDA, 2020; AZEVEDO; MIRANDA, 2020; CORBUCCI, 2002; KVELLER, 2019).

Ao passo que o Fies contribuía para a expansão do ensino superior privado, para que uma instituição de ensino superior, tivesse acesso aos recursos federais com vistas ao financiamento, era necessário que a instituição de ensino, fosse bem avaliada frente ao Ministério da Educação, no ano de 1999, ano de sua criação, o Fies contemplou cerca de 80 mil estudantes. (CORBUCCI, 2002; KVELLER, 2019; VITURI, 2014).

Olhando através do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992) mediante o *contexto dos resultados/efeitos* que objetiva analisar os resultados de uma determinada política pública, notabilizamos que esses foram inicialmente os resultados/efeitos iniciais do Fies, enquanto política pública educacional, no ano de 1999. Baseados em dados do Ministério da Educação referentes ao Fies nos três últimos anos da gestão FHC, mostraremos as vagas ofertadas, os números de estudantes que utilizavam o programa e os repasses federais feitos às instituições de ensino superior:

Tabela 2- FIES na era FHC

Ano:	Vagas ofertadas:	Número de estudantes beneficiários:	Repasses federais às instituições de ensino superior privado:
2000	100 mil vagas	35.299 contratações	R\$ 415.023.523, 24
2001	60 mil vagas	48.456 contratações	R\$ 615.639.568
2002	80 mil vagas	65.808 contratações	R\$ 1.482.3666.493

Fontes: FIES 2000; FIES 2001; FIES 2002.

Kveller (2019) assinala que crescia o número de estudantes que utilizavam o programa de financiamento estudantil, nesse sentido, torna-se substancial perceber os índices de inadimplência no novo programa, o saldo de estudantes inadimplentes levando em consideração os estudantes que utilizavam o programa em 2001 foi de 6%, ao passo que em 2002, a porcentagem de estudantes inadimplentes foi de 4%. Doravante passaremos a discutir o Fies nas gestões do ex presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003.

3.1 O Fies nos Governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)

A organização política e econômica de cada governo reflete-se substancialmente nas

políticas públicas das respectivas gestões, o ex presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) manteve parte da estrutura econômica do governo FHC¹⁵, como a exemplo da política de juros, porém o ex presidente Lula buscou reestruturar e ampliar o acesso ao ensino superior (BATISTA, BERTOLLETI, 2016). Antes de problematizarmos as políticas educacionais voltadas para a educação superior privada, sobretudo o Fies, discutiremos algumas nuances de ordem política e econômica que marcaram o ideário de sua gestão.

Conforme discorreremos nas discussões anteriores, a partir do *contexto de influência* do *ciclo de políticas*, percebemos a influência de organismos internacionais nas políticas educacionais do governo FHC, embora o governo Lula não se configure economicamente como neoliberal, algumas influências de organismos internacionais persistiram em sua gestão. Em seu plano de governo (PT, 2002), é explicitado que o seu governo irá estabelecer relações com países considerados periféricos, entretanto, manterá relações políticas e econômicas com organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o FMI, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial.

Partindo do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), podemos observar que o *contexto de influência* de muitas das políticas públicas da gestão Lula, serão marcadas pelas relações com organismos financeiros internacionais, como citados acima, ou seja, muitas de suas políticas serão influenciadas pelas diretrizes desses organismos.

Segundo Batista e Bertolleti (2016) as políticas educacionais para o ensino superior na gestão Lula, a exemplo do Fies, foram caracterizadas pela mescla do Estado e da iniciativa privada, fenômeno que foi previsto na carta do ex presidente destinada aos brasileiros antes de ganhar as eleições de 2002. Segundo Lula (2002, p.01) “ Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto”, o ex presidente pontua ao longo da carta, que fará um governo de alianças com os mais diversos setores da sociedade, isso inclui o empresariado, entretanto é explícito em todo o plano de governo que as mudanças necessárias de ordem econômica e política, assim bem como a reestruturação do papel do Estado e demais medidas terão como eixo central o desenvolvimento social e o combate as injustiças sociais e econômicas (PT, 2002).

Em seu plano de governo, o ex presidente assinala que a educação é um instrumento que ajuda a promover a cidadania, constitui um meio para o desenvolvimento social e econômico, no

¹⁵ Em sua carta aos brasileiros no ano das eleições presidenciais de 2002, o ex presidente Lula defendeu entre outras questões, a estabilidade econômica, o controle das contas públicas e da inflação e um rígido equilíbrio fiscal, citou os problemas decorrentes da dívida interna e externa do país, defendeu o respeito ao cumprimento dos contratos econômicos com vistas ao equilíbrio econômico e o desenvolvimento social (LULA, 2002).

plano é reiterado que a educação torna uma nação competitiva no mundo. O programa de governo também pontuou a importância do aumento de vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente, o plano referia-se ao Creduc e não ao recente Fies (PT, 2002).

Desse modo, o ex presidente Lula mostrou-se politicamente dualista no que tange às políticas educacionais, concomitantemente possibilitou investimentos públicos e privados na educação, manteve os avanços obtidos na LDB 9394/96, do Plano Nacional de Educação, além disso, durante o seu governo foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb (ANDRADE, 2020; BATISTA; BERTOLLETI, 2016).

Mesmo com investimentos no setor privado de educação superior, não houve centralidade no foco da expansão nessa modalidade de ensino, compreendemos esse fenômeno mediante o fato de que ao passo que houve democratização de acesso ao ensino superior mediante o Prouni e Fies, as redes privadas de ensino foram inegavelmente favorecidas na gestão Lula, em outras palavras, as políticas educacionais do governo Lula, favoreceram tanto as instituições privadas, quanto os alunos mais carentes (ROSA; 2013).

De acordo com Andrade (2020) simultaneamente o ex presidente Lula fortalecia o sistema público de ensino superior, ao passo que sua gestão também buscava priorizar iniciativas capazes de ampliar e baratear a oferta de ensino superior privado, focando nos estudantes de baixa renda, nesse sentido foi criado o “Programa Universidade para Todos” (Prouni) e houve a renovação e ampliação do “Fundo de Financiamento Estudantil” (Fies). Para compreendermos como se configurou o Fies nos governos Lula, precisaremos discutir algumas características do Prouni em sua gestão, doravante problematizaremos algumas nuances da referida temática.

Segundo Barros (2014) objetivando democratizar o acesso ao ensino superior, o ex presidente Lula criou o Programa Universidade para Todos (Prouni), estabelecido pela Lei 11.096 em 13 de janeiro de 2005, o programa visava oferecer bolsas de estudo parciais e integrais para os cursos de graduação em instituições privadas¹⁶ de ensino superior. O Prouni pode ser percebido como um desdobramento da relação entre o público/privado estabelecida na gestão Lula. O programa tinha como objetivo garantir o acesso a estudantes carentes ao ensino

¹⁶ Em troca da concessão das bolsas às instituições privadas de ensino superior, essas instituições passariam a ter o direito à isenção fiscal dos quatro seguintes impostos: 01 – Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ); 02- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); 03 – Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS); 04- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), dessa maneira, as instituições seriam compensadas pelas bolsas ofertadas através de benefícios tributários (ANDRADE, 2020).

superior, mediante bolsas de estudo, para conseguir a bolsa,esses eram os principais requisitos:

Tabela 3- Características centrais do PROUNI

Tipificação da Bolsa:	Principais Requisitos:
Bolsa Integral:	<ul style="list-style-type: none"> • Estudantes não portadores de diploma de curso superior, e que não possuísem uma renda <i>per capita</i> maior que um salário mínimo e meio.
Bolsa Parcial de cinquenta por cento:	<ul style="list-style-type: none"> • Estudantes não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar <i>per capita</i> não excedesse o valor de até três salários mínimos; • Estudantes que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); que tenham cursado o ensino médio completo em escola pública; ou que tenham cursado o ensino médio completo em instituições privadas com bolsa integral; • Estudantes portadores de necessidades especiais.

Fonte: BARROS, 2014.

O Prouni possuía como objetivo a distribuição de bolsas parciais e integrais em faculdades privadas, visando a acessibilidade de estudantes mais pobres, possuindo como público-alvo estudantes portadores de deficiência e autodeclarados negros e indígenas, buscando também priorizar a formação de professores para a rede básica da educação básica (ANDRADE, 2020).

O Prouni desempenhou um duplo papel no governo Lula, por um lado, proporcionou uma melhora na taxa de rentabilidade dos estabelecimentos educacionais privados, por outro lado, possibilitou uma ampliação do acesso das camadas mais pobres ao ensino superior, no que diz respeito às políticas educacionais e sua relação com o setor privado, o Prouni assumiu a centralidade no governo do ex presidente (ANDRADE, 2020; CARVALHO, 2014).

Ao longo da gestão Lula, o número de estudantes bolsistas que utilizavam o Prouni aumentou significativamente como indica a tabela abaixo:

Tabela 4- Beneficiários do PROUNI durante o governo Lula.

Ano:	Número de estudantes beneficiados pelo Prouni:
2005	95.580 estudantes bolsistas
2006	109.018 estudantes bolsistas
2007	105.574 estudantes bolsistas

2008	124.622 estudantes bolsistas
2009	161.369 estudantes bolsistas
2010	152.743 estudantes bolsistas

Fonte: CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA (2016)

Com base nos dados trazidos pelos autores, pontuamos que 748.897 mil estudantes foram beneficiados com as bolsas do Prouni durante os dois mandatos do ex presidente Lula (2003-2010), durante a sua gestão, o Fies era pouco atrativo para os universitários, o que contribuía para que houvesse um maior interesse da parte dos estudantes pelo Prouni. Através do olhar analítico do *ciclo de políticas*, percebemos que esses foram os *resultados/efeitos* iniciais do Prouni, enquanto política pública (MAINARDES, 2006; COSTA et al., 2017).

O Prouni estava lidando inicialmente com três questões, a primeira dizia respeito às dificuldades econômicas de muitas instituições de ensino superior privadas, a segunda se circunscrevia na democratização do acesso ao ensino superior para estudantes carentes mediante bolsas de estudo, e o terceiro dizia respeito ao alto índice de inadimplência do Creduc, que na época havia sido recentemente transformado em Fies (CARVALHO, 2011).

No plano de governo do ex presidente Lula, foi pontuado a questão do elevado índice de inadimplência do sistema de crédito educativo, programa percebido como insuficiente e inadequado, nesse sentido, o plano reitera a importância da reformulação do Creduc¹⁷, ainda é destacado o panorama de elevado custo financeiro para as famílias carentes poderem custear uma faculdade privada, logo, o ex presidente buscou massificar o acesso ao ensino superior, sobretudo para os estudantes mais pobres (PT, 2002; ROSA, 2013).

Ao longo da gestão Lula, mesmo reformulado, o Fies cresceu muito aquém do esperado, fenômeno que pode ser entendido pelo fato de que os estudantes das camadas mais pobres preferiam o Prouni, pois o estudante adquirindo uma bolsa de estudo integral em uma faculdade privada, não teria que arcar com os custos futuros de um financiamento estudantil, logo, não estaria endividado após se formar, desse modo, muitos universitários optavam pelo Prouni ao invés do Fies. Além disso, desde o ano de sua criação até o ano 2005, a inadimplência para com o Fies, atingiu 38 mil beneficiários. (CARVALHO, 2014; CORBUCCI 2007).

Fazendo uma análise do fenômeno acima descrito através do *ciclo de políticas*, a partir do contexto dos *efeitos/resultados*, percebemos que a principal causa para a baixa aderência de

¹⁷ Como já discutido anteriormente, o Creduc foi reformulado pelo ex presidente FHC em 1999 e transformado em Lei federal em 2001, o plano de governo do ex presidente Lula, leva em consideração o antigo Creduc e não o Fies ao analisar as questões relacionadas a inadimplência e acessibilidade dos estudantes mais pobres ao programa (PT, 2002).

estudantes pelo Fies, e a maior aderência ao Prouni durante a gestão Lula, consistia no fato dos estudantes avaliarem melhor o Prouni, no sentido de não terem mais nenhum compromisso com o programa após o término do curso, o que já não se configurava com o Fies (MAINARDES, 2009).

No ano de 2005, mesmo ano da criação do Prouni, o Fies passou a atender estudantes contemplados com uma bolsa parcial do Prouni, significava dizer que o estudante que fizesse uso de uma bolsa de 25%, 50% ou 75% poderia financiar o restante do valor da mensalidade do curso utilizando o Fies; ainda havia a garantia da oferta de 20% para estudantes negros e indígenas, medida que fazia parte do conjunto de ações afirmativas voltadas para a educação superior no Brasil nas gestões Lula.

Segundo Costa et al., (2017) podemos perceber que nas mudanças que o ex presidente fez ao Fies, ele buscou configurar o programa também enquanto uma política afirmativa, nesse sentido, Lula adotou estratégias para privilegiar regiões pouco atendidas no tocante ao ensino superior, privilegiando desse modo as regiões Norte e Nordeste¹⁸.

No ano de 2007, no início do segundo mandato do governo Lula, o Fies apresentou algumas modificações, como a exemplo da taxa de juros que foi reduzida a 6,5%, além disso, os cursos superiores no campo da tecnologia, licenciaturas em matemática, física, química e biologia, assim como os cursos de medicina, engenharia e geologia se tornaram cursos prioritários na seleção para o estudante obter o financiamento do programa, sendo possível financiar até 100% dos referidos cursos (ANDRADE, 2020).

Durante a gestão Lula também foi feita a seguinte modificação no Fies, os estudantes dos cursos de licenciatura e do curso de medicina possuíam a vantagem de poder abater 1% do valor da dívida a cada mês trabalhado, desde que trabalhassem na rede pública de ensino, no caso dos licenciados, e na rede pública de saúde no caso dos médicos, essa modificação buscou inserir mais profissionais da educação e da medicina nas redes públicas, e concomitantemente oferecer uma vantagem para esses profissionais no pagamento dos seus cursos financiados (ROSA, 2013).

Segue na tabela abaixo o número de estudantes com cursos financiados com o Fies durante o primeiro e segundo mandato do ex presidente Lula:

¹⁸ Analisando o Fies no Nordeste, a participação do total financiado vai de 13% em 2000 para 26% em 2015, chegando ao ápice de 31% em 2007 e 2009, durante as gestões Lula. A partir das modificações feitas no Fies a partir de 2010, os estados nordestinos, passaram a apresentar um número considerável de financiamentos. (COSTA et al., 2017)

Tabela 5- Beneficiários do FIES durante o governo Lula

Ano:	Estudantes beneficiários pelo Fies:
2005	77.212 financiamentos
2006	58.741 financiamentos
2007	49.049 financiamentos
2008	32.384 financiamentos
2009	32.654 financiamentos
2010	71.611 financiamentos
Total:	321.651 financiamentos

Fonte: CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA (2016)

O número de estudantes com cursos financiados com o Fies, é significativamente inferior quando comparado com o número de estudantes bolsistas do Prouni. O Fies passou a ser ainda mais atrativo para os estudantes, a partir das modificações feitas em 2010 no último ano do governo Lula, essas mudanças tiveram como objetivo ampliar e massificar ainda mais o programa de financiamento, a seguir discutiremos como essas mudanças se configuraram.

Em 2010, último ano do governo Lula, a taxa de juros do Fies foi reduzida de 6,5% para 3,4% ao ano. Foi estabelecido um período de carência de 18 meses após a conclusão do curso para o início da cobrança do financiamento. Ainda nesse ano, a gestão Lula aumentou o prazo de pagamento para até três vezes em relação ao tempo do curso, exemplificando para os cursos de 4 anos de duração, o período para que o estudante egresso começasse a pagar o financiamento seria de 12 anos (PEREZ, 2015)

Com a diminuição da taxa de juros a partir de 2010 para 3,4% ao ano, houve a possibilidade de acesso para os estudantes de baixa renda (maioria negra¹⁹) ao ensino superior, pois bastava que o estudante estivesse matriculado em um curso de uma instituição superior privada para que fizesse parte do Fies.

A partir de 2010 no final do segundo mandato do ex presidente Lula, o Fies passa a ter mais relevância, tornando-se mais robusto na questão da acessibilidade e permanência de estudantes no ensino superior privado, o programa deixa de ser administrado pela Caixa Econômica Federal e é co-administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com a participação do Banco do Brasil. Além dos aspectos mencionados, a prioridade deixa de ser apenas estudantes de baixa renda, eo programa passa a abranger estudantes com renda per capita de até de 20 salários mínimos, a regra de pagamento de 50

reais trimestrais como os juros do financiamento permanece inalterada (ANDRADE, 2020).

Na próxima seção discutiremos as reverberações das mudanças feitas no Fies no governo da ex presidente Dilma Rousseff, percebendo o aumento expressivo no número de estudantes beneficiados pelo programa, a partir das flexibilizações de acesso ao Fies promovidas pelo ex presidente Lula. Através do olhar do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), buscaremos perceber quais foram os *efeitos/resultados* dessas modificações feitas no Fies em 2010, na gestão da ex presidente.

4. UM OLHAR SOBRE O FIES NOS TEMPOS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER: ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR E/OU ENDIVIDAMENTO ESTUDANTIL?

A presente seção objetiva discutir a inadimplência no Fies nos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), percebendo como o cenário nacional de instabilidade econômica confluiu para um substancial aumento no número de estudantes inadimplentes com o programa. Também buscamos perceber as modificações que o Fies sofreu nos respectivos governos, refletindo sobre as reverberações dessas mudanças nos jovens estudantes beneficiários.

Encontramos poucos estudos científicos sobre o contexto atual do Fies. Essa situação nos leva a intuir que devido a contemporaneidade da referida temática, isso pode refletir nas poucas publicações acadêmicas sobre essas questões, de modo que também fazemos uso de informações de alguns veículos de comunicação de massa. Ao final do capítulo discorreremos em uma breve contextualização sobre como se configura a questão da inadimplência estudantil na gestão do ex presidente Jair Messias Bolsonaro e na atual gestão federal Luis Inácio Lula da Silva (2023-).

Desde a sua criação no ano de 1999, durante a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso, até as mudanças realizadas pelo presidente Lula em 2010, o Fies era um programa com pouca expressividade em termos de números de estudantes beneficiários, tanto que em pouco mais de 10 anos de existência, o Fies celebrou apenas cerca de 530 mil contratos. Entretanto, após algumas mudanças que serão especificadas mais adiante, já em 2013 no governo da então presidente Dilma Rousseff, o número de contratos do Fies já estava em 559.949 mil.

Para se compreender o ciclo do Fies é necessário retomar algumas mudanças que ele sofreu. O referido programa de financiamento estudantil foi amplamente reformulado através da Lei nº 12.202/2010. Dentre outras alterações, ele passou a ser gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), (BANDEIRA; FARENZENA; NEVES, 2021).

Segundo os autores, a partir das citadas mudanças no programa de financiamento, não era mais obrigatório a exigência de um fiador para o estudante obter o Fies. Ressalta-se que esse antes era um dos empecilhos para a realização de novos contratos.

Nesse caminho, outra ação que o MEC denominaria de “fiança solidária”, consistia em um grupo de familiares ou amigos, ou até mesmo colegas do aluno, se tornassem fiadores uns dos outros. Outrossim, nesse processo nem sempre eram avaliadas as reais condições de pagamento dos fiadores. A ausência de fiador e/ou a “fiança solidária” contribuíram para um

processo maior de endividamento estudantil. Essas novas medidas governamentais para o Fies, de acordo com Queiroz (2014), foram adotadas no segundo mandato do presidente Lula para facilitar a expansão de matrículas de estudantes no ensino superior privado.

Além das modificações acima explicitadas, como já mencionado, a mudança na taxa de juros foi substancial para a ampliação do Fies em 2010, com a nova taxa de 3,4% (antes de 6,5%) para todas as graduações, houve também a ampliação do prazo da dívida, para até três vezes o período do curso mais 12 meses. Além disso, os estudantes egressos de medicina, pedagogia e outras licenciaturas poderiam quitar 1% de suas dívidas trabalhando no setor público de saúde e educação (CARNIELLI; OLIVEIRA, 2010).

A partir dessas medidas governamentais, o Fies ficou ainda mais atraente para milhares de estudantes, de modo que muitos universitários poderiam solicitar o financiamento em qualquer período do ano, uma vez que havia um relaxamento das regras do programa, inclusive até mesmo estudantes que podiam pagar pelas mensalidades dos seus cursos, optavam pelo programa de financiamento (HOBMEIR, 2020; MORAES, 2017).

A tabela abaixo nos mostra como se deu o expressivo aumento no número de contratos de financiamento do Fies após as modificações realizadas no programa pelo presidente Lula em 2010. Vale ressaltar que essas alterações tiveram seus efeitos reverberados nas gestões da ex presidente Dilma Rousseff (2011-2016).

Tabela 6- Beneficiários do FIES durante o governo Dilma

Ano	Número de estudantes beneficiários
2010	76.170 contratos
2011	154.266 contratos
2012	377.860 contratos
2013	559.949 contratos
2014	243.234 contratos
Total	1.900.758 contratos

Fonte: CASTELLANO, 2016.

Em 2009, o número de contratos do Fies somava aproximadamente 182 mil, já em 2015, primeiro ano do segundo mandato Dilma Rousseff, com as novas mudanças no programa, o número chegou a 1,9 milhão, um aumento médio de 280 mil estudantes beneficiários por ano, as alterações promovidas no Fies no final do segundo mandato da gestão Lula em 2010,

repercutiram substancialmente no governo Dilma¹⁹ (2011-2016), de modo que o número de alunos com financiamento aumentou consideravelmente. Apenas no ano de 2014 foram realizados 733 mil novos contratos. O número de novos contratos incidiu diretamente nos gastos federais com o programa de financiamento, despesas que passaram de R\$ 1 bilhão para R\$15 bilhões entre 2010 a 2015 (CASTELLANO, 2016; VASCONCELOS, 2017).

Partindo do olhar teórico do *ciclo de políticas*, sobretudo no que tange ao contexto dos *resultados/efeitos*, acentuamos que esse aumento substancial no número de estudantes beneficiários do programa, é resultado direto das modificações com vistas à ampliação do Fies no final da gestão Lula; modificações que reverberaram substancialmente e diretamente nos governos Dilma Rousseff, conforme demonstramos nos dados acima (MAINARDES, 2006).

O aumento no número de novos contratos do Fies na primeira gestão Dilma Rousseff, representou também o aumento de contratos em inadimplência, no ano de 2013. Do número total de contratos, 45,91% dos beneficiários do Fies estavam em inadimplência. No ano seguinte, em 2014, o cenário de inadimplência chegava a 52,86% do total de contratos (CARVALHO; SOARES NETO; PINHEIRO, 2020).

Em 2015, primeiro ano do segundo mandato da ex presidente Dilma Rousseff, o número de estudantes beneficiários com o Fies chegava a um total de cerca de 2.200.000 contratos, esses números demonstram o protagonismo que o programa passou a ter cada vez mais ao decorrer das gestões da ex presidente (HOBMEIR, 2020; MORAES, 2017).

Doravante, discorreremos sobre o Fies no cenário de instabilidade política e econômica que passou a se configurar no final do primeiro mandato e início do segundo da ex presidente Dilma Rousseff. Não constitui nossa pretensão acadêmica o aprofundamento das razões ou caracterizações das crises política e econômica que marcaram o país naquele contexto histórico, de tal sorte que buscamos perceber como essas instabilidades ressoaram no programa de financiamento estudantil, e de que maneira esse panorama político e econômico confluiu para a inadimplência de milhares de estudantes universitários beneficiários do Fies.

O ano de 2014 foi caracterizado pela realização de uma eleição bastante acirrada, a ex presidente Dilma Rousseff, concorria à reeleição, ao passo que o senador tucano Aécio Neves disputava a presidência da república. Vencedora do pleito eleitoral, Dilma Rousseff precisava lidar com a questão da recessão econômica e a crise fiscal, de modo que realizou no ano seguinte, dentre outras medidas, mudanças no programa de financiamento estudantil

¹⁹ Com as regras do “Novo Fies” em 2010, houve uma explosão de novas adesões, em 2010 eram 529.533 contratos, já em 2014 esse número somava 1.910.714 o número de alunos beneficiários (BANDEIRA; FARENZENA; NEVES, 2021)

(BANDEIRA; FARENZENA; NEVES, 2021).

Para Dweck e Teixeira (2017), alguns acontecimentos econômicos internacionais contribuíram (in)diretamente para o cenário de instabilidade econômica no Brasil nos últimos anos da gestão Dilma Rousseff, a exemplo da crise da Zona do Euro combinada com a desaceleração da economia chinesa e uma recuperação econômica lenta dos Estados Unidos da América que tinham entrado em crise financeira desde 2008.

Segundo os autores, ao final de 2014, frente aos citados problemas econômicos, houve uma desaceleração do crescimento econômico no Brasil, bem como a retração da arrecadação de impostos e uma significativa piora na política fiscal. De modo que no início do segundo mandato da ex presidente, isto é, em 2015, foram adotadas medidas restritivas em todas as áreas, substancialmente no setor fiscal com a finalidade de buscar a estabilidade econômica e/ou a tentativa de impedir que o quadro econômico nacional ficasse ainda mais prejudicado.

A economia nacional passou de desaceleração²⁰, ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma (2011-2014) para recessão já a partir do primeiro ano do segundo mandato, ou seja 2015, intensificando o debate sobre o papel da política fiscal e o corte de investimentos públicos na educação. Esse contexto se caracterizou sobretudo após o Ministro da economia, Joaquim Levy buscar a retomada do crescimento mediante ajustes econômicos considerados ortodoxos, pelos atores políticos progressistas que ajudaram a reeleger a ex presidente Dilma Rousseff.

Com o cenário econômico instável e o crescente número de estudantes inadimplentes com o Fies, a ex presidente Dilma Rousseff realizou algumas mudanças no programa de financiamento. Essas alterações objetivaram diminuir a quantidade de novos contratos, levando em consideração a necessidade de reajuste dos recursos públicos para o programa, bem como reduzir a inadimplência estudantil. Discutiremos adiante as principais mudanças realizadas no Programa pela ex presidente.

O *contexto de influência* da teoria do *ciclo de políticas*, nos ajuda a compreender as razões ou os contextos social, político e econômico que confluem para uma determinada política pública ser formulada e implementada, ao analisar o panorama de crise política e econômica após 2014, entendemos as razões que levaram a ex presidente a modificar o programa de financiamento com vistas à redução da inadimplência estudantil (MAINARDES, 2009)

²⁰ Para Dweck e Teixeira (2017) uma das explicações para a desaceleração do crescimento econômico no primeiro mandato da presidente Dilma, pode ser percebido pela regressão da estrutura produtiva, a desindustrialização e a crise fiscal.

De acordo com Vasconcelos (2017), a preocupação com a inadimplência de estudantes universitários com o Fies, estava presente desde a gestão Lula. O Presidente em seu segundo mandato elaborou em 2009, a Lei nº 12.087/09 criando o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC²¹), o fundo possuía como principal propósito diminuir os índices de inadimplência do programa. O FGEDUC era administrado pelo Banco do Brasil, garantia, no Art.3º, Inciso V, de 90% de cobertura nas operações do crédito estudantil, buscando maior transparência e agilidade. A partir de então, cada IES (Instituição de Ensino Superior) credenciada era obrigada a fazer uma Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento do Fies (CPSA), com o objetivo de validar as informações declaradas pelo estudante no ato da inscrição e no aditamento dos contratos.

Segundo Castellano (2016), no início do segundo mandato da ex presidente Dilma Rousseff, foram realizados muitos cortes orçamentários visando um profundo ajuste fiscal. No começo de 2015, os cortes na educação chegaram ao patamar de 9,4 bilhões, porém, através da Medida Provisória nº 686, publicada em julho de 2015, foi concedido crédito extraordinário na quantia de R\$ 9,82 bilhões favoráveis ao Ministério da Educação, destinados aos encargos financeiros da União e das operações oficiais de crédito.

Cunha (2017) assinala que a crise econômica no segundo mandato da ex presidente Dilma Rousseff (2015-2016), atingiu em cheio o sistema privado do ensino superior, principalmente pelo agravamento das condições de vida dos estudantes, onde muitos abandonaram seus cursos, até mesmo aqueles que possuíam algum tipo de bolsa não tiveram mais condições de continuar estudando. Houve uma redução expressiva no número de estudantes que utilizavam o Fies. No ano de 2014, eram 38% dos estudantes em instituições privadas, número que caiu para 15% em 2015, ou seja, o percentual de estudantes que faziam seus cursos mediante o Fies caiu em um pouco mais de 50% .

Remetendo ao *ciclo de políticas*, no que se refere ao contexto dos *resultados/efeitos* percebemos que as medidas da ex presidente Dilma Rousseff que objetivaram a diminuição de novos contratos no programa de financiamento, obtiveram êxito, haja que houve uma substancial diminuição no número de novos contratos, após as mudanças feitas pela ex presidente a partir de 2014/2015 (MAINARDES, 2006).

Em 2015, a partir do ajuste fiscal estabelecido na gestão Dilma Rousseff, foram feitas

²¹ O FGEDUC foi criado como um meio para a ampliação do Fies, e para contribuir para a redução da inadimplência do programa. O FGEDUC proporciona segurança e facilidades aos diversos agentes que participam do Fies (GILIOLI, 2017)

alterações no programa de financiamento estudantil com o objetivo de deixar o programa mais rígido. Com as novas regras só poderiam participar estudantes que não tivessem diploma de ensino superior, além disso a taxa de juros aumentou de 3,4% para 6,5% (MORAES, 2017).

Com as novas mudanças o critério para o financiamento tornou-se mais rigoroso, de modo que o desempenho dos estudantes beneficiários no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) passou a ser levado em consideração. Doravante, o estudante que desejasse obter o financiamento deveria ter pontuação igual ou superior a 450 pontos, o que equivalia a nota média dos estudantes no ENEM (CASTELLANO, 2016).

Segundo Castellano (2016), além das mudanças citadas acima, o estudante que desejasse obter o financiamento do seu curso, não poderia ter a nota zero na redação, além disso, o Fies passou a ser concedido apenas a indivíduos cuja renda familiar mensal bruta *per capita* não excedesse a 2,5 salários mínimos, diferentemente do cenário discutido anteriormente, quando mostramos que nas regras anteriores, até mesmo estudantes que poderiam custear seus cursos, utilizavam o programa de financiamento.

Um elemento importante para ser levado em consideração, dizia respeito à questão do comprometimento da renda familiar mensal bruta *per capita* da família que adquirisse o empréstimo. O comprometimento com o financiamento chegava a ser de 38% para o estudante cuja renda familiar estivesse entre 2 a 2,5 salários mínimos. A nova regra de exigência do Fies, envolvendo a renda *per capita* também objetivava proteger as famílias pobres de um endividamento excessivo (CASTELLANO, 2016).

Além dos aspectos mencionados, o desempenho das faculdades privadas participantes do Fies, passou também a ser levado em consideração, cursos de graduação com conceito 5 e 4 no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), passaram a ter prioridade na obtenção no programa de financiamento. Além dessas mudanças, com as novas regras, os cursos privilegiados nos novos contratos seriam na área da saúde, formação de professores e engenharias, o que demonstrava o viés técnico e estratégico das novas operações do Fies (CASTELLANO, 2016).

Ainda segundo a Castellano (2016), nas novas alterações do Fies a partir de 2015, o critério de caráter regional fazia-se presente, a justificativa dessa mudança ocorria por conta das desigualdades regionais/sociais observadas em todo território nacional. Após as mudanças realizadas no Fies em 2010 pela gestão Lula, a região Sudeste, com a maior renda per capita do país, no ano de 2014, disparou no número de contratos pelo Fies. Em 2009, haviam 12.571 contratos, ao passo que em agosto de 2014, o número de novos contratos passou para 321.422; em contraposição a região Norte, que passou de 1.448 contratos para 49.743 no mesmo

período²².

Com todas essas modificações realizadas no programa de financiamento a partir de 2014/2015, também podemos perceber que houve uma queda de 57% no número de estudantes beneficiários do Fies, sobretudo quando comparado com 2014 quando foram realizados 731,7 mil contratos, contrastando com 2015 onde foram realizados 313 mil contratos. Ou seja, as medidas que dificultavam a acessibilidade ao Fies, visando maior sustentabilidade no programa, surtiram *resultados/efeitos* como já demonstramos utilizando a teoria do *ciclo de políticas* (CARVALHO *et al*, 2019; MAINARDES, 2006).

A partir de agora, passaremos a problematizar como se caracterizou o panorama de inadimplência no Fies, substancialmente a partir do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, percebendo inicialmente o cenário de inadimplência paralelamente com o desemprego do país naquele contexto. Também discutiremos as reverberações das mudanças no Programa e seus reflexos para os estudantes mais pobres.

De acordo com Moraes (2017), diante do cenário de crise econômica e política que atravessou o Brasil após 2014, o número de desempregados em 2015 chegou a um patamar de 9,1 milhões de pessoas. O panorama de desemprego afetou diretamente a vida de milhões de brasileiros, contribuindo (in)diretamente para o subemprego. Isto é, o trabalho não regulamentado, assim como a falta de moradia digna e alimentação básica, além disso, milhares de estudantes universitários recém-formados mediante o Fies, estavam endividados com o programa de financiamento.

Segundo a autora, se por um lado, esses estudantes haviam sido diplomados, por outro lado, encontravam-se em dívida com o Estado brasileiro, resultando em uma alta taxa de inadimplência para com o Fies, o aumento da taxa de juros para novos financiamentos concomitantemente com outras mudanças já mencionadas, contribuíram para que muitos estudantes não conseguissem seguir seus estudos universitários mediante um financiamento no ensino superior. Nesse sentido Carvalho, Soares Neto e Pinheiro (2020) consideram que o Fies, enquanto política educacional, não se desvincula do estudante após a conclusão do curso, de modo que após o término do curso, muitos estudantes estavam endividados com o Programa.

Vasconcelos (2017) assinala que o Fies é destinado especialmente para estudantes advindos do ensino público da educação básica que por sua vez não concorrem em igualdade

²² Segundo Castellano (2016), esses números podem ser explicados, devido ao fato de que na região Sudeste, há uma maior dimensão populacional, além de grande parte das IES privadas concentrarem-se nessa região, de modo que a demanda por financiamentos com o Fies é significativamente maior.

de oportunidades com estudantes do ensino privado. Logo, quando as regras para a obtenção do financiamento com o Fies tornaram-se mais rigorosas, milhares de estudantes, sobretudo os mais carentes, tiveram o acesso dificultado ao programa²³.

A autora pontua a importância das políticas públicas que democratizam a acessibilidade dos mais pobres ao ensino superior, pois essas políticas oportunizam o acesso ao ensino superior para muitos estudantes que de outra forma não poderiam adquirir um diploma universitário. Porém, mesmo com essas ações governamentais, a educação superior brasileira continua a ser excludente e inacessível a uma parcela substancial da população, principalmente aos jovens de baixa renda.

Muitos são os fatores que afetam o acesso dos estudantes mais pobres ao ensino superior, tais como o alto custo das mensalidades das faculdades privadas, como também as poucas vagas nas instituições públicas de ensino superior, que terminam sendo ocupadas em sua maioria por estudantes oriundos das escolas particulares, nesse sentido, mesmo com a problemática da inadimplência, o Fies buscou democratizar o acesso e a permanência de estudantes mais pobres ao ensino superior privado (VASCONCELOS, 2017).

Para Sanches (2018), o financiamento estudantil, pode se configurar como uma excelente forma do governo melhorar o índice de escolarização da população, ampliando o acesso para estudantes que não teriam condições de pagar, ou que não conseguiram uma vaga em uma universidade pública.

Entretanto, por mais interessante que uma política pública voltada para a acessibilidade do ensino superior possa ser, um diploma universitário por si só não é capaz de garantir um emprego a um estudante recém-formado. O Fies mostrava-se diante do panorama exposto, incerto no tocante ao adimplemento dos beneficiários. O estudante egresso que não conseguiu emprego, precisava também quitar as dívidas do financiamento que utilizou para cursar sua faculdade (BANDEIRA; FARENZENA; NEVES, 2021).

O financiamento estudantil está substancialmente relacionado ao processo de privatização do ensino superior. Ele interliga-se com a vida do estudante universitário, ao passo que também possui elo com a vida do futuro trabalhador, recém-formado. Este terá que pagar a dívida contraída. Desse modo, o processo de inadimplência e endividamento estudantil estão envencilhados à situação econômica de um país, pois nem sempre o risco do não recebimento

²³ Segundo Carnielli e Oliveira (2010), muitos estudantes veem no Fies a esperança de terminarem os seus cursos de graduação, a partir do momento que foram feitas alterações no Programa com vistas a deixar a sua acessibilidade mais dificultada, essa esperança tornou-se mais remota.

é calculado; logo, não há uma segurança no recebimento da dívida (MACIEL, 2021; SANCHES, 2018).

Um dos elementos que passou a dificultar o acesso dos estudantes ao Fies, a partir das mudanças realizadas pela ex presidente Dilma a partir de 2014, foi a exigência de um fiador. Muitos estudantes eram pré-selecionados, todavia, os seus contratos eram inviabilizados por não apresentarem um fiador que seria o responsável durante o período do financiamento, e até mesmo após o financiamento, caso o estudante não conseguisse quitar sua dívida com o Programa (CARNIELLI; OLIVEIRA, 2010).

Diante desse cenário, assinala-se que a falta de sustentabilidade do Fies, passou a se caracterizar categoricamente no segundo mandato da ex presidente Dilma Rousseff. O programa passou a apresentar um alto risco fiscal (SILVA; SOARES, 2019).

Na publicação do G1, de 11 de janeiro de 2016, segundo ano do segundo mandato da ex presidente Dilma, foi noticiado o relatório da Controladoria Geral da União (CGU) mostrando que 47% dos estudantes que utilizaram o Fies estavam inadimplentes com o Programa e, a partir de então, o governo federal poderia acionar a justiça para receber os débitos dos estudantes beneficiários do programa.

De acordo com Cunha (2017), o cenário de instabilidade econômica no final do segundo mandato do governo Dilma Rousseff, levou a um cenário de inadimplência com o Fies, no ano de 2016, na ordem de 50% dos contratos. Esse panorama se agravou em decorrência das políticas econômicas e educacionais do, então, governo Michel Temer, do qual passaremos a discorrer adiante.

Após o processo de *impeachment* (considerado por muitos como um golpe parlamentar) da ex presidente Dilma Rousseff, o governo Michel Temer, ao tomar posse, deu avanço a implementação de uma política de austeridade fiscal, mediante privatizações e cortes em investimentos sociais. Essas medidas, supostamente objetivaram reequilibrar a economia, a redução da dívida pública e inflação, buscando para tal, a elevação do crescimento econômico. Vale ressaltar que as medidas econômicas e políticas do ex presidente Michel Temer possuíram um substancial diálogo com o espectro econômico neoliberal (BIDARRA; MATTEI, 2022).

Segundo Cunha (2017), com a reforma constitucional que congelou por 20 anos, as despesas governamentais, o Ministério da Educação freou os gastos com o Fies, de modo que o número de vagas em 2017 foi reduzido para um patamar igual à metade de 2015, ou seja, para 150 mil novos alunos.

Outra modificação no Fies durante o governo Michel Temer (2016-2018) configurou-se através da Medida Provisória nº 741, baixada em julho de 2016. A medida transferia do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação para as instituições privadas, os encargos financeiros bancários das bolsas do Fies.

No ano de 2017, o governo Michel Temer anunciou o “Novo Fies” com uma redução de 40% nos novos contratos, assim como a redução das mensalidades para até R\$ 5 mil. Com essas alterações, o custo do Fies ficaria em R\$ 20 bilhões em 2017. Também foi anunciado que a partir de 2018, as faculdades deveriam aumentar seu aporte para o fundo garantidor acionado em caso de inadimplência, passando de 6,5% da mensalidade para 13% (CARVALHO *et al*, 2019).

Ainda segundo os autores, as modificações no Fies contribuíram para que ano a ano, o número de estudantes beneficiários diminuísse paulatinamente, em 2016 eram 1,2 milhão de estudantes com cursos financiados pelos Fies, número que caiu para 1,07 milhão em 2017. Partindo do olhar do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), a partir do *contexto dos resultados/efeitos* notamos que tanto as modificações realizadas por Dilma Rousseff e Michel Temer, obtiveram os mesmos resultados, no que concerne a diminuição de estudantes que passaram a utilizar o programa.

Como pontuado, em 2017 sob o governo Temer, o Fies passou por diversas reestruturações, sobretudo através da Lei nº13.530/2017, cuja a finalidade era diminuir a concentração de risco da União, diminuindo a inadimplência. Além disso, a lei tinha como propósito aprimorar a gestão do referido programa de financiamento (BIDARRA; MATTEI, 2022).

Segundo Bidarra e Mattei (2022), a partir de 2018, último ano da gestão Michel Temer, a vigência do novo modelo do Fies, foi organizada sobre três modalidades, conforme discutiremos na tabela abaixo:

Tabela 7- Características centrais do FIES no governo Temer

Fase I:	<p>Voltada para famílias com renda <i>per capita</i> de até 3 salários mínimos, com taxa de juros zero, por essa razão não necessitava de um fiador e o risco das operações passariam a ser compartilhadas entre a União e as instituições privadas, que passavam a ser cotistas do novo fundo garantidor (FGFies), de tal sorte, contribuiriam com o fundo em proporção direta ao nível de inadimplência dos egressos de cada uma delas.</p> <p>Na fase I não estava previsto o período de carência após o término do curso e o valor das amortizações foi vinculado a renda do egresso, sendo também flexível o prazo, ademais foram estipulados valores mínimos de pagamento.</p>
Fases II e III	<p>Essas fases foram destinadas aos estudantes com renda de até cinco salários mínimos <i>per capita</i>, sem fundo garantidor, sendo a totalidade do risco alocado sob a responsabilidade das instituições financeiras que forneceram os empréstimos. As taxas de juros, o percentual dos encargos educacionais financiados, assim como os prazos para o pagamento da</p>

dívida seriam determinados pelo contratante e contratado.

Fonte: BIDARRA, MATTEI (2022).

Mesmo com as modificações feitas no Programa, a inadimplência com o Fies, continuava significativa. Na publicação do G1 de 25 de junho de 2018, o Ministério da Educação publicou que as dívidas para com o programa de financiamento já somavam 10 bilhões. De 2014, último ano do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, para 2018, último ano da gestão Michel Temer, a inadimplência do Fies, dobrou.

Em 26 de setembro de 2018, há pouco mais de três meses para o término da gestão Michel Temer, em publicação do R7, site de notícias do grupo Record, mostrou-se que 57,1% dos contratos em amortização estavam em atraso. A dívida do Fies havia crescido 30 vezes em três anos, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

A partir da publicação desses dados, o Comitê Gestor do Fies pretendeu discutir um novo modelo de renegociação para o mês de outubro de 2018. A ideia foi adotar parcelas menores e mais tempo para se quitar a dívida. A renegociação das dívidas do Fies, foi aprovada segundo a publicação do Ministério da Educação, em seu próprio *site*, no dia 31 de outubro de 2018. A resolução permitia a renegociação de dívidas com o fundo de financiamento. Com a resolução publicada, os estudantes poderiam renegociar a dívida até 31 de dezembro de 2019.

De tal sorte, foi publicada a Lei 13.682 que tratava dos Fundos constitucionais de Financiamento e permitia a renegociação. Essa proposta havia sido discutida um mês antes pelo, então, ministro da educação, Rossieli Soares na reunião anual da Frente Parlamentar Mista da Educação, na Câmara dos Deputados.

Com a medida, o estudante contratante do Fies teria duas opções: parcelamento, que permitiria estender o prazo de pagamento da dívida para até 48 parcelas mensais; e incluir os estudantes com contratos mais antigos na campanha de renegociação, podendo diluir os valores em atraso nas parcelas a vencer.

Como podemos verificar, o Fies no governo Michel Temer também se caracterizou pela alta taxa de inadimplência no programa, ao passo que o governo também tomou medidas objetivando o adimplemento de estudantes formados pelo Fies. As modificações no programa de financiamento, bem como a questão da inadimplência continuaram ressoantes no governo sucessor ao de Michel Temer, ou seja, no governo Bolsonaro (2019-2022).

Vale ressaltar que levando em consideração os nossos objetivos de pesquisa e o tempo para o término da referida dissertação, não constitui nossa pretensão intelectual problematizarmos o Fies na gestão governamental, do ex presidente Bolsonaro (os dados que trazemos são de ordem contextual para a percepção de como a questão da inadimplência estudantil se desenha no

contexto atual conjuntura política.

Durante o período pandêmico, a gestão de ultradireita do ex presidente Jair Messias Bolsonaro, foi sancionada uma lei que suspendia o pagamento do Fies na pandemia, de acordo com a publicação da Agência Brasil de 10 de julho de 2020. A lei foi aprovada no Congresso Nacional e suspendia os pagamentos das parcelas do Fies.

Segundo publicação do jornal Correio Brasiliense, no dia 19 de janeiro de 2023, 19 dias após tomar posse em seu terceiro mandato presidencial, o atual presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, em conversa com 106 reitores e vice reitores de universidades federais e institutos federais, afirmou que grande parte dos jovens devedores estão desempregados, por isso não estão pagando o Fies.

Ainda pontuou que o Brasil é um país tolerante com a dívida dos ricos, porém exige de jovens que acabaram de se formar que paguem o Fies. O presidente Lula reiterou que esses jovens logo vão conseguir emprego e por conseguinte, quitarem suas dívidas. A atual gestão federal, que possui nesse momento, pouco mais de um mês de gestão, ainda não pontuou como pretende lidar com a inadimplência estudantil.

Além da suspensão do pagamento, a lei criava um sistema para o refinanciamento de dívidas, variando de acordo com a forma escolhida para quitar os débitos, podendo chegar até a 175 prestações mensais com os pagamentos iniciados a partir de janeiro de 2021. A lei permitiu ainda o abatimento de parcelas do Fies para os profissionais de saúde que trabalhassem no atendimento a infectados pela Covid-19 e também aumentava o limite de participação da União no Fundo Garantidor do Fies.

Segundo a publicação do Senado Federal de 22 de junho de 2022, a mais recente lei sancionada pelo ex presidente Jair Bolsonaro reduziu em até 99% dívidas com o Fies, a lei beneficiou alunos que aderiram ao Fies até o segundo semestre de 2017. A referida lei tem origem na Medida Provisória 1.090/2021, que foi editada em dezembro de 2021.

A Lei nº 14.375 de 2022 pontua que o estudante que tem débitos vencidos e não pagos há mais de 90 dias na data da publicação da medida (30 de dezembro de 2021), poderiam ter desconto de 12% no pagamento à vista, ou parcelar o débito em 150 meses, com perdão dos juros e das multas, quando o débito passar de 360 dias, podem se aplicar descontos a partir de 77%. Para que o estudante pudesse aderir à renegociação de dívida do Fies, o beneficiário do Programa deveria procurar os canais de atendimento que serão disponibilizados pelos agentes financeiros como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1. Principais fundamentos da Pesquisa Qualitativa

Este capítulo é subdividido em três seções, na primeira buscamos discorrer sobre as características basilares da pesquisa qualitativa, realçando a subjetividade e os métodos de pesquisa, na segunda seção objetivamos perceber as nuances da entrevista semiestruturada, e na última seção problematizamos o nosso enfoque teórico-metodológico no que tange ao "*ciclo de políticas*" de Stephen Ball e Richard Bowe, que conduz toda a nossa dissertação.

Inicialmente ressaltamos que são muitos os desafios ao se trabalhar com uma pesquisa acadêmica, haja vista que uma problemática pode se constituir de diversas nuances e perspectivas, para tanto, configura-se inicialmente a necessidade de delimitação do objeto de pesquisa. Outro elemento para assinalarmos consiste em perceber que os objetos de uma pesquisa em educação sofrem alterações do ponto de vista histórico, econômico, político e social (COSTA, 2002).

Segundo Gati (2012), as pesquisas acadêmicas no âmbito da educação se utilizam de muitos vieses, bem como de articulações com outros campos do saber. Tal como fazemos em nossa pesquisa, buscamos compreender o Fies, sobretudo no que diz respeito ao fenômeno da inadimplência e/ou mobilidade social nas gestões federais Dilma Rousseff/Michel Temer (2015-2018), ao passo que fazemos uma alusão histórica e social dessa política pública educacional.

Objetivando um elo entre aquilo que é pesquisado e a realidade social, torna-se de substancial importância uma maior consciência social por parte dos pesquisadores. Nesse sentido, Almeida (2020) pontua que as pesquisas em educação buscam dialogar e se articular com muitas das questões presentes em nossa sociedade, a exemplo da inadimplência e/ou ascensão social do Fies que aludi à uma problemática contemporânea.

O intuito de pesquisar, deve vir de uma curiosidade e não apenas de uma experiência específica, de modo que o caminho epistemológico precisa possuir “coerência e desdobramentos que articulam todos os passos de uma pesquisa” (LAGE, 2013, p. 50). Para a autora, pesquisar é traçar um caminho seguro, com passos definidos previamente previstos, por isso a importância de uma metodologia de pesquisa.

Segundo a autora, torna-se vultoso a problematização e delimitação do objeto de pesquisa. Esse fenômeno é construído em decorrência do olhar do pesquisador sob o contexto social, buscando refletir sobre como esse contexto se configura, sobretudo em uma pesquisa qualitativa, tal como é a nossa. Diante do exposto, retomaremos o nosso objetivo geral e

específicos explicitando os lugares que pretendemos chegar com o nosso estudo.

Como o **objetivo geral**: Compreender como a política educacional de financiamento estudantil no ensino superior (Fies) reverberou na vida social e profissional de estudantes de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), durante o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff (2015- 2016) e Michel Temer (2016-2018).

Para alcançar o objetivo geral, elegemos os seguintes **objetivos específicos**: a) Identificar, na visão de alunos egressos que concluíram seus cursos de licenciatura em História se houve ascensão social proveniente da conclusão dos seus cursos; b) Mapear as dificuldades que esses estudantes egressos tiveram, mesmo utilizando o Fies para custear suas licenciaturas; e c) Verificar se os alunos egressos dos curso de História também estão endividados após a conclusão de seus cursos.

Com vistas a discussão, problematização e investigação dos temas propostos, utilizamos em nossa pesquisa, a metodologia qualitativa, da qual passaremos a discorrer adiante, percebendo suas principais nuances, problematizando sobre sua relação com as Ciências Sociais e o papel da subjetividade nessa metodologia. Também buscamos perceber o papel do pesquisador na produção da pesquisa qualitativa.

A partir da metodologia qualitativa, a vida humana é vista como uma atividade interativa e interpretativa. Ou seja, os homens e as mulheres constroem sentidos e significados para as suas existências e essa construção engendra a realidade social. Nesse caminho, a pesquisa qualitativa busca compreender esses fenômenos cientificamente (OLIVEIRA,2008).

Segundo Alves (1991), caracterizar a pesquisa qualitativa não é fácil, haja vista a enorme variedade de denominações²⁴ que compõem essa metodologia. Essas denominações buscam refletir as origens e as perspectivas metodológicas diversas, que resultam em diferentes estratégias de pesquisa.

A metodologia qualitativa constitui um método de pesquisa amplamente utilizado pelos cientistas sociais. Essa metodologia busca desenvolver uma reflexão e uma análise dos fenômenos sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros fenômenos que nos possibilita o mapeamento e a descrição de um determinado objeto de pesquisa (GASKELL, 2017).

Essa metodologia ocupa um lugar de suma importância entre as mais diversas possibilidades de se pesquisar os fenômenos que envolvem os seres humanos e as suas relações sociais, se constituindo em um método de escolha de procedimentos sistematizados para que

²⁴ São denominações que compõem a perspectiva metodológica qualitativa: naturalista, pós-positivista, antropológica, etnográfica, estudo de caso, humanista, fenomenológica, hermenêutica, ideográfica, ecológica, construtivista, pós-estruturalista, entre outras (ALVES, 1991).

assim possa ser feita a descrição e compreensão dos elementos analisados no decorrer da pesquisa (RICHARDSON, 1989; GODOY, 1995).

Segundo Zanette (2017), no Brasil a abordagem qualitativa vem se configurando como enfoque metodológico desde a década de 1970, tornando-se uma importante perspectiva na produção acadêmica no âmbito das Ciências Sociais e substancialmente na educação. De acordo com o autor, a pesquisa educacional vem utilizando a metodologia qualitativa preponderantemente após as transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil, durante a passagem da ditadura militar para a redemocratização, quando se passou a pensar academicamente questões de ordem social com perspectivas teóricas mais críticas. O autor ainda assinala que ao transcorrer da história, a utilização da metodologia qualitativa tem contribuído com o avanço do saber na dinâmica do processo educacional, repensando questões de ordem política, histórica e cultural e seus reflexos na educação.

Segundo Soares (2019) essa abordagem de pesquisa se caracteriza pelo desenvolvimento conceitual, problematização de fatos, ideias ou opiniões, tendo um caráter exploratório, subjetivo e possuindo um entendimento indutivo. Nesse caminho, são características centrais do método qualitativo de pesquisa:

Tabela 8- As principais características da metodologia qualitativa

I. O método qualitativo possui um ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;	VI. A subjetividade suscita problematizações e assume diferentes significados na problemática investigada;
II. Os dados recolhidos são preponderantemente descritivos;	VII. O estímulo à multiplicidade de diferentes perspectivas teóricas possibilitam diferentes lentes para a leitura do fenômeno analisado;
III. A preocupação com o processo de pesquisa é muito maior que o produto;	VIII. A diversidade de interpretações teóricas somam-se à subjetividade e a multiplicidade, indicando como a pesquisa é conduzida;
IV. Os “sentidos” que os sujeitos atribuem às coisas e às suas vivências são elementos de atenção do pesquisador;	IX. A narração possui um espectro discursivo, sugestivo e impositivo, o cientista social contextualiza e argumenta, analisando os dados inserindo suas perspectivas teóricas na construção da pesquisa;
V. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo de pesquisa;	X. Não há necessariamente uma estruturação na coleta de dados, indicando que possa ser fechada ou padronizada.

Fonte: Soares (2019)

Flick (2009) destaca que além das diferentes perspectivas que uma pesquisa qualitativa pode assumir, esse método exige flexibilidade do pesquisador para abordar um determinado campo, buscando compreender os sujeitos e os contextos nos quais estão inseridos.

Nesse caminho, os nossos sujeitos de pesquisa são estudantes egressos do curso de História da FAFICA, que conseguiram se formar mediante a utilização do programa de financiamento, o Fies, em que muitos encontram-se inseridos no mundo do trabalho e estão conseguindo realizar os pagamentos das parcelas do curso financiado, ao passo que outros encontram dificuldades para efetuação do pagamento das parcelas do programa de financiamento e portanto estão inadimplentes.

A pesquisa qualitativa constitui uma prática coletiva, como anteriormente mencionado, porém é também uma prática individual. Nesse sentido, o pesquisador tem um lugar privilegiado para o exercício de suas subjetividade, gerando conhecimentos, González (2020, p. 162), assinala que “[...] assim, o pesquisador qualitativo não pode se afastar de seu assunto de pesquisa porque está imerso, embebido, embutido, implicado, nele com sua carga de subjetividade toda [...]”.

O autor ainda destaca que o pesquisador qualitativo é considerado o dispositivo principal das pesquisas qualitativas, à medida que esse cientista social é um sujeito que que pensa, percebe, sente, expressa interesse pelo assunto que deseja pesquisar.

Nosso interesse em estudar a questão da inadimplência no Fies e/ou ascensão pós utilização do Fies, consiste, entre outros fatores, em percebermos como uma formação superior constitui em um elemento de fundamental relevância para a ascensão social de estudantes desprivilegiados pelo sistema social capitalista. Entretanto, em um cenário de instabilidade econômica, muitos estudantes não conseguem se inserir no mundo do trabalho, e por conseguinte terminam inadimplentes para com o programa de financiamento, as razões dessa inadimplência também nos desperta curiosidade epistêmica.

Para González (2020), o pesquisador qualitativo necessita possuir sensibilidade para coletar informações e dados que denotem os aspectos subjetivos das ações humanas e sociais, compreendendo e descrevendo em profundidade esses fenômenos, a partir de conceitos teóricos. Vale ressaltar que a nossa análise teórica fundamenta-se no “*ciclo de políticas*” de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), que discutiremos mais adiante.

Os objetos de estudo das Ciências Sociais são as pessoas e as suas atividades, doravante, o pesquisador qualitativo preocupa-se em compreender essa experiência vivida pelos seres humanos, considerando que as relações humanas são interativas e interpretativas. O pesquisador qualitativo precisa ser observador, utilizar múltiplas estratégias de investigação e interagir com os pesquisados (TRIVIÑOS, 1987; OLIVEIRA, 2008).

O pesquisador qualitativo interpreta dados, precisa possuir uma postura crítica, criativa, flexível e investigativa, sendo necessária uma ação metodológica delimitada, disciplinada e

orientada por princípios metodológicos claros, ou seja, a prática da ação cientificamente planejada (MINAYO, 2009).

Utilizamos a entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados, como maneira de obter dados para alcançarmos os nossos objetivos de pesquisa.

A entrevista semiestruturada constitui-se em um sistema de coleta de informações e dados de uma pesquisa qualitativa, sendo substancialmente utilizada em pesquisas no campo das Ciências Sociais e Ciências Humanas como a Educação, História, Psicologia, Sociologia, Economia entre outros campos (ADURENS, DELIBERATO, MAZINI, 2019).

Segundo Triviños (1987), esse formato de entrevista é um procedimento científico que objetiva conhecer os fenômenos sociais, que possuem um problema de pesquisa de investigação bem delimitados. Esse tipo de entrevista não significa uma mera técnica, visto que envolve um processo de interação entre o entrevistador e o entrevistado.

A entrevista semiestruturada possui um roteiro prévio, de modo que outras questões podem ir se configurando ao decorrer da entrevista, de tal sorte essa entrevista pode se aproximar de uma conversação (MANZINI, 2004; MATTOS, 2005). Ela denota uma relação social interativa entre os participantes da coleta de dados, ou seja, o pesquisador e os estudantes egressos do curso de Licenciatura em História que utilizaram o Fies (SOARES NETO, 2019; MANZINI, 2004).

Ao refletir sobre as entrevistas semiestruturadas, Mattos (2005) assinala que

Há certo consenso e aqui se parte desse pressuposto de que elas servem a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de conceitos, o esclarecimento de situações, atitudes e comportamentos, ou o enriquecimento do significado humano deles. Isso tem extensões poderosas na geração de teorias e decisões práticas, e não se confunde com outro tipo de utilidade, a generalização indutiva, propiciada pela estatística (p. 825).

Como já pontuado, a entrevista semiestruturada busca informações, e a análise conceitual a partir dos dados levantados. Uma boa entrevista evolui para um diálogo entre o pesquisador e os referidos estudantes egressos do curso de licenciatura em História. Independentemente de quantas entrevistas forem realizadas, cada entrevista será singular, podendo trazer surpresas para o interesse da pesquisa (MATTOS, 2005).

Segundo Toloí e Manzini (2013), uma entrevista semiestruturada objetiva responder a questões de ordem social, institucional e política, em nossa dissertação, interessa-nos a análise da política educacional do Fies, refletindo sobre as nuances de inadimplência e/ou ascensão social nos governos Dilma/Temer (2015-2018).

Nesse caminho, entrevistamos 06 estudantes do curso de licenciatura em História da FAFICA. Esses estudantes realizaram seus cursos entre os anos 2015 à 2018, ou seja, os dois

primeiros anos do segundo mandato de Dilma Rousseff e os dois anos do governo Michel Temer. Levamos em consideração o gênero que os nossos entrevistados se identificam. Assim, dos 06 estudantes egressos que entrevistamos, 03 são do gênero masculino, e 03 são do gênero feminino, ambos os estudantes fizeram uso 100% do financiamento do Fies em suas formações acadêmicas.

Após essas considerações sobre as características centrais da entrevista semiestruturada, problematizaremos doravante, os principais procedimentos utilizados nesse instrumento de coleta de dados.

5.2. Entrevista semiestruturada: planejamentos e procedimentos.

Inicialmente destacamos a relevância da elaboração de um roteiro para a entrevista semiestruturada; em um roteiro são formulados de maneira precisa os objetivos da pesquisa e as etapas da entrevista, assim como o roteiro também é capaz de demonstrar possíveis dificuldades que o pesquisador encontrará, todo esse percurso precedeu a coleta de dados para da nossa pesquisa (TOLOI; MANZINI, 2013; ADURENS; DELIBERATO; MAZINI, 2019).

Segundo Manzini (2003), uma das principais características da entrevista semiestruturada é um roteiro previamente elaborado, que possa garantir ao pesquisador coletar todas as informações desejadas para a sua pesquisa, embora possa parecer simples, coletar informações por meio desse modelo de entrevista é uma tarefa complexa, por isso necessita ser rigorosamente planejada, a utilização dos temas das perguntas e a análise pormenorizada do roteiro são fundamentalmente importantes nesse contexto.

O planejamento tornou-se elementar para se evitar possíveis falhas ao longo do processo da entrevista. O planejamento foi fundamental para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados mediante a entrevista. A elaboração de um roteiro, atenção à sequência das perguntas, o cuidado com a linguagem, foram elementos fundamentalmente relevantes para a esquematização da entrevista (TOLOI; MANZINI, 2013; ADURENS; DELIBERATO; MAZINI, 2019).

A boa utilização da linguagem foi substancialmente importante para a condução e comunicação durante a entrevista. Foi interessante a instrumentalização de um vocabulário que fosse acessível a todos os entrevistados, pois, segundo Adurens, Deliberato e Mazini (2019, p. 206), “[...] o uso de palavras muito abrangentes e que demandem um nível de intelectualização também devem ser evitados e substituídos por termos que facilite a tarefa mental e deixe o entrevistado mais à vontade para responder [...]”.

Além do cuidado com a linguagem, outro ponto se debruçou na forma como se fez a pergunta. Levamos em consideração que as perguntas fossem claras e objetivas para que os referidos estudantes egressos ficassem à vontade e respondessem dos temas mais simples aos temas mais complexos. Dessa maneira, nossas perguntas giraram em torno dos seguintes eixos temáticos: 1º informações pessoais e familiares dos entrevistados; 2º motivações que levaram os estudantes a cursarem a referida licenciatura; 3º percalços ao longo da formação acadêmica e ingresso no mundo do trabalho; 4º mobilidade social a partir da conclusão de seus cursos; 5º elementos que contribuíram para a inadimplência desses estudantes com o Fies; e 6º avaliação pessoal desses estudantes sobre o Fies.

Após os procedimentos explicitados e discutidos acima, houve a necessidade da transcrição das entrevistas e anotações dos pontos mais relevantes das falas dos entrevistados, para que assim pudéssemos utilizar as lentes teóricas para analisar os dados produzidos via as entrevistas (MATTOS, 2005).

Para Mattos (2005) é através das lentes teóricas que o pesquisador terá a possibilidade de interpretar as falas dos sujeitos de pesquisa e produzir cientificamente, levando em consideração seu objeto de pesquisa e a perspectiva teórica/metodológica adotada por nós.

Como anteriormente explicitado, em nossa dissertação assumimos a perspectiva teórico-metodológica do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), tanto para a leitura histórica de como se configurou o Fies desde sua criação no governo FHC, e suas caracterizações nos governos Lula, Dilma e Temer, conforme discutido nos capítulos 03 e 04, como também, utilizamos essa perspectiva teórica na nossa análise das entrevistas que realizamos em nosso estudo.

5.3. As pesquisas acadêmicas e as políticas públicas educacionais

As perspectivas epistemológicas são de substancial relevância para as pesquisas em geral, e na análise das políticas educacionais especificamente. Essas lentes teóricas foram essenciais para o fortalecimento do nosso campo de conhecimento, ao passo que possibilitam avanços em relação aos marcadores teóricos e metodológicos que orientaram a compreensão dessa prática social, permitindo um maior entendimento dos fenômenos cada vez mais complexos na realidade social, política e sobretudo educacional.

A análise da política educacional como um instrumento de pesquisa vem se expandindo nas universidades públicas e centros de pesquisas, associações científicas, periódicos

especializados, eventos científicos e redes de pesquisa (MAINARDES; STREMEL, 2018).

Tello e Mainardes (2016) assinalam que o campo da política educacional constitui uma área diversa, uma vez que os pesquisadores se utilizam de diferentes perspectivas teóricas em muitos tipos de pesquisas. Nesse caminho, o referencial teórico exerceu um papel fundamental no nosso estudo, pois diz respeito ao conjunto de teorias e conceitos que fundamentaram as análises dos elementos descritos em nossa pesquisa. Dessa maneira, pontuaremos as características centrais do *ciclo de políticas* e as razões que nos levaram a utilizar essa perspectiva teórico-metodológica em nossa dissertação de mestrado.

As políticas educacionais ganham materialidades a partir das formulações, das políticas e dos programas desenvolvidos pelo governo, dos projetos de ação para vários espaços educacionais e corporações, dos aspectos políticos, epistemológicos e teóricos que compõem esse campo de produção do saber (BALL, 2006; MAINARDES; MARCONDES, 2009; CUNHA; MENDONÇA, 2015; TELLO; MAINARDES, 2016; MAINARDES; STREMEL, 2018).

A análise dessas demarcações possibilitaram uma maior interpretação do desenvolvimento desse campo de pesquisa, em termos de produção e pesquisa. O processo de demarcação do nosso campo de pesquisa científico foi um processo complexo em decorrência das variáveis explicitadas acima. No entanto, podemos verificar a política educacional enquanto campo específico em determinado país, pois os processos históricos, sociais e culturais influenciam os contornos que as políticas assumem e em como os agentes envolvidos atuarão na elaboração, percepção, execução e no que diz aos benefícios e beneficiários de uma determinada política (MAINARDES; STREMEL, 2018).

A política pública que analisamos em nosso estudo diz respeito ao Fies, em um momento de instabilidade política e econômica que marcaram os anos 2015-2018 no Brasil, e os beneficiários dessa política foram os estudantes egressos do curso de Licenciatura em História da FAFICA, no referido período cronológico.

Vale ressaltar que os estudos sobre as políticas públicas surgem também a partir da contribuição de diferentes campos de análise das ações do Estado, diante de novas demandas sociais, sobretudo nas políticas educacionais. Assim, nas últimas décadas, houve um crescimento dos estudos sobre as políticas públicas e o ressurgimento da importância desse campo no cenário acadêmico (CUNHA; MENDONÇA, 2015).

A análise das políticas públicas, perpassa por diferentes ações que são direcionadas à organização e ao funcionamento de diferentes setores da sociedade que possuam chancela governamental. As políticas públicas, e entre elas as políticas educacionais, são compreendidas

como a ação dos governos e são pensadas e formuladas tanto por instituições, como por atores políticos. Essas políticas se desdobram em planos, em programas governamentais, em sistemas de acompanhamento e sistemas avaliativos (CUNHA; MENDONÇA, 2015).

Os anos 2000 representaram para o campo das políticas educacionais, anos com substancial relevância, haja vista que o Brasil passou por uma ampliação de eventos científicos especializados e também a criação de redes de pesquisa nesse campo, uma vez que os ex presidentes Luís Inácio da Lula da Silva e Dilma Rousseff ampliaram políticas sociais e educacionais (MAINARDES; STREMEL, 2018).

5.4. O ciclo de políticas enquanto análise teórico-metodológico

Em linhas gerais, o *ciclo de políticas* busca perceber analisar o processo de formulação das políticas, a problematização do papel do Estado, das redes de influências no processo de formulação dessas políticas e das abordagens históricas das políticas educacionais no Brasil. Esses estudos, geralmente, estão vinculados às análises dos contextos sociais, políticos e econômicos e também dizem respeito à avaliação das políticas educacionais específicas e de programas que as materializam (MAINARDES, 2006).

Mainardes (2006) pontua que ao se fazer análise a partir da abordagem teórico-analítica do *ciclo de políticas* é destacado a natureza complexa e dinâmica da política educacional em seus aspectos macropolíticos, ao mesmo tempo em que se pode enfatizar os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com essas políticas a nível local.

O *ciclo de políticas* não tem a intenção de apenas descrever as políticas, porém problematizar como essas políticas são refletidas, elaboradas, isto é, como elas podem ser compreendidas. Essa abordagem teórico-analítica do *ciclo de políticas* rompe com as limitações dos estudos sob a pesquisa descritiva acerca das políticas educacionais como anteriormente explicitado em nosso estudo (MAINARDES; MARCONDES 2009).

Corroborando com os autores acima mencionados, Viegas (2014) pontua que os elementos do *ciclo de políticas* contribuem para a compreensão dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais. Através do *ciclo de políticas*, podemos melhor compreender textos das políticas, as pressões oriundas dos diferentes discursos e atores sociais, envolvidos na formulação de políticas e nas implementações. Essa perspectiva teórica também nos possibilita a compreensão de como essas políticas estão sujeitas a mudanças e transformações, pois cada aspecto relacionado à formulação, à implementação e a avaliação

decorrem das relações de poder, dos interesses, e dos grupos de atores sociais que constituem esses aspectos.

Nessa direção, o *ciclo de políticas* é perpassado por algumas facetas ou arenas políticas. Seriam essas facetas: a) a política proposta e b) a política de fato. Para Ball e Bowe (2006), essas facetas ou arenas políticas, não podem ser tratadas de forma restritas, uma vez que, elas não poderiam ser separadas em fases. Desse modo, os profissionais que atuam nas mais diversas instâncias educacionais também fazem parte desse ciclo e atuam no processo como um todo.

A primeira faceta, a “política proposta” se refere à política oficial, que está relacionada com as intenções do governo e de seus assessores, os departamentos educacionais e demais burocratas, que são encarregados de implementar essas políticas. Além disso, a “política proposta” também se circunscreve às intenções das instituições de ensino, das autoridades locais e outros setores onde essas políticas surgem.

A segunda faceta, a “política de fato”, configura-se pelos textos políticos e textos legislativos que darão forma à política proposta. Esses textos são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática. Adotamos o *ciclo de políticas* como lente teórica em nosso trabalho, ao analisar as modificações feitas no Fies nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer, a partir do momento que em estávamos percebendo as alterações dos textos governamentais do programa de financiamento. Ao discutir as fases de formulação e implementação das políticas educacionais, os autores pontuam que há disputas de poder e embates no espaço político.

Segundo Mainardes (2006), torna-se substancialmente importante problematizar alguns contextos que dizem respeito às políticas educacionais. Os contextos configuram-se como: *contexto de influência*, *contexto de produção do texto*, *contexto da prática*, *contexto dos resultados* ou dos efeitos e o *contexto da estratégia política*. O *contexto de influência* diz respeito ao processo onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos construídos. No *contexto de influência*, há os grupos de interesse que disputam para influenciar qual será a definição e as finalidades sociais da política em questão.

Utilizamos essa lente teórica-analítica ao analisar que a formulação do Fies, esteve enviesada pela influência de organismos internacionais como o Banco Mundial, FMI e das resoluções do Consenso de Washington de 1989 nos EUA, além da perspectiva econômica e política de Bresser Pereira durante a Reforma do Estado Brasileiro no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), conforme problematizamos no capítulo 03 da nossa dissertação.

De acordo Viegas (2014), é substancialmente importante perceber os contextos de

formulação de uma política pública, perceber como ela sente as influências de diferentes grupos envolvidos e diferentes partidos políticos, a influência do governo, e do processo legislativo na elaboração de uma política educacional.

No *contexto de influência*, os conceitos políticos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. Esse contexto está geralmente associado com os interesses mais estreitos e com diferentes ideologias. A partir daí se formam, os textos políticos, representando a política educacional. Propusemo-nos, na sa pesquisa, discutir as modificações feitas no Fies pela ex presidente Dilma Rousseff e Michel Temer, entre os anos de 2015-2018, percebendo também de que maneira essas modificações estão traduzidas nos respectivos decretos e mudanças na lei do referido programa educacional. Ou seja, percebemos as modificações nessa política educacional a partir dos textos políticos (MAINARDES, 2006).

Ainda segundo o autor, o contexto da produção dos textos políticos representa a política educacional. Essa representação pode assumir diferentes formas, como através de textos legais e textos políticos. Esses textos podem não ser totalmente coerentes e claros, podendo, portanto, também se mostrarem contraditórios. Como pontuado, o processo de formulação dos textos políticos sofre muitas influências e agendas. Os textos políticos são o resultado de disputas e compromissos. Logo, as políticas são intervenções textuais e possuem também representações políticas. Essas representações podem se configurar através de textos oficiais, textos políticos, comentários formais ou informais, pronunciamentos oficiais e vídeos.

Mainardes (2006) assinala que existe uma relação entre o *contexto de influência* e o *contexto da produção* de texto político, porém essa relação não é evidente ou simples. Ao passo que o *contexto de influência* está relacionado com interesses mais estreitos e as ideologias mais dogmáticas; e contexto da produção dos textos políticos está articulado com a linguagem do interesse público mais geral.

Segundo Ball, em uma entrevista concedida a Mainardes e Marcondes (2009), os contextos podem ser pensados por uma outra ótica. Eles podem possuir o mesmo alinhamento, uns dentro dos outros. Exemplificando, dentro do *contexto de prática*, pode haver o *contexto de influência*, e no *contexto de produção de texto*, podemos ter incluso o *contexto de influência*, de modo que, podem existir disputas ou competições dentro do *contexto da prática* e outros contextos.

Mainardes (2009) pontua também a diferença entre a “a política como texto” e a política como discurso. Os textos das políticas serão mais plurais, em termos de leituras, em decorrência da pluralidade de leitores. Nesses textos percebemos influências e agendas que são reconhecidas como legítimas e algumas das vozes que são ouvidas. Pensando nessa

perspectiva, levamos em consideração, em nossa pesquisa, as diversas interpretações sobre o Fies, enquanto política educacional, que possuem os nossos sujeitos de pesquisa, alunos egressos e beneficiários do Fies.

O autor assinala que o *contexto da prática* será o contexto onde a política estará sujeita à interpretação e a recriação, cenário onde a política produzirá efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações na política original. Nessa perspectiva, os professores e demais profissionais da educação, exercerão um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais. Em nossa pesquisa, problematizamos, a partir das falas dos estudantes egressos entrevistados, as interpretações e reinterpretações que eles fizeram como beneficiários do Fies e as leituras que realizadas por eles a partir da perspectiva da mobilidade social e endividamento com o programa de financiamento estudantil. Sobre o papel dos profissionais da educação nas políticas educacionais, podemos afirmar que:

O ciclo de políticas admite que os professores, gestores e demais envolvidos exerçam um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e nesse sentido seria uma das possibilidades para avaliar a implantação das políticas nacionais para a educação (VIEGAS, 2014, p. 195).

De acordo com Viegas (2014), os professores e gestores estão inseridos no processo de implementação e reinterpretação de uma política. Doravante, o texto das políticas terá uma pluralidade de leituras, abrindo espaço para um entendimento complexo e abrangente em termos de proposição política.

Há ainda dois aspectos a serem considerados na discussão do “*Ciclo de políticas*”: o *contexto dos resultados* ou dos efeitos e o *contexto da estratégia política*. No *contexto dos resultados*, existe a preocupação com questões relacionados à justiça, igualdade e liberdade individual. O conceito de que as políticas possuem efeitos, ao invés de simplesmente possuírem resultados, é o conceito mais apropriado. Nesse sentido, problematizamos a partir das entrevistas semiestruturadas com os nossos sujeitos de pesquisa, como eles percebem os efeitos do uso do Fies em suas formações e vida profissional (MAINARDES, 2006; LOPES, OLIVEIRA, 2011).

As políticas educacionais precisam ser analisadas em seus efeitos, percebendo os seus impactos e interações com as necessidades da sociedade. Assim, no contexto dos efeitos, as políticas deveriam ser percebidas e analisadas, observando os seus impactos e interações com as desigualdades existentes (BALL; BOWE, 2006; MAINARDES, 2006; MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011).

A análise do contexto dos efeitos pode envolver dados estatísticos e dados de avaliação.

Uma questão fundamental do *contexto dos efeitos* é a reflexão categórica sobre questões conjunturais, e que só podem ser detectadas por uma análise criteriosa do contexto da prática, através de observações prolongadas, entrevistas ou pesquisa etnográfica (MAINARDES, 2006).

Ball (MAINARDES; MARCONDES, 2009) sublinha que o processo de efetivação de uma política educacional acontece por meio da prática. Esta prática é composta de muito mais do que o somatório de uma gama de políticas e é substancialmente encorpada de valores locais e pessoais envolvendo acordos e ajustes. Assim, os efeitos gerais da política se mostram evidentes quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas são observados (na prática), são agrupados e podem ser analisados

Nesse percurso, Mainardes (2006) pontua a distinção entre os efeitos de primeira ordem e os de segunda ordem. Os efeitos de primeira ordem dizem respeito às mudanças na prática ou na estrutura política e são evidentes em locais específicos ou no sistema como um todo. Já os efeitos de segunda ordem se referem ao impacto das políticas nos padrões sociais, oportunidades e justiça social, nossos sujeitos de pesquisa sentiram os efeitos de segunda ordem, haja vista que a utilização do Fies impactou diretamente em suas vidas, no que diz respeito a conseguir um emprego, e ascender socialmente.

O último contexto na abordagem do *ciclo de políticas* se refere ao *contexto da estratégia política*. Nesse contexto, está envolvida a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas necessárias para lidar com os problemas que são identificados em relação às desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. Nesse caminho, partimos dessa lente teórica quando avaliamos que a ex presidente Dilma Rousseff ao tentar diminuir a inadimplência do Fies em 2014, criou mecanismos para diminuir a acessibilidade ao programa, criando regras básicas, tais como: uma pontuação mínima de 450 pontos no Enem, e a condição do estudante não ter zerado a nota do Exame, e elevou a taxa de juros do Fies. Dando sequência as modificações no programa, o ex Presidente Michel Temer diminuiu o tempo de carência para que os estudantes começassem a efetuar o pagamento assim que concluíssem seus cursos.

Encerrando o *ciclo de políticas*, Mainardes (2006) pontua que no contexto da estratégia política, o pesquisador da política pública precisa assumir a responsabilidade ética com o tema investigado, precisa apresentar estratégias e atividades eficientes para lidar com as desigualdades identificadas na política pública. Essas estratégias podem ser genéricas ou mais específicas. Um elemento essencial desse contexto é o compromisso do pesquisador em ter uma compreensão crítica da política analisada contribuindo para a problematização de seus limites e possibilidades.

6. O FIES SOB A LENTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA FIES

Neste capítulo 6, objetivamos apresentar os resultados da análise desta pesquisa, o qual está dividido em duas seções. A primeira seção do presente capítulo está estruturada da seguinte maneira: inicialmente, traçaremos o perfil socioeconômico dos nossos sujeitos de pesquisa, a partir dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas. Em seguida, discutiremos brevemente sobre como os nossos eixos temáticos objetivam responder os nossos objetivos específicos. Por último, traremos as falas dos nossos sujeitos de pesquisa, categorizadas por eixos temáticos e faremos a análise teórica utilizando como lentes o conceito *contexto dos resultados/efeitos do ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992).

6.1. Perfil socioeconômico dos nossos sujeitos de pesquisa

Conforme pontuado anteriormente, os nossos sujeitos de pesquisa residem na cidade de Caruaru-PE, e cursaram a Licenciatura em História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), entre os anos 2015 a 2018, isto é, entre os mandatos presidenciais de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-2018). Todos 98 utilizaram o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para conseguirem fazer suas graduações.

Foram entrevistados 6 estudantes, três homens e três mulheres. Mantendo o anonimato dos nossos sujeitos de pesquisa, utilizamos as letras H para os homens e M para as mulheres em relação aos nossos sujeitos de pesquisa. Após a letra H ou M, utilizamos uma numeração cardinal para nos referirmos numericamente aos diferentes entrevistados, como por exemplo H1, H 2, M1, M2 e assim por diante.

O estudante egresso H1, afirmou que estava adimplente com o Fies, ingressando no ensino superior aos 17 anos e concluindo com 22. O nosso sujeito de pesquisa foi a primeira pessoa de sua família a fazer um curso superior. O estudante se identificou com o gênero masculino, se vê como pardo, não possui religião, seus pais cursaram até o ensino fundamental, sendo seu pai pedreiro e sua mãe feirante. O estudante possui apenas um irmão, que atualmente está terminando o curso de Psicologia. Nosso sujeito de pesquisa é solteiro, possui uma renda mensal de até 01 salário mínimo, e uma renda familiar que oscila entre 2 a 3 salários mínimos, no momento ele não exerce a docência.

O estudante egresso H2, informou que estava inadimplente com o Fies, iniciou

sua formação superior aos 17 anos e concluiu com 21. Seu pai é falecido, e sua mãe iniciou o curso de Pedagogia e sua irmã ingressou no curso de Design. Nosso sujeito de pesquisa se identificou com o gênero masculino, etnicamente se vê como branco e não possui religião. Assim como sua mãe, ele também é professor em exercício, possuindo uma renda mensal inferior a um salário mínimo e uma renda familiar oscilante entre 2 a 3 salários mínimos.

O estudante egresso H3, assinalou estar inadimplente com o programa Fies, também pontuou que em sua família ele foi o primeiro a fazer um curso superior, entrando na faculdade aos 18 e concluindo aos 22. Ele é solteiro, pardo, e em termos religiosos professa o agnosticismo²⁵. Quanto a escolaridade dos pais, ambos cursaram ensino fundamental incompleto, possui um irmão que cursa Letras. Seu pai é falecido, sua mãe é empregada doméstica, e ele exerce a profissão de professor, como mora sozinho, sua renda mensal é de 2 salários mínimos.

A estudante egressa M1, afirmou que estava adimplente com o programa Fies, entrou na faculdade aos 18, finalizando com 22, possui uma irmã que já cursou Pedagogia, seus pais cursaram apenas o ensino fundamental e atuam como comerciantes na área têxtil. Ela se definiu como parda, religiosamente professa o enoteísmo²⁶. Ela é casada, atua como professora e seu esposo é agente de endemias. Sua renda mensal oscila entre 3 a 4 salários mínimos, e a sua renda familiar é de 5 salários mínimos.

A estudante egressa M2, informou que estava adimplente com o Fies, possui uma irmã mais velha que já cursou Pedagogia. Ela se definiu como branca, cristã evangélica. Quanto a escolaridade dos pais, seu pai cursou o ensino fundamental, ao passo que sua mãe conseguiu terminar o ensino médio, seus pais são agricultores. Possui 2 irmãs e um irmão. Uma das irmãs cursa mestrado e a outra faz graduação em Química. O irmão tem o ensino médio completo. Sua renda mensal é de um salário mínimo, e a da família oscila entre 2 a 3 salários mínimos.

Nossa última estudante egressa entrevistada, M3, assumiu que estava pontuou ser inadimplente com o Fies. Também é a primeira pessoa da família a fazer um curso superior, iniciando aos 18 anos e concluindo aos 22. Possui 5 irmãos, se define como parda e possui religião. Seu pai atualmente é aposentado, e antes da aposentadoria trabalhava como pedreiro. Ele não é alfabetizado. Sua mãe é dona de casa e quituteira,

²⁵ O agnosticismo se desenha como a (im) possibilidade de se perceber as realidades místicas, transcendente, ou seja, a possibilidade (ou não) das divindades existirem (ROSA, 1995).

²⁶ O Enoteísmo constitui a concepção de que Deus existe, porém não se descarta a possibilidade de existência de outras divindades (FRIZZO, 2015).

cursou até a segunda série (atual terceiro ano) do ensino fundamental. M3 é casada e sua esposa também é professora. Sua renda mensal é menos de 1 salário mínimo e a renda familiar fica entre 2 a 3 salários mínimos.

Segue abaixo a tabela com as principais informações relacionadas aos nossos sujeitos de pesquisa:

Tabela 9- Mapeamento das características dos nossos sujeitos de pesquisa.

A(ina)dimplente:	Idade/Gênero/Etnia:	Religião/Casado (a) Solteiro (a):	Núcleo familiar que cursa o ensino superior:	Renda Familiar/ Renda per capita:	Idade que Ingressou/terminou no ensino superior:
H1: Adimplente.	26 anos /Masculino/ Pardo.	Não possui Solteiro.	Um irmão cursa Psicologia.	2 a 3 salários/ 1 salário mínimo.	Ingressou: 17 anos. Concluiu: 22 anos.
H2: Inadimplente.	25 anos /Masculino/Branc o.	Não possui. Solteiro.	Mãe cursa Pedagogia/ Irmã cursa Design.	2 a 3 salários mínimos/ menos de um salário mínimo.	Ingressou:18 anos. Concluiu: 22 anos.
H3: Inadimplente.	26 anos /Masculino/Pardo	Agnóstico/ Solteiro.	Não possui.	Renda per capita: 2 salários mínimos.	Ingressou: 18 anos. Concluiu: 22 anos.
M1: Adimplente.	26 anos /Feminino/Parda	Enoteísta/ Casada	Não possui.	5 salários mínimos/ 3 a 4 salários mínimos.	Ingressou:18 anos. Concluiu:22 anos
M2: Adimplente.	30 anos /Feminino/Branc a.	Cristã evangélica/ Solteira.	Uma irmã cursa Mestrado/ outra irmã cursa Química.	2 a 3 salários mínimos/ 1 salário mínimo.	Ingressou: 23 anos. Concluiu: 27 anos.
M3: Inadimplente.	28 anos /Feminino/Parda.	Não possui/ Solteira.	Não possui.	2 a 3 salário mínimos/ 1 salário mínimo.	Ingressou:18 anos. Concluiu: 22 anos.

Fonte: o autor

Percebemos que o fenômeno da inadimplência, atinge a metade dos nossos sujeitos de pesquisa. São inadimplentes os sujeitos H2, H3 e M3. Nesse sentido, a inadimplência reverbera mais sobre os sujeitos que se identificam com o gênero masculino.

Outro elemento que chamamos atenção diz respeito as classes sociais dos nossos sujeitos de pesquisa, preponderantemente as classes sociais populares, das quais esses estudantes recém-formados são oriundos. Nossos entrevistados são filhos de pedreiros, feirantes, empregada doméstica, pequenos comerciantes e agricultores. Ainda vale a pena destacar que os nossos sujeitos de pesquisa H1, H2 e M3 foram os primeiros da família a realizarem um curso superior.

Locatelli e Pereira (2019) destacam as condições socioeconômicas dos jovens que cursam licenciatura no Brasil, assinalam que os cursos de Pedagogia, História, Matemática, Educação Física e Biologia são preponderantemente escolhidos por jovens advindos de famílias com baixa renda e oriundos de colégios públicos.

A maioria dos nossos sujeitos de pesquisa se percebem etnicamente como pardos, é o caso dos estudantes recém-formados: H1, H2, M1 e M3. Dentre os nossos sujeitos de pesquisa, possui a maior renda a estudante M1, cuja renda oscila entre 3 a 4 salários mínimos, possuindo maior renda que o esposo. Ao passo que a menor renda é a da estudante M3, que recebe menos de 1 salário mínimo, enquanto que sua esposa recebe pouco mais de 1 salário mínimo.

A partir de agora traremos os nossos objetivos específicos e demonstraremos como determinados eixos temáticos das nossas entrevistas semiestruturadas respondem a esses objetivos:

- a) Identificar, na visão de estudantes egressos de História, se houve ascensão social proveniente da conclusão dos seus cursos;
- b) Mapear possíveis desafios e dificuldades desses estudantes egressos durante a sua formação universitária, mesmo com a utilização do Fies;
- c) Verificar se os estudantes egressos dos cursos de História estão endividados com o Fies após a conclusão dos seus cursos.

Os primeiros quatro eixos temáticos buscam compreender as razões que levaram nossos entrevistados a realizarem sua licenciatura em História, assim como também objetivam perceber como esses estudantes egressos avaliaram as alterações no Fies através das medidas governamentais que foram implementadas a partir do fim do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff e durante os dois anos do governo Michel Temer, inclusive no eixo temático 04 busca-se compreender a importância do Fies na formação dos nossos sujeitos de pesquisa.

O eixo temático 05 responde diretamente ao objetivo específico a) Identificar, na

visão de estudantes egressos de História, se houve ascensão social proveniente da conclusão dos seus cursos, a medida que busca compreender o ingresso dos nossos sujeitos de pesquisa no mercado de trabalho, ou seja, problematiza as questões relacionadas à ascensão social desses jovens.

Ainda sobre o mesmo objetivo específico, o eixo temático 06, buscou compreender como esses estudantes recém-formados se percebem no tocante a empregabilidade e mobilidade social a partir de suas formações.

O eixo temático 08 problematizou os desafios e percalços desses estudantes recém-formados ao longo de suas formações, respondendo ao objetivo específico b) Mapear possíveis desafios e dificuldades desses estudantes egressos durante a sua formação universitária;. Por último, o eixo temático 07 problematiza fundamentalmente as dificuldades que estão confluindo para o atraso no pagamento das parcelas do Fies e a questão da inadimplência propriamente dita, respondendo diretamente ao nosso objetivo específico c) Verificar se os estudantes egressos dos cursos de História estão endividados com o Fies após a conclusão dos seus cursos.

Já os eixos temáticos 09 e 10, dizem respeito a avaliação desses estudantes egressos sobre o programa Fies e as últimas considerações dos nossos sujeitos de pesquisa. Doravante analisaremos as falas dos nossos sujeitos de pesquisa, a partir das lentes teóricas do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), possuindo como ponto de partida as informações coletadas por meio das entrevistas semiestruturadas. Dividimos essas análises a partir dos seguintes eixos temáticos²⁷, objetivando perceber:

- *Eixo 01*: As razões que levaram os nossos sujeitos de pesquisa a cursar uma licenciatura, especialmente em História;
- *Eixo 02*: Como esses estudantes egressos sentiram/avaliam as mudanças que a ex presidente Dilma Rousseff (2015-2016) realizou no Fies, tornando a acessibilidade ao programa mais difícil;
- *Eixo 03*: Como esses estudantes recém-formados sentiram/avaliam as alterações feitas pelo ex presidente Michel Temer (2016-2018) no Fies, no que diz respeito à diminuição do tempo de carência após a conclusão do curso universitário;

²⁷ Conforme discutido no capítulo anterior, os eixos temáticos constituem a esquematização de uma entrevista semiestruturada a partir das temáticas e questões levantadas (TOLOI, MAZINI (2013).

- *Eixo 04:* Caso não tivessem estudado mediante o Fies, esses estudantes recém-formados teriam conseguido fazer um curso superior?
- *Eixo 05:* De que maneira essa formação superior, através do Fies, contribuiu para o ingresso desses estudantes egressos no mundo do trabalho;
- *Eixo 06:* Como esses estudantes recém-formados se percebem atualmente no tocante à empregabilidade e mobilidade social, após a conclusão de um curso superior;
- *Eixo 07:* Quais são as dificuldades desses estudantes egressos que os estão levando ao atraso/inadimplência com o Fies;
- *Eixo 08:* Mesmo utilizando o Fies, quais foram os desafios desses estudantes, ao longo de suas formações;
- *Eixo 09:* Quais elementos constituem a avaliação desses estudantes egressos com o Fies;
- *Eixo 10:* Considerações finais dos entrevistados.

Em nossas análises revezamos as falas dos nossos sujeitos de pesquisa, alternando entre os estudantes recém-formados do sexo masculino e feminino. Inicialmente traremos as perguntas destinadas aos nossos sujeitos de pesquisa, e em seguida as suas respostas, finalizando com a nossa análise teórica que também conduziu nossa pesquisa metodologicamente, conforme problematizado no capítulo anterior.

Reproduziremos a pergunta 01:Quais foram as razões que lhe levaram a fazer um curso superior no campo das licenciaturas, especialmente em História?

Quando eu terminei o ensino médio em 2013, eu decidi fazer um curso pré-vestibular, aí eu procurei um cursinho e comecei a estudar por conta própria, nesse cursinho tinha alguns professores, que inclusive eram da área de História, que me despertaram esse interesse nesse ramo, aí eu comecei a pesquisar mais e gostei bastante sobre o segmento, e esse foi o motivo por eu ter escolhido o ingresso no ensino superior, na parte de licenciatura (H1, adimplente, 26 anos) Despertar o pensamento crítico dos jovens em formação, assim podendo ver o desenvolvimento dos educandos. Talvez ter tido raiva de uma professora de História quando eu estava no 3º ano do ensino médio e ela não ensinava, ia só cumprir horário. E me lembrar que eu tive um professor incrível quando era criança (M1, adimplente, 26 anos).

Eu tive uma experiência, no ensino médio ainda, de poder dar uma aula para os meus colegas, isso me fez querer ingressar na área de licenciatura e me tornar professor, eu escolhi a disciplina de História justamente porque era a que mais me chamava atenção naquele determinado momento da vida (H2, inadimplente, 25 anos).

A minha irmã mais velha, ela sempre foi apaixonada por educação, e ela lia muito Paulo Freire, eu cresci ouvindo ela falar que ela um dia iria ter a

oportunidade de fazer um curso superior, que seria Pedagogia, era o sonho da vida dela [...] eu desenvolvi um amor pela História, porque vejo que através dela é possível mudar vidas, mudar pessoas, mundos, adolescentes, que inclusive é o meu maior foco. O maior motivo foi uma aula que eu tive na antiga oitava série, sobre os caras pintadas, e isso foi um fato muito importante para eu escolher História, enquanto licenciatura (M2, adimplente, 30 anos). Na época eu estava lendo muito, e isso despertou em mim amor pelas palavras, pela leitura, pelos livros, então eu comecei a pensar em algo que também tinha em mim, uma relação forte com o passado, a ideia inicialmente não seria atuar na docência, mas entender o passado, o trabalho, na docência seria consequência da compreensão desse passado (H3, inadimplente, 26 anos). É muito engraçado essa história, porque eu nunca escolhi de fato ser professora, eu gostava muito de História, na oitava série [atual nono ano], era a matéria que eu mais gostava, era a matéria que eu mais participava [...] e uma vez esse professor de História me chamou no recreio, e me aconselhou a fazer História, a partir daí algo me tocou, pois inclusive eu havia pensando antes em cursar Relações Internacionais, daí quando o professor falou isso, eu vi apenas como um conselho. Porém, na confraternização de final de ano, esse professor me apresentou com o livro “Uma Breve História do Século XX”, de modo que ao longo do meu ensino médio, eu fiquei com aquele desejo de cursar História [...] não passei na UPE em Garanhuns, mas fiquei sabendo que a FAFICA estava aceitando alunos através da nota do Enem, daí fui cursar (M3, inadimplente, 25 anos).

Escolher um curso universitário constitui uma das principais decisões na identidade de um adolescente, ou jovem adulto. Essa dinâmica envolve o desenvolvimento intelectual e humano de um indivíduo. As vivências acadêmicas constituem um período em que o jovem entra em um processo mais significativo de autoconhecimento, compreendendo com mais afinco seus interesses, competências e demais habilidades (TEIXEIRA, 2002).

Podemos inferir que tanto entre os homens, quanto entre as mulheres, ambos estudantes egressos de História da FAFICA, os interesses em cursar uma licenciatura, sobretudo na área de História, foram os mais diversos.

Percebemos que entre os nossos seis sujeitos de pesquisa, quatro deles escolheram a docência, dentre outras razões, por influência de algum professor de História no ensino fundamental II ou Médio. Tal como demonstram os estudantes recém-formados H1, M1, M2 e M3. Além disso, o estudante egresso H2 assinalou que por ter ministrado uma aula para seus colegas no ensino médio, quando explicou um assunto para os colegas. E o estudante H3 apontou que escolheu História por influência da leitura em sua vida.

Analisamos que as motivações pessoais contribuem para um sujeito tornar-se professor são oriundas de experiências diversas e bastante singulares que esse indivíduo vivenciou, assim como foi demonstrado nas falas dos nossos sujeitos de pesquisa. Uma das profissões que temos contato desde a infância é a docência, de modo que ela tende a influenciar muitos estudantes a cursarem licenciatura, os docentes possuem muita

influência sobre os estudantes, contribuindo para que eles venham a se tornar futuramente também professores (FAGUNDES, FACIN, ZANCHET, 2012).

Por trás dos fatos que levam os jovens a afirmarem que escolheram cursos relacionados educação “por vocação”, perpassa-se as questões de classe, raça e gênero. Honorato; Viera; Zuccareli (2019, p. 46) pontuam que “[...] a Sociologia postula que escolhas individuais e o acesso a carreiras de ensino superior não se reduzem a uma expressão de um gosto ou vocação inata [...]”. Para os autores, os estudantes tendem a “escolher” cursos mais relacionados as suas características sociais e escolares. Indivíduos com situação socioeconômica mais favorável “escolhem” cursos mais prestigiados e com maior retorno financeiro.

A influência familiar na decisão por uma licenciatura foi muito marcante para a estudante M2, ao passo que a estudante M3, foi a única, dentre os entrevistados que inicialmente pensou fazer outro curso, que não fosse História. Caminhando para a finalização das discussões referentes ao eixo 01, notamos que a noção da História, enquanto uma Ciência que fomenta a crítica, está presente nas falas dos estudantes M1 e M2.

A perspectiva da História enquanto Ciência que incita a crítica social, vem se configurando nas recentes perspectivas historiográficas, a exemplo da *Escola dos Annales* e da *História do Tempo Presente*, essas e outras visões reverberam na formação de professores/historiadores, tal como ficou verificado nas falas dos nossos sujeitos de pesquisa (DELGADO, FERREIRA, 2013).

A partir de agora, passaremos a problematizar as falas dos nossos entrevistados, no que se refere ao eixo 02, que busca perceber: como esses estudantes egressos sentiram/avaliaram as mudanças que a ex presidente Dilma Rousseff (2015-2016) realizou no Fies, tornando a acessibilidade ao programa mais dificultosa.

Objetivando a análise das respostas dos nossos sujeitos de pesquisa, utilizamos o conceito *contexto dos efeitos/resultados* da teoria do *ciclo de políticas* (MAINARDES, 2006; BALL; MAINARDES 2011). Nesse sentido, problematizamos, a partir das entrevistas semiestruturadas com os estudantes egressos analisados, como eles sentiram/avaliaram os efeitos das mudanças que a ex presidente Dilma Rousseff realizou no Fies, tornando mais difícil o ingresso no programa.

Reproduzimos a pergunta referente ao eixo temático 02, e após a explicitação das respostas dos nossos entrevistados, e realizamos, as análises das referidas respostas.

Levando em consideração a pergunta: *No final do ano 2014, a ex presidente Dilma*

Rousseff, realizou modificações no Fies, dificultando a sua acessibilidade, criando critérios mínimos para um estudante pleitear um contrato no programa, tais como a exigência de uma pontuação mínima de 450 pontos no Enem e também o fato do estudante não ter pontuado 0 na redação. Nesse sentido, você sentiu alguma dificuldade para o ingresso no programa? Por quê? Como você sentiu/avalia esta mudança para ingressar no Fies para você e para os outros estudantes que desejaram entrar no programa? Temos as seguintes respostas:

Não, eu não tive dificuldade, foi a primeira vez que eu tentei, eu tinha todos os requisitos necessários para o período, e eu não tive dificuldade referente a essa questão. Eu conheço algumas pessoas que tiveram dificuldade, de certa forma foi um pouco excludente porque muitas pessoas da periferia, que eu tive convívio, realmente elas não tiveram essa oportunidade que eu tive de fazer todo aquele processo do cursinho pré-vestibular e eles sentiram muita dificuldade, então ao meu ver, inicialmente foi um pouco excludente essa questão de ter esses requisitos mínimos, mas eu entendo essa questão do governo, mas a meu ver, isso foi um pouco excludente (H1, adimplente, 26 anos).

Com essas exigências não, mas foi bem burocrático para conseguir entrar na faculdade com o uso de 100% do Fies. [...] Eles exigiam muitos documentos, que as vezes já haviam até sido apresentados em outro momento, mas tinha que estar regularizando a cada seis meses, e como eu tinha um fiador que era um dos meus tios, eu sentia um pouco de dificuldade porque tinha que deslocar ele de outra cidade até Caruaru, para fazer todo esse trabalho, porque na verdade a gente perdia um tempo danado no banco, chegava de manhã só saía de tarde, era um inferno [...] Eu acredito que se fosse um processo mais simples, mais pessoas poderiam ter acesso à educação superior, em contra partida, eu não sei se todas as pessoas que tivessem ingresso poderia ter pago, sem terem se tornado inadimplentes, pois sabemos como o mercado é escasso (M1, adimplente, 26 anos).

Não necessariamente. Eu senti mais dificuldade foi com a própria instituição, ou seja, os trâmites legais, dentro da própria. Mas, em questão de nota de redação, esse tipo de coisa, eu não tive problemas [...] eu acho essa mudança importante, pois se tiver um nivelamento de como você pode ter acesso a um determinado programa, torna a produção e a construção de um profissional ainda melhor (H2, inadimplente, 25 anos).

Não. Não no momento, não me recordo de ninguém que tenha tido dificuldades de conseguir o Fies, por conta dessas alterações no programa [...] Essas mudanças foram importantes, na verdade eu acho muito dividido, pois ao mesmo tempo, nem todo mundo tem condições de fazer uma boa prova, quando o assunto é Enem, vários fatores contribuem para uma pessoa fazer uma prova ruim, inclusive fatores emocionais; por outro lado, [...] eu acho que as mudanças foram positivas porque meio que fez um filtro, passou uma peneira ali, nesse período de 2014, 2015 essas mudanças foram positivas, pois quem queria entrar na faculdade entrou, acredito que no geral o salto foi positivo (M2, adimplente, 30 anos).

Não senti essa mudança, porém eu lembro que na época teve esse “murmurinho” porque tinha que ter esse crivo, porém eu concordo com ela (Dilma Rousseff) você precisa ter uma peneira na seleção (H3, inadimplente,

26 anos).

Não, pois quando eu entrei em 2015, minha nota do Enem havia sido boa [...]. Eu acho interessante essas medidas, pois sabemos que em uma faculdade você precisa ter uma certa base, se a gente não tem o mínimo da base, torna-se um recurso público que não está bem direcionado [...], porém em decorrência de um ensino público, as vezes tem complicado, muitos estudantes terminam ficando de fora, porém, as medidas buscaram nivelar os alunos, pois sabemos que o ensino superior, não perdoa (M3, inadimplente, 25 anos).

Como mencionado em capítulos anteriores, a ex presidente Dilma Rousseff, ao final do seu primeiro mandato e início do segundo (2014-2016) realizou mudanças no Fies, tornando a sua acessibilidade mais difícil, objetivando que existissem menos contratos de estudantes universitários com o programa de financiamento estudantil, e por conseguinte menos despesas orçamentárias. Essas modificações configuraram-se em decorrência do cenário de crise econômica, que pairava sobre o Brasil após o último ano de seu primeiro mandato (SILVA, 2018).

Conforme dito, a análise do eixo 02 das nossas entrevistas semiestruturadas, está fundamentada no conceito *contexto dos resultados/efeitos* da teoria do *ciclo de políticas* (MAINARDES, 2006; BALL; MAINARDES, 2011). Nesse caminho, as políticas educacionais devem ser examinadas em seus efeitos, percebendo os seus impactos, reverberações e interações com as necessidades de uma determinada sociedade. Portanto, no *contexto dos efeitos*, as políticas devem ser percebidas e analisadas, observando os seus impactos e interações com as desigualdades sociais existentes (MANINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011).

A partir do dessa lente teórica, analisamos as falas dos nossos sujeitos de pesquisa, buscando perceber como esses estudantes recém-formados, sentiram/avaliaram as modificações da ex presidente Dilma Rousseff no Fies. Ou seja, buscamos perceber as reverberações, ou *resultados/efeitos* dessas modificações sobre esses estudantes egressos, sobretudo durante os seus ingressos no ensino superior.

Ao longo das falas, percebemos que os entrevistados, de modo geral, não relataram dificuldades no acesso ao programa Fies, mesmo com as modificações feitas pela ex presidente Dilma Rousseff em 2014/2015. Em contraposição, os entrevistados M1 e H2 criticaram o excesso da burocracia, no que diz respeito aos documentos solicitados pela instituição de ensino superior e pelo banco para que o financiamento fosse possível.

A entrevistada M1 ainda pontua que o processo deveria ser mais simples para que mais pessoas tivessem acesso ao Fies. Em contrapartida, a própria egressa relatou que se

assim fosse, não saberia dizer se todos os estudantes que seriam beneficiados pelo programa, teriam condições de pagar posteriormente o financiamento, logo, ela vê algum sentido na medida governamental tomada pela ex presidente Dilma Rousseff.

Embora os nossos sujeitos de pesquisa, tenham respondido que não tiveram dificuldades com as novas exigências para se conseguir o financiamento estudantil, os egressos destacaram outros elementos no que diz respeito a como avaliam as medidas da ex presidente Dilma Rousseff, no que concerne a essas novas medidas do Fies.

Nesse sentido, a entrevistada M3, ao contrário de H1, considera as medidas tomadas por Dilma Rousseff foram importantes, outrossim. Ela destaca que como o ensino público, por vezes é deficitário, muitos estudantes passaram a não ter acesso ao programa Fies em decorrência da falta de preparo educacional dos referidos estudantes.

Partindo do conceito *contexto dos resultados/efeitos do ciclo de políticas* pontuamos que os demais sujeitos de pesquisa, no que diz respeito aos critérios mínimos para se conseguir o Fies, conforme dito anteriormente, percebem as medidas da ex presidente Dilma Rousseff, como importantes. Ressaltam que as ações governamentais no programa de financiamento estudantil, criaram “um nivelamento, um filtro” para a entrada de novos estudantes, tal como apontam os entrevistados M1, H2, M2 e H3.

Inclusive a estudante M3, assinalou que as medidas buscaram nivelar o estudante para o ensino superior, haja vista as cobranças acadêmicas feitas aos estudantes universitários. Portanto, as medidas, em sua visão, preparariam ainda mais o estudante universitário em sua jornada acadêmica.

Todos os entrevistados consideraram as medidas importantes, com exceção do estudante H1. Embora tenha afirmado que compreendia as razões que levaram a gestão Dilma Rousseff a tomar essas ações, avaliou a medida como excludente, ao argumentar que nem todos os estudantes conseguiriam ter um bom preparo acadêmico para chegar à faculdade. Essa fala do nosso entrevistado é endossada pelo que assinalam Nierotka e Trevisol (2019).

Esses autores pontuam que o ensino superior brasileiro é historicamente marcado por um viés elitista, de modo que as desigualdades sociais brasileiras se refletem no ensino superior, ao passo que as classes sociais menos privilegiadas possuem mais dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente ao público. Essa realidade tem mudado um pouco, ou seja, tem havido uma democratização de acesso às universidades públicas em decorrência de políticas afirmativas como as cotas para os estudantes provenientes de escolas públicas e com O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação

e Expansão das Universidade Federais (Reuni) entre os anos de 2003 e 2014 nas gestões do PT.

A partir deste momento, passaremos a problematizar as questões levantadas no eixo 03, a partir das nossas entrevistas semiestruturadas. Nesse eixo, também faremos uso do conceito “Contexto dos efeitos/resultados”. Realizamos a seguinte pergunta: como você sentiu e como você avalia as alterações feitas pelo ex presidente Michel Temer (2016-2018) no Fies, no que diz respeito à diminuição do tempo de carência após a conclusão da sua graduação em História? Tivemos as seguintes respostas:

No meu caso, como eu já estava empregado nesse período, então não tive dificuldade, mas eu conheço pessoas que concluíram, e não conseguiram dentro dessa medida nova começar a efetuar o pagamento, e a partir daí começou o acúmulo de parcelas e conseqüentemente o nome ficou sujo. Eu achei uma mudança muito drástica porque realmente não condiz com a realidade, porque não são todas as pessoas que conseguem concluir o curso e já sair diretamente empregado. Isso é uma utopia praticamente (H1, adimplente, 26 anos).

Veja, a minha realidade foi uma, assim que eu terminei, eu consegui adentrar no mercado de trabalho, mas eu acredito que para uma pessoa, que assim que se forma pensa: E agora? O que eu vou fazer da minha vida? Começar a pagar assim que termina o curso, não é uma questão muito viável, acho que dar um tempinho para pessoa se organizar, seria mais justo porque nem todo mundo tem a sorte que eu tive, de assim que terminar entrar no mercado de trabalho e acredito que dando um maior prazo, dá tempo para a pessoa se organizar, seria mais viável (M1, adimplente, 26 anos).

Eu acho de extrema importância essa questão da carência, porque o estudante às vezes não consegue um emprego. Eu falo pela minha experiência própria, que levou um bom tempo para eu poder conseguir (H2, inadimplente, 25 anos).

Essa mudança, em específico eu avalio negativamente porque não é fácil a inserção no mercado de trabalho, eu sei disso. Eu tive a chance de ser inserida durante o curso. Meu pai conhecia um determinado vereador, que falou com o prefeito e eu consegui trabalhar. Como eu iria começar a pagar se eu já não estivesse empregada? A carência é de extrema importância [...] Como eu já estava trabalhando, mesmo antes de terminar a faculdade, eu comecei a me organizar para começar a pagar, quando fosse o momento. Eu me programei porque eu pensei: estando eventualmente desempregada, vou conseguir pagar as parcelas por algum tempo (M2, adimplente, 30 anos).

O mercado de trabalho se comporta diferente, com relação a quantidade das vagas oferecidas pelos cursos. Esse tempo de carência era um tempo de adaptação do estudante no mercado de trabalho, na quantidade de hipóteses que ele vai tentar adentrar, ou seja conseguir um emprego, tentar adentrar ao mercado, pois ele é competitivo (H3, inadimplente, 26 anos).

Sendo bem sincera, eu avalio de forma bem negativa, haja vista que é bem desleal com a gente que passou muito tempo estudando, e depois de formado é todo um percurso para conseguir um emprego. Eu avalio de forma extremamente negativa e covarde, como sendo mais um subterfúgio da Direita ao ensino superior (M3, inadimplente, 25 anos).

Inicialmente, retomaremos algumas medidas governamentais anteriormente explicitadas em nosso estudo e logo em seguida, analisaremos as falas dos nossos entrevistados.

Após o processo de *impeachment* da ex presidente Dilma Rousseff em 2016, as medidas tomadas no âmbito da educação pelo ex presidente Michel Temer (2016-2018) desencadearam na resistência de professores, estudantes e pesquisadores do campo educacional por considerá-las impopulares e retrógradas. Um exemplo dessas medidas, foi a emenda constitucional número 95, que congelou os investimentos públicos em educação por 20 anos, entre outros direitos sociais, que também foram congelados (ALMEIDA JÚNIOR; PEDROSA, 2018; SOUZA, SOARES, 2019; DELGADO; NASCIMENTO; SILVA, 2020).

No que diz respeito ao programa de financiamento estudantil, a medida tomada pelo ex presidente Michel Temer, objetivou a eliminação do período de carência, doravante, o estudante precisaria começar a efetuar o pagamento das parcelas do financiamento logo após a conclusão do seu curso (ALMEIDA JÚNIOR; PEDROSA, 2018).

Pensando a partir das lentes teóricas do *ciclo de políticas*, sobretudo no que se refere ao *contexto dos efeitos/resultados* (MAINARDES, 2006; BALL; MAINARDES, 2011) que, como anteriormente mencionado, busca compreender os efeitos/reverberações de uma determinada política pública sobre um determinado grupo social, percebe-se que todos os nossos entrevistados, por diferentes razões das quais falaremos adiante, avaliaram de forma negativa, a medida governamental do ex presidente Michel Temer que retirou de carência no Fies, através da Lei 13.530 de 07 de dezembro de 2017, em seu artigo 05º-C, inciso IV.

Os entrevistados H1 e H2, afirmaram que não é toda pessoa que termina um curso universitário e já se encontra empregada. Tal como pontua a entrevistada M2, ao destacar que a inserção no mercado de trabalho não é algo fácil. Essas afirmações corroboraram com o pensamento do entrevistado H3, que assinalou que o mercado possui sua própria dinâmica, se constituindo de forma competitiva, logo, muitas vezes o estudante recém-formado, continua desempregado e, uma vez que está desempregado, não teria condições de efetuar os pagamentos das parcelas do financiamento estudantil.

Refletindo sobre as nuances que envolvem os estudantes universitários recém-formados e o mercado de trabalho, torna-se substancial considerar que no Brasil, os

jovens constituem o grupo social etário mais escolarizado, outrossim, concomitantemente é o grupo social em que o desemprego mais se desenha (SILVA SEGNINI, 2020).

Segundo Silva e Signini (2020), grande parcela dos jovens, possuem a crença de que podem mudar sua posição social através de uma formação superior, em contrapartida, nem sempre conseguem emprego. Portanto, não há necessariamente uma relação direta entre uma formação superior e a empregabilidade. Esse fenômeno compromete diretamente o pagamento das parcelas do Fies para os jovens que utilizaram o Programa, e, por conseguinte, esse panorama desencadeia-se na inadimplência estudantil, conforme demonstramos ao longo do nosso estudo.

A entrevistada M3 explicitou exatamente esse ponto, ao afirmar que era todo um percurso para o jovem recém-formado começar a trabalhar. A própria estudante relata que só conseguiu trabalho depois de formada. Semelhantemente, relatou o estudante H1, ao dizer que é necessário que haja um tempo para que o estudante se organize mercado de trabalho, para então começar a efetuar os pagamentos das parcelas do Fies.

Fraga (2022), ao assinalar os percalços do jovem recém-formado no ensino superior e sua relação com o mercado de trabalho, destaca que além do desemprego em si, muitos desses jovens precisam lidar com empregos instáveis, com baixos salários, o que compromete diretamente às suas rendas. O diploma por si próprio, não constitui garantia de se conseguir um bom trabalho ou um emprego na área da formação superior, de modo geral.

Com as suas rendas comprometidas, a quitação das parcelas do financiamento estudantil, ficam também prejudicadas, desse modo a tendência a inadimplência estudantil torna-se substancial.

Por último, destacamos que os estudantes H1, M1 e M2 pontuaram que já estavam trabalhando antes mesmo de concluírem seus cursos, assim sendo, tiveram condições de começar a pagar o financiamento logo após a finalização de suas graduações, porém, ressaltaram que essa não é a realidade que se desenha para todos os jovens.

A partir de agora, analisaremos as falas dos nossos entrevistados do eixo temático 04, seguindo o mesmo formato de análise dos eixos anteriores. Os dados foram gerados após a pergunta: Caso você não tivesse realizado sua graduação em História mediante o Fies, você teria conseguido fazer um curso superior, pagando sua faculdade?

Não. Jamais, se eu não tivesse utilizado o programa Fies, eu jamais teria iniciado. No caso a questão da carreira acadêmica, eu não teria nem dito essa oportunidade. Então, o Fies foi muito importante nessa questão, pra mim, porque ele abriu essa oportunidade para poder ingressar nesse mundo e ter um

conhecimento a mais [...]. A maioria das pessoas da minha sala, acho que 90 % era Fies, acho que foi muito importante para todo mundo, dentro daquele contexto (H1, adimplente, 26 anos).

Naquele período não, não teria. Porque eu não tinha um emprego fixo, eu não tinha experiência. Trabalhava na época como jovem aprendiz [...]. Eu vejo que o Fies é uma porta de entrada para um futuro melhor. Porque se tem acesso à educação, se consegue melhorar esse aspecto da vida, é difícil entrar no mercado de trabalho, mas não é impossível, porém nem todo mundo consegue (M1, adimplente, 26 anos).

Não, nesse caso por eu ser muito jovem, ter entrado muito jovem na faculdade também, não daria para minha [família] custear esse ingresso na faculdade. Ou era no Fies ou era nada [...]. Como se trata de uma formação em licenciatura, o que fica mais caro para o estudante custear eram os livros. Mas, nada comparado a você custear os livros e a mensalidade ao mesmo tempo, ou seja o Fies é um programa de extrema importância nesse sentido (H2, inadimplente, 25 anos).

Não. Porque naquele momento em que eu ingressei, eu não estava trabalhando. Apesar com estar mais de 20 anos, não tinha CLT, nada. E daí meus pais são agricultores. Agricultura é aquela coisa, às vezes dá certo, às vezes dá errado, então meus pais não tinham condições de me ajudar. Outra coisa é que como eu moro na área rural, o deslocamento era muito complicado. Lembro de como foi difícil de pagar a primeira mensalidade antes de eu conseguir o financiamento. Com o Fies, eu tive até uma melhor condição de comprar livros etc. [...] eu acho que o Fies é um programa que veio para colocar o jovem em uma graduação, dizendo ao jovem pobre que ele pode estudar. Na minha vida, o Fies foi um divisor de águas. Eu não tinha condições de ir nem para o espaço urbano, então imagine como eu iria para Recife me manter lá? Então, o Fies foi o que me fez estudar. O Programa deu total condições para aqueles que não tinham condições de chegar lá (M2, adimplente, 30 anos).

Não, eu não teria. Porque eu me recordo, agora que eu comecei a pagar o curso, era o maior sofrimento. Eu tive que recorrer ao Fies [...] (H3, inadimplente, 26 anos).

Não. Nunca, na época História era 600, 700 reais. Hoje, eu não posso pagar, imagina na época (M3, inadimplente, 25 anos).

Conforme demonstramos nos capítulos 03 e 04 da nossa dissertação, ao longo das gestões federais: Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) foi um dos principais responsáveis por um exponencial aumento de estudantes menos favorecidos econômica e socialmente no ensino superior privado, ao longo das últimas décadas (MORAES, 2017).

Pensando a partir do ciclo de políticas de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), no que diz respeito ao contexto dos *resultados/efeitos*, que busca perceber as reverberações sobre os beneficiários de uma determinada política, percebemos que todos os nossos entrevistados assinalaram que não teriam tido condições de ter cursado suas licenciaturas se não fosse mediante o Fies. Entretanto, cada um dos nossos sujeitos de pesquisa,

destacaram questões muito peculiares às suas formações, das quais descaremos algumas que avaliamos como mais importantes.

O estudante H1 pontuou que o Fies lhe deu a possibilidade de angariar mais conhecimentos no mundo acadêmico, além de destacar que quase 90% de seus colegas de turma, também estudavam mediante o Fies.

O entrevistado H2 reiterou que se não fosse mediante o Fies não teria tido condições de estudar, pois mesmo não custeando as mensalidades de seu curso, as despesas com os livros eram altas e ele precisava dar conta. Logo, não teria condições de, ao mesmo tempo, pagar as mensalidades da graduação e arcar com a despesa com as compras dos livros.

As falas acima são endossadas. Assim como nos chama atenção por Abreu e Ximenes (2021). Eles ao pontam que muitos estudantes pobres possuem dificuldades de permanência no ensino superior, justamente por questões financeiras, tais como: dificuldades para comprar refeições, despesas com transporte, material didático e gastos com participação em cursos e eventos acadêmicos.

Nesse sentido, os egressos H2 e M2 consideraram que o Fies dá condições para que o estudante possa se manter na faculdade, à medida que o universitário providencia outras questões financeiras que envolvem o mundo acadêmico, uma vez que, *a priori*, não precisa se preocupar com o pagamento das parcelas do curso.

A estudante M1 afirma que o Fies constituiu a porta de entrada para um futuro melhor, e com a educação se melhora de vida, ou seja, associando uma formação superior à ascensão social. Nesse sentido Silva e Segnini (2020) pontuam que os jovens que cursam licenciaturas, entendem que podem melhorar sua posição social através de suas formações.

Outra questão bem interessante, foi levantada pela estudante M2, ao afirmar que também não possuía trabalho, portanto não tinha como pagar as mensalidades de seu curso. Ela também chamou a atenção para a instabilidade financeira de sua família, seus pais são trabalhadores do campo, agricultores, e além de algumas imprevisibilidades da vida no campo, em relação garantia de um retorno econômico a partir da agricultura A egressa também destacou as dificuldades de locomoção do espaço rural para o espaço urbano.

Pensando essa problemática das dificuldades que enfrentam os estudantes universitários que vivem na área rural, Silva (2002) assinala a questão do trabalho com a agricultura e a pecuária, assim bem como as dificuldades de locomoção para o espaço

urbano, onde estão localizadas as instituições de ensino superior.

A partir dos elementos destacados, a entrevistada M2, reitera que o Fies foi um divisor de águas em sua vida e a egressa M3 afirmou que mesmo atualmente não teria condições de pagar as mensalidades de seu, muito menos na época em que estudou. Vale ressaltar que ela se encontra inadimplente com o Programa. Sobre essa questão, debruçar-nos-emos no eixo temático 07, seção 02 deste capítulo de análise.

A seguir, passaremos a problematizar as falas dos nossos sujeitos de pesquisa, do último eixo temático desta seção, o eixo 05, obedecendo a mesma estrutura analítica dos eixos anteriores. Dessa maneira, reproduziremos abaixo as falas das entrevistas produzidas a partir da pergunta: de que maneira a sua formação superior, ou seja, a sua graduação em História, mediante o Fies, contribuiu para o seu ingresso no mundo do trabalho?

No momento eu não estou atuando na minha área de formação. Estou trabalhando em outro setor. No momento, eu percebo uma resistência no mercado de trabalho na área de educação. Eu percebo que é algo bem engessado: se você tiver contatos etc., você até consegue, para quem não tem esses contatos, fica complicado (H1, adimplente, 26 anos).

Eu era uma pessoa desempregada, não tinha renda nenhuma e após formada eu consegui um trabalho, tirando licença de professores (M1, adimplente, 26 anos).

Antes de começar o curso, e durante todo o curso, eu não tinha nenhum emprego com carteira assinada. Eu passei a fazer muitas substituições de professores, principalmente após o 5º período. Após o período pandêmico, eu consegui um trabalho fixo [...] (H2, inadimplente, 25 anos) (M2, adimplente, 30 anos).

Comecei a trabalhar durante a minha formação [...] O curso teve uma total influência nesse processo (M2, adimplente, 30 anos).

Eu não teria dito condições de estar onde estou, se não fosse o curso. Porém, eu comecei a trabalhar na minha área, na educação, após a conclusão. Inicialmente dei aulas de Geografia, depois História [...], lembro de um cenário muito saturado quando comecei a trabalhar (H3, inadimplente, 26 anos).

Ocorreu depois de eu concluir minha licenciatura. Porém, isso não é culpa do Fies, nem culpa da Faculdade em si. Durante a minha formação, eu não consegui trabalhar na minha área. Porém, eu culpo a lógica do governo que não vê História como uma disciplina fundamental, ou seja, enquanto a gente tem 800 vagas para outras áreas, para História são duas 2 aulas por turma (M3, inadimplente, 25 anos).

Conforme assinalado anteriormente, o mundo do trabalho constitui um importante desafio para jovens universitários formados, ou ainda em formação. Para os entrevistados

recém-formados e que ainda precisam quitar um programa de financiamento, como o Fies, o desafio posto é ainda mais significativo. Ao passo que muitos desses jovens, recém-formados, encontram-se endividados e por vezes desempregados, terminam entrando em um processo de culpabilização individual em decorrência da inadimplência estudantil (FAASEN, 2020).

Além dessas questões, já problematizadas ao longo dos capítulos 03 e 04, outro aspecto que envolve o jovem recém-formado, diz respeito ao período de transição da universidade para o mercado de trabalho. Esse processo compreende uma das trajetórias centrais para os jovens. Esse estudante precisa lidar com algumas variáveis macroeconômicas, tais como: a oferta quantitativa e qualitativa de emprego, assim como a própria oferta e demanda de mercado em sua área de atuação profissional (BORGES; MELO, 2007).

No que concerne a empregabilidade docente, ela depende sobretudo da quantidade de aulas e turmas que esse (a) docente ministrará. Outra questão correlata diz respeito ao fenômeno espacial/populacional, ou seja, quanto maior uma determinada região, maior o número de habitantes, logo, maior o número de estudantes e por conseguinte maior a demanda por profissionais da educação (BLANCO; PAES DE BARRO; MENDONÇA, 2001).

A cidade de Caruaru-PE, onde está localizada o *campus* e sujeitos de nossa pesquisa, possui o seguinte quadro educacional que mostraremos a seguir, coletamos os dados a partir da última atualização pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada no ano de 2021, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 10- Principais informações sobre a educação básica em Caruaru-PE

Matrículas no Ensino Fundamental:	49.990 matrículas.
Matrículas no Ensino Médio:	11.766 matrículas.
Docentes do Ensino Fundamental:	2.108 docentes.
Docentes do Ensino Médio:	714 docentes.
Número de Estabelecimentos de Ensino Fundamental:	198 instituições de ensino.
Número de Estabelecimentos de Ensino Fundamental:	38 instituições de ensino.

Fonte: IBGE, 2021.

A partir dos dados levantados, pontuamos que o município de Caruaru possui 61.756 estudantes matriculados no ensino fundamental e médio. Um quantitativo de 2.822 professores (as) e um total de 236 instituições de ensino. Os números dizem respeito à educação básica, por corresponder ao campo profissional que os nossos sujeitos de pesquisa tiveram formação para atuarem profissionalmente.

Percebendo as falas dos nossos sujeitos de pesquisa, notamos que tanto a estudante M2, quanto o estudante H2 começaram a lecionar ainda durante o período de suas formações. Enquanto os estudantes M1, H3 e M3 iniciaram sua carreira docente após terem concluído suas graduações em História. Em contrapartida, o estudante H1 não desempenha atividade profissional em sua área de formação acadêmica.

O estudante H1, enxerga resistência no mercado de trabalho no campo educacional, argumentando que é um campo *engessado* e que uma rede de contatos termina sendo mais eficaz para se conseguir um emprego.

Refletindo sobre as dificuldades para professores iniciantes começarem a trabalhar, Eustáquio (2010) pontua que paulatinamente a educação foi deixando de ser percebida como um direito social, e foi se configurando como uma mercadoria.

Assim sendo, os professores tornam-se empregados flexíveis e polivalentes, obedecendo a uma lógica profissional mercadológica, de tal sorte que a docência em colégios privados é mais rotativa, ou seja, os docentes estão mais sujeitos à demissão. No tocante a questão de concursos públicos, o lançamento de novos editais muito depende da vontade política de muitos governantes, de modo que a empregabilidade para docentes recém-chegados ao campo educacional, enfrentam esses percalços.

Desse modo, tanto a contratação de novos profissionais pode torna-se uma constante, quanto o contrário também pode ocorrer, desde que os profissionais admitidos se adaptem às exigências mercantis de uma determinada instituição de ensino, de tal sorte que profissionais iniciantes podem vir a ter dificuldades para adentrarem nesse mercado educacional, já *engessado* como pontuou o estudante H1.

Nesse contexto do início da vida profissional, logo após a formação inicial, Ferreira (2017) assinala que muitas das primeiras vivências profissionais de professores iniciantes manifestam-se inicialmente nas substituições em escolas, tirando licenças de profissionais já consolidados no mercado educacional, como retratou afirmou H2 em nossas entrevistas.

Um outro aspecto que envolve a dinâmica profissional dos professores iniciantes e sua inserção no mercado de trabalho, foi elucidado pelo entrevistado H3, ao considerar

que começou a trabalhar só após a conclusão de sua graduação, e que ministrou aulas de disciplinas que não constituíam sua área de formação. Nesse sentido Aquino *et al* (2014) destacam a escassez de profissionais da educação que possuem uma formação específica, em determinadas áreas de ensino.

Finalizando esse eixo temático, discutiremos a fala da egressa M3 que pontuou que começou a trabalhar depois de sua formação. Ela responsabilizou o governo pela pequena quantidade de aulas de História nas escolas.

Uma parcela considerável das escolas, tanto públicas, quanto privadas, possuem em sua matriz curricular, entre 02/03 aulas de História semanais por turma. A pequena quantidade de aulas é um dos principais empecilhos para a questão da empregabilidade docente. Além disso, o pouco tempo de aula impede consideravelmente que haja um aprofundamento e problematização dos conteúdos ministrados em classe, o que também termina inviabilizando uma leitura mais crítica da sociedade a partir da História, enquanto ciência (BELTRAN; RODRIGUES; ORTIZ, 2011).

6.2. O FIES sob o olhar dos nossos sujeitos de pesquisa

Na presente seção, analisaremos os dados coletados das entrevistas semiestruturadas dos nossos sujeitos de pesquisa, utilizando a lente teórica do conceito *contexto dos resultados/efeitos do ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992). A referida lente teórica permeará as discussões dos eixos temáticos 06 a 10 que serão apresentados nos parágrafos a seguir. De forma geral, e, em seguida, faremos a problematização individual de cada eixo.

O eixo temático 06 busca analisar como os nossos sujeitos de pesquisa se percebem atualmente, no que concerne à sua empregabilidade e mobilidade social a partir da conclusão de suas graduações em História. Ao passo que no eixo temático 07, analisamos quais foram os percalços enfrentados por esses estudantes egressos resultando tanto o atraso como a inadimplência deles para com o Fies.

No eixo temático 08, objetivamos perceber a seguinte questão: mesmo utilizando o Fies, quais foram os principais desafios desses estudantes ao longo de suas formações iniciais. No eixo temático seguinte, o eixo 09, partindo do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992) no que concerne o contexto dos *resultados/efeitos*, problematizamos quais foram os elementos que constituíram a avaliação desses estudantes egressos com o programa de financiamento estudantil; no nosso último eixo,

o foco recaiu em relação aos aspectos que constituíram os últimos dados sobre os nossos entrevistados.

A estrutura da presente seção, configura-se semelhantemente a anterior. Ou seja, inicialmente reproduziremos a pergunta destinada aos nossos sujeitos de pesquisa, em seguida traremos as falas desses estudantes egressos, e por último faremos a análise teórica de suas falas sob a ótica do conceito *contexto dos resultados/efeitos do ciclo de políticas* (BALL; MAINARDES, 2006). Vale ressaltar que este formato analítico se reproduzirá em todos os nossos eixos temáticos dessa seção.

Objetivando responder o nosso primeiro objetivo específico: a) que busca identificar na visão dos estudantes egressos de História se houve ascensão social proveniente da conclusão de seus cursos, fizemos o seguinte questionamento

Atualmente, como você se percebe, no que diz respeito à sua empregabilidade e por conseguinte ascensão social, após a conclusão de sua graduação em História?

Eu colocaria essa questão em muitas aspás, pois não trabalho diretamente com educação. Trabalho com atendimento ao público, voltado para o INSS e eu trabalho na parte de ouvidoria. Aí eu trabalho muita essa questão da oratória, da escuta e da fala também. Se for associado à questão educacional, tranquilo. Mas, diretamente com a educação, nessa pauta não [...] mesmo não trabalhando na área, o curso me deu uma base para com o que eu trabalho no momento, por conta do curso superior, desenvolvi muito a questão social (H1, adimplente, 26 anos).

Sim. Eu era uma pessoa desempregada e não tinha renda nenhuma, quando eu terminei o curso,. No ano seguinte, eu consegui um emprego, que não é fixo, pois eu sou contratada pela prefeitura. Mas, eu comecei tirando licença dos professores, depois eu subi de cargo, e hoje eu ensino em uma escola integral municipal, e devido as bonificações que tem por ser integral, o valor do salário é bem maior com relação às escolas regulares. Então sim, eu tive uma melhoria bem significativa na minha vida, depois dessa mudança [...] (M1, adimplente, 26 anos).

Atualmente, eu venho trabalhando na área, após vários bicos, que tentavam suprir as minhas necessidades. Eu só consegui ter uma conexão com o meu emprego de fato, três anos após a minha formação (H2, inadimplente, 25 anos).

Sim. Inclusive hoje eu me sinto mais detentora de um conhecimento. Eu consigo também passar esse conhecimento. Isso é muito importante, não só dentro da minha profissão, mas em passar para os meus pares, para aqueles que estão próximos de mim, economicamente também, porque o salário aumentou. Hoje em dia, eu não estou na minha área, mas é um peso quando você tem uma graduação, você já tem um certo prestígio e minha vida mudou nesses aspectos (M2, adimplente, 30 anos).

Sim. Um curso superior lhe dá acesso a outras portas, a outras possibilidades, a um outro tipo de serviço. Você não fica mais à mercê de um salário mínimo, é uma possibilidade além do que a formação intelectual e humana ao longo dos quatro anos, resulta em uma consequência na qualidade de vida, também interfere muito (H3, inadimplente, 28 anos).

Com certeza, todos os empregos, mesmo aqueles que não eram para professor,

eu consegui porque eu tinha um curso superior. Porque ter um curso superior é um indicativo de muita coisa. A gente passa 4 anos na faculdade e não sente, porém, a gente está passando por uma transformação intelectual e moral que a gente só conseguiria em uma faculdade. Hoje, eu sou o que eu sou, pelo curso que fiz (M3, inadimplente, 25 anos).

Segundo Silva (2018), a educação de modo geral, possui um substancial papel na vida de um estudante, sobretudo no que diz respeito a sua ascensão social, elemento que constitui um dos principais objetivos para um estudante oriundo das classes populares. Através da educação, o estudante possui a possibilidade de transformar a sua realidade social.

Nesse sentido, partindo do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992) no que tange ao *contexto dos resultados/efeitos* buscaremos perceber de que maneira os nossos sujeitos de pesquisa, ou seja, os estudantes egressos de História da Fafica, avaliam sua ascensão social, a partir de suas formações acadêmicas, portanto objetivamos perceber como a política educacional Fies, reverberou sobre esses estudantes recém-formados, como essa política contribuiu/ou não para o ingresso em uma vida profissional no campo de suas formações e melhoria social de vida.

Nos parágrafos seguintes veremos como os nossos sujeitos de pesquisa pontuam sobre os *efeitos* de uma formação superior em suas vidas, no que se refere à ascensão social e empregabilidade.

O estudante H1, reitera que não trabalha diretamente com a educação, tal como a estudante M2. O nosso sujeito de pesquisa, H1, trabalha com atendimento ao público no INSS, porém, afirma que o curso contribuiu para sua maior desenvoltura social, assim bem como sua oratória no exercício de seu trabalho. H1 não trabalha em sua área de formação, fenômeno que Gondim (2002) nos chama a atenção, ao assinalar que nem sempre as opções de atuação profissional ofertadas pelo mercado de trabalho são necessariamente condizentes com a área de formação do profissional.

A estudante M1, pontua que o Fies representou uma mudança significativa em sua vida, posto que antes de ingressar no ensino superior, ela era uma pessoa desempregada. Após entrar na faculdade, começou substituindo professores, e atualmente trabalha integralmente em um colégio público municipal e devido às bonificações do ensino integral seu salário é maior, sobretudo se for comparado às escolas regulares municipais.

As bonificações pagas aos professores de colégios integrais tendem a significar um aumento salarial para esses profissionais, além de representar um maior estímulo profissional para esse docente no desempenho de suas funções (GONÇALVES,

XAVIER, 2021).

O estudante H2, assinalou que vêm atuando profissionalmente enquanto docente, depois de ter trabalhado informalmente, *após vários bicos*, outrossim, só conseguiu trabalhar na área 3 anos depois de formado. Fenômeno problematizado por Almeida e Carvalho (2020) ao pontuarem que muitos profissionais da educação só conseguem trabalhar depois de formados, isso devido às inúmeras dificuldades que os profissionais novatos ou em formação possuem no começo da carreira profissional. O mercado de trabalho tende a recrutar profissionais com mais tempo de experiência, dificultando o ingresso profissional para os profissionais iniciantes.

A estudante egressa, M2, pontuou que um curso superior aumenta o conhecimento de um indivíduo, lhe conferindo mais prestígio social, além de possibilitar um aumento de renda. Nesse sentido, Costa (2002) afirma que no Brasil, o *status* social, assim bem como a ascensão de um indivíduo, geralmente, está associado a uma formação superior.

O aumento de renda citado pela estudante, também foi pontuado pelos entrevistados, M1, M2 e H3. Refletindo sobre esse fenômeno, Silva *et al.*, (2021) destacam que o processo educacional está diretamente envencilhado ao aumento de renda de um indivíduo, ao passo que também está relacionado ao desenvolvimento econômico e social de um país.

Os estudantes H3 e M3 assinalaram o aumento de salário e aumento na qualidade de vida. Além disso, a estudante M3 destacou especialmente que a sua formação lhe possibilitou uma transformação intelectual e moral. Assim sendo, Giroux (2010) reitera que um curso superior confere a um indivíduo novos conhecimentos, novos valores e novas perspectivas diante das vivências humanas.

Finalizando nosso eixo 06, percebemos mediante o *ciclo de políticas*, no que diz respeito ao *contexto dos resultados/efeitos*, que quando perguntados se em suas visões houve ascensão social proveniente da conclusão de seus cursos, os estudantes recém-formados, avaliaram que conseguiram emprego na área, apesar das dificuldades encontradas, também argumentarem que um curso superior angaria mais conhecimento e prestígio social, ademais relataram que através de suas formações tiveram aumento de renda e qualidade de vida.

Doravante problematizaremos as nuances que dizem respeito ao eixo temático 07, que objetiva discutir os percalços que os nossos sujeitos de pesquisa estão se defrontando no que diz respeito ao pagamento das parcelas do financiamento estudantil, buscando perceber como esses percalços estão ocasionando o atraso/inadimplência com o Fies.

Ao longo de toda a nossa dissertação, discutimos o fenômeno da inadimplência estudantil, no que diz respeito aos estudantes beneficiários do Fies, desde o antigo Creduc até o Fies, perpassando pelos governos: FHC (1995-2002), Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018). Sendo que nossa pesquisa, busca compreender o fenômeno da inadimplência das gestões Dilma/Temer (2015-2018).

Nesse eixo, buscamos responder o nosso objetivo específico: c) que busca verificar se os estudantes egressos dos cursos de História estão endividados com o Fies após a conclusão dos seus cursos, para tanto, faremos uso do *contexto dos resultados/efeitos do ciclo de políticas*,

Quais são os percalços/dificuldades que estão levando você a atrasar as parcelas do financiamento do seu curso, e, portanto, estar em inadimplência com o Fies? Você vem sentindo dificuldades para efetuar o pagamento?

Sinto, porque as mensalidades são um pouco altas, para a conjuntura em que estamos vivendo, por conta da questão da inflação e a desvalorização da moeda. Então, realmente é um valor um pouco alto, e eu estou sentindo dificuldades para efetuar o pagamento. Mas, eu estou seguindo em frente. Sim, teve alguns meses que eu atrasei, porque o salário deu uma atrasada, e com isso, eu tive que atrasar as parcelas, aí vem os juros, etc. Com a pandemia, inicialmente, eu atrasei, mas depois conseguir regularizar. E durante o processo pandêmico, se eu não me engano, o governo lançou a suspensão do pagamento, só que eu só consegui solicitar essa suspensão praticamente no final, porque o banco não estava me dando resposta. Eu solicitei pelo aplicativo, e eles não me deram suporte, eu consegui mesmo de fato, faltando 4 meses para acabar essa medida (H1, adimplente, 26 anos).

Sim. Nunca cheguei a atrasar até o momento, nem no período da pandemia [...] algumas pessoas haviam comentado sobre uma redução das taxas, mas eu não conheço ninguém que tenha feito uso, inclusive nem eu fiz (M1, adimplente, 26 anos).

Como eu recebo muito pouco, trabalho poucos dias na semana, meu salário é bem reduzido. Em decorrência disso, preciso priorizar outras coisas da minha vida, e estou sem conseguir pagar o Fies (H2, inadimplente, 25 anos).

Sinto. Pois apesar das mensalidades serem baixas, as primeiras mensalidades chegaram na pandemia, e apesar de serem baixas, quando a gente vê o preço das outras coisas, que precisamos sobreviver, fica complicado. Todo mês, eu penso: tenho que tirar um valor x para o Fies, já é um valor que compromete outras coisas [que] acabam sendo excluídas. No momento, estou recebendo um salário mínimo, que é muito baixo (M2, adimplente, 30 anos).

Eu venho atrasando as parcelas do Fies, por questões familiares mesmo, questões da casa, como fazer a feira e tais. Isso faz com que eu termine mexendo na parcela do Fies, ou seja, as despesas da casa, propriamente ditas. A pandemia também me lascou nessa história, terminei negligenciando, fazendo uma economia de guerra, todo dinheiro foi para questões de sobrevivência. Depois da conclusão do curso, eu estava pagando sem problemas, com a pandemia comecei a atrasar. Depois, quando voltei a pagar, tinha muitas parcelas atrasadas. Embora eu tenha conseguido suspender os pagamentos durante a pandemia por conta do programa do governo (H3,

inadimplente, 28 anos).

Eu não tinha casa própria, então priorizei essa questão. Porém, antes pagava aluguel, além do que tinha que conseguir emprego na minha área. Outra coisa, o meu curso é um curso onde não se encontra emprego fácil na área, tem muita gente trabalhando e são poucas horas aulas para os professores de história nas escolas. Conheço pessoas que também cursaram e estão trabalhando no comércio porque não conseguiram emprego na área (M3, inadimplente, 25 anos).

Inicialmente, discutiremos algumas questões relacionadas ao fenômeno da inadimplência, e em seguida, passaremos a problematizar as falas dos nossos estudantes egressos no que diz respeito às dificuldades que eles estão enfrentando no pagamento das parcelas do programa de financiamento estudantil.

A inadimplência se configura na falta de pagamento de um determinado produto ou serviço, sendo, portanto, uma terminologia jurídica para se referir a uma situação de não pagamento de uma determinada cláusula contratual. Nesse sentido, inadimplente é o indivíduo que possui dificuldades para quitar uma dívida contraída, sendo a educação a última prioridade na lista dos devedores. Vale ressaltar que o desemprego está entre as principais causas para a inadimplência (TEIXEIRA, SILVA, 2001; RODRIGUES, 2004).

Perez (2015), ao problematizar o financiamento estudantil, pontua que é preciso considerar que à medida que o estudante está endividado, o futuro de suas finanças fica comprometidas. Nesse sentido, Botelho e Pessoa (2016) destacam que o Fies enquanto um programa que materializa uma política pública, buscou atender a jovens de baixa renda, contribuindo para o aumento de renda dos estudantes. Porém, como nem sempre o jovem recém-formado está empregado, o fator risco da inadimplência torna-se maior.

Segundo os autores acima mencionados, é imprevisível saber quanto de renda o estudante terá no futuro, de modo que o Fies precisa ser pensado levando-se em consideração a capacidade de pagamento do estudante recém formado. Ademais, é necessário refletir sobre as incertezas do mercado de trabalho, haja vista as imprevisibilidades da economia.

De acordo com Bressan (2018), o financiamento estudantil configura-se como uma aposta. Caso o estudante não consiga emprego e não consiga pagar as parcelas de seu curso, pode ficar em uma situação ainda pior, passando a enfrentar uma maior fragilidade social, uma vez que não possui emprego e ainda possui uma dívida longa.

A entrevistada M1 foi a única que nunca atrasou nenhuma parcela do Fies. Em contra partida, em decorrência do cenário de instabilidade econômica, o estudante H1, passou a ter seu salário atrasado e conseqüentemente começou atrasar as parcelas do Fies.

Tanto ele, quanto o estudante H3, conseguiram a suspensão do pagamento das parcelas do Fies durante a pandemia do Covid-19 em 2020. A pandemia também agravou a situação econômica desses estudantes, levando-os a inadimplência com o referido programa.

Em decorrência do cenário internacional/nacional marcado pela calamidade na saúde pública com a pandemia da Covid-19, o governo Jair Bolsonaro no ano de 2020, mediante o Ministério da Educação determinou que, o estudante que estava em dia com as parcelas do Fies e até mesmo os estudantes inadimplentes, que estavam com o pagamento atualizado das amortizações em até 180 dias antes de março de 2020, poderiam suspender os pagamentos do financiamento estudantil (ARAÚJO; NEGREIROS; SILVA, 2021).

Diferente dos sujeitos de pesquisa H1 e H3, a estudante egressa M1 pontuou que nem mesmo na pandemia chegou a atrasar os pagamentos das parcelas do Fies, a estudante já havia relatado que trabalhava em um colégio de tempo integral, e, portanto, receberia além dos salários as bonificações relacionadas à função, além de ser casado, e o seu esposo, também estar empregado. O estudante egresso H2 ponderou que com o baixo salário, ele acabou por priorizar outras despesas do cotidiano, mexendo com o seu orçamento pessoal, de modo que está inadimplente com o referido programa.

Nesse sentido, também destacamos a estudante egressa M3, ao reiterar que ao priorizar o pagamento das prestações da casa própria e ter tido dificuldades inicialmente para conseguir emprego na área, não veio conseguindo pagar as parcelas do Fies. Problematizando essa questão, Silva (2002) pontua que o pagamento das parcelas do Fies, compromete substancialmente a renda familiar do estudante, de modo que muitos estudantes acabam por não pagar o programa de financiamento.

Os estudantes egressos H2, H3 e M3 mesmo empregados, encontravam-se inadimplentes com o programa de financiamento. A inadimplência no pagamento das mensalidades no ensino superior é uma realidade, sobretudo quando o assunto é financiamento estudantil. Nesse sentido, Lemos e Ribeiro (2015) assinalam que embora muitos estudantes recém-formados trabalhem, muitos são inadimplentes devido a outras obrigações financeiras.

A insuficiência de renda é um dos principais empecilhos que desencadeiam na inadimplência do Fies. Além disso, o desemprego e as baixas remunerações também levam a dívidas com o programa de financiamento. Além desses pontos, outro elemento que contribuiu para o não pagamento consistiu na dinâmica do mercado de trabalho, pois

ora a empregabilidade é maior, ora é menor; fenômeno destacado na fala da estudante M3. Se o estudante não se insere no mercado de trabalho, potencializa-se a chance dele se tornar inadimplente (AMARAL; CHAVES, 2016; HOBMEIR, 2020).

Finalizamos o eixo, destacamos outro elemento no que diz respeito ao fato de que os estudantes também estão sujeitos aos (in)sucessos em suas áreas de atuação profissional, sendo as famílias de baixa renda mais vulneráveis à inadimplência (SANCHES, 2018).

Doravante passaremos a discutir o eixo temático 08, buscando perceber quais foram os principais desafios que atravessaram os nossos estudantes egressos durante as suas formações acadêmicas, mesmo utilizando o Fies para custear as mensalidades de suas licenciaturas.

O eixo seguinte responde diretamente ao nosso objetivo c) que busca mapear as dificuldades que esses estudantes egressos tiveram, mesmo utilizando o Fies para custear suas licenciaturas.

Mesmo utilizando o Fies, quais foram os seus principais desafios ao longo de sua formação acadêmica?

No caso, o maior desafio que eu tive foi no ano de 2016, pois eu estava trabalhando de jovem aprendiz, além disso, tive que servir ao exército, além da faculdade. Foi um momento que quase desisti, inclusive [...] m momento em que pensei em desistir foi justamente em 2016, porém, eu repensei e continuei (H1, adimplente, 26 anos).

Como eu não tinha emprego. Eu tive dificuldades para pagar o transporte, as apostilas e os livros [...]. Inclusive, pensei em desistir quando fiquei grávida de gêmeas e uma veio a óbito e outra teve que fazer uma cirurgia para viver (M1, adimplente, 26 anos).

Estavam atrelados a questões do transporte, a gente tinha que está vendo a questão do transporte da prefeitura. Teve também a questão do custeamento do material, pois, geralmente, os livros eram muito caros. Posso dar um exemplo com o livro: “Para uma outra Idade Média” de Jacques Le Goff que custava 100 reais. Então, recorria muito às xerox [copiadoras]. Esse era o maior peso. Demorou um tempo para conseguir um transporte, o último transporte era às 22h00, então tinha que perder um tempinho da aula para poder voltar para casa [...]. Não pensei em desistir, fui muito persistente. Acho que se eu fosse desistir seria por questões financeiras (H2, inadimplente, 25 anos).

Trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Como minha família não tinha condições de me manter, eu tinha que trabalhar e estudar [...]. Então, eu chegava tarde da faculdade e ia estudar [...]. Todo semestre, eu tinha essa vontade de desistir do curso, todo dia acordando 05 da manhã e chegando às 23h00 (M2, adimplente, 30 anos).

Aquisição de material didático, apostilhas, livros. A questão de alimentos também. A gente juntava uma galerinha, cada dava 1 real, e a gente comprava de pão e mortadela [...]. Não me recorde de ter querido desistir. No primeiro ano do curso, tive alguns problemas com uma professora, mas depois resolvi (H3, inadimplente, 28 anos).

Acho que o maior desafio, inicialmente nenhum. Foi mais depois que eu casei, porque a gente tem que ter uma estrutura. Eu casei e não tinha nenhuma estabilidade. Percebi que através da minha formação por si só, eu não ia

conseguir essa estabilidade. Entrei na faculdade uma menina e saí uma mulher. Minha maior dificuldade foi essa falta de estabilidade. Porém, em nenhum momento pensei em desistir, mesmo quando não estava conseguindo um emprego (M3, inadimplente, 25 anos).

O ingresso em uma faculdade ou universidade é percebido como um evento potencialmente impactante para o aluno calouro. Os primeiros anos de formação acadêmica, geralmente, constituem o período de adaptação mais difícil, sendo o ingresso no ensino superior um período de transição que desempenha um importante papel para esses jovens estudantes universitários (DIAS *et al.*, 2008).

Refletindo sobre os percalços dos nossos sujeitos de pesquisa durante a realização de seus cursos de licenciatura, notamos que ao analisar as falas dos nossos entrevistados, percebemos que praticamente todos eles relataram algum tipo de dificuldade ao longo de sua formação superior, com exceção da estudante M3, que argumentou que suas maiores dificuldades se configuraram logo após concluir seu curso. Os nossos sujeitos de pesquisa explicitaram diferentes dificuldades ao longo de suas formações, as quais discutiremos nos parágrafos subsequentes.

Os estudantes egressos H1 e M2 pontuaram que conciliar trabalho e estudo foi uma das principais dificuldades em suas formações. Nesse sentido, Cardoso e Sampaio (1994) pontuam que muitos estudantes universitários, sobretudo os menos favorecidos socialmente, enfrentam a dicotomia entre o exercício profissional e a formação acadêmica. Esse fenômeno contribui para o estresse desses jovens, além de influenciar substancialmente a desistência nos estudos, conforme relatou o entrevistado H1, ao afirmar que quase desistiu da faculdade.

Segundo os autores acima explicitados, o jovem universitário que estuda e ainda trabalha, geralmente precisa trabalhar como imperativo de sua sobrevivência. Por um lado, esse exercício profissional ajuda esse jovem a poder custear determinadas despesas; por outro lado, o trabalho desse estudante, tanto tende a prejudicar seu desempenho acadêmico, como reduz o seu grau de envolvimento com o ambiente acadêmico.

O estudante egresso H1, ainda pontuou a dificuldade de conciliar a faculdade com o serviço militar. O serviço militar é obrigatório para cidadãos brasileiros do sexo masculino após os 18 anos. Muitos estudantes universitários servem ao exército e, concomitantemente, estão desempenhando atividades acadêmicas, possuindo um tempo de estudo reduzido, ademais esse jovem necessita se dividir entre a faculdade e o serviço militar, tal como era o caso do nosso sujeito de pesquisa (CARDOSO; SAMPAIO, 1994).

Os estudantes egressos M1, H2 e H3 relataram a dificuldade na compra de materiais didáticos, sobretudo de livros. Além disso, os sujeitos de pesquisa M1 e H2, destacaram as dificuldades com transporte para a ida e vinda da faculdade. Refletindo sobre essas questões, Abreu e Ximenes (2021) pontuam que, a pobreza incide consideravelmente sobre os estudantes universitários de baixa renda, se configurando nas dificuldades com o deslocamento, necessidade de trabalhar, e substancialmente os custos com materiais didáticos como livros, cadernos e apostilhas.

O sujeito de pesquisa H3 pontuou que não pensou em desistir do seu curso. Entretanto, relatou alguns problemas de relacionamento com uma professora de seu curso de História. Problematizando a importância da relação professor/aluno–aluno/professor, Magalhães Porto e Santos (2018) destacam que uma boa relação entre o docente e o discente, vice e versa, é de fundamental importância para o processo ensino-aprendizagem, uma vez que, a construção do conhecimento não se manifesta fora das boas relações humanas, de tal modo, uma relação profícua entre o estudante e o profissional da educação contribui fundamentalmente para um melhor desempenho desse estudante em sala de aula.

A estudante M1, destacou que o seu maior desafio enquanto estudante, foi no tocante a sua gestação de duas gêmeas, logo após, a cirurgia de uma filha para poder sobreviver e o falecimento de sua outra filha, recém-nascida, fatos que ocorreram durante a sua formação acadêmica, fenômeno que quase a levou a desistir de seu curso.

A vivência da maternidade, além de constituir uma experiência única na vida de uma mulher, constitui um período repleto de transformações biológicas e psíquicas que reverberam sobre uma mãe, dentro e fora do espaço universitário. Ademais, qualquer problema que comprometa a saúde ou a vida de um recém-nascido possui reverberações emocionais e psíquicas ainda maiores sobre a estudante que se tornou mãe (VASCONCELOS, 2021).

Finalizando o eixo temático 08, a estudante M3, relatou o amadurecimento que a faculdade lhe propiciou e elencou que suas dificuldades foram após se formar, quando se casou e precisou ter uma casa própria, entretanto, durante sua formação não pensou em desistir de seu curso.

A partir do olhar do *ciclo de políticas*, no que concerne ao *contexto dos resultados/efeitos* notamos que, embora com todas as dificuldades que os estudantes enfrentaram durante as suas formações, tais como: dificuldade de conciliação da faculdade com o exército, em ter que se dividir entre trabalho e a faculdade, dificuldade

com transporte e compra de materiais didáticos, além da gestação durante a formação universitária; inferimos que se com todos esses desafios, os nossos estudantes tivessem que pagar as mensalidades dos seus cursos, certamente a probabilidade de desistência de seus cursos, teria sido ainda maior.

Nesse sentido, inferimos que mesmo com todas essas dificuldades durante as suas formações os nossos estudantes, puderam seguir com seus cursos, uma vez que não precisam ter que arcar com as despesas das mensalidades de suas formações universitárias.

De agora em diante, discorreremos sobre o eixo temático 09, buscando analisar os elementos que constituem a avaliação dos nossos sujeitos de pesquisa com o programa de financiamento estudantil, o Fies. Para tanto, realizamos as análises a luz do *ciclo de políticas* de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), a partir do conceito *contexto dos efeitos/resultados*. Este contexto objetiva fundamentalmente perceber como uma política pública reverbera sobre os seus beneficiários, bem como ela é percebida por esses indivíduos.

Como você avalia o Fies? Como você o enxerga?

Eu acho que é um programa muito importante para a nossa sociedade, pois não é todo mundo que tem condições de ingressar no ensino superior, de poder pagar. Ao meu ver, é um programa essencial, só que no momento ele precisaria de um polimento, para se encaixar melhor na realidade do estudante brasileiro, o estudante da periferia, o estudante pobre. Para que ele possa ter mais acesso, não basta apenas ser inserido no mundo acadêmico, é preciso ter uma continuidade, ter um estímulo para continuar nessa área. Entretanto, vejo que é um projeto social muito importante (H1, adimplente, 26 anos).

É um programa muito bom, complexo às vezes, para conseguir entrar e se manter [...]. Eu vejo o Fies com bons olhos, já outras pessoas não, haja vista que nem todos conseguiram emprego na área. Poderia haver uma redução na taxa de juros, se você está ali como bolsista, quer dizer que você não tem dinheiro, e às vezes essas taxas são altas, e você não paga só a taxa de juros, tem as xerox [copiadora], tem o transporte, tem alimentação, “n” situações que você precisa dar conta financeiramente (M1, adimplente, 26 anos).

Eu avalio como um programa extremamente necessário. Se fosse para dar uma nota, de zero a dez, eu acredito que seja um 7, pois já que ocorreram essas mudanças de tirar o tempo de carência por exemplo, isso dificulta bastante. Pois, nem sempre o estudante sai com um emprego. Também tem a concorrência no mercado de trabalho, tem a questão da valorização profissional, termina que você conclui o ensino superior, mas você adquire uma dívida, de 10, 15, 20 anos, dependendo do valor que você precisou financiar, de toda e qualquer forma é uma dívida (H2, inadimplente, 25 anos).

Quando nós estamos cursando, a sensação é muito boa. Você sabe que as mensalidades estão sendo pagas etc., não precisa se preocupar naquele momento. Por outro lado, quando a conta chega não é muito legal, porém acredito que o programa veio para incluir, aqueles que não podem pagar por

uma faculdade, e também para aqueles que não entraram numa federal [...]. Acredito que muitos dos meus colegas avaliam o programa de forma mediana. Converso com eles, alguns estão inseridos no mercado [de trabalho], já outros não, e reclamam das dificuldades de ingressar no mundo do trabalho. Muitos estão desempregados e pagando o programa, com um sentimento de frustração, sabe? (M2, adimplente, 30 anos).

O legado é mais positivo, do ponto de vista acadêmico e profissional, sobretudo para aqueles que não podiam pagar por uma faculdade. Para aqueles que têm muitas despesas familiares, como vai tirar R\$ 500,00, R\$ 1.000,00 para pagar uma faculdade? Como vai pagar o curso? (H3, inadimplente, 28 anos).

Olha, o Fies é fundamental. Lógico que existem algumas questões que devem ser repensadas, eu não teria tido condições de ir a Recife estudar, o Fies facilitou muito (M3, inadimplente, 25 anos).

Partindo do olhar do *ciclo de políticas*, no que concerne ao *contexto dos resultados/efeitos* percebemos que a avaliação deles do Fies é positiva. Enxergaram o programa como um instrumento importante para os estudantes que não possuem capacidade financeira de custear uma faculdade privada. Aliás, eles mesmos argumentaram que não teriam cursado o ensino superior se não tivessem conseguido o Fies.

Entretanto, nossos sujeitos de pesquisa fizeram algumas observações no tocante aos aspectos de melhoria que o programa poderia adotar, elementos que discutiremos adiante nos próximos parágrafos.

A perspectiva do Fies, enquanto um programa que objetiva atender aos jovens menos favorecidos socialmente, permearam as falas dos estudantes egressos H1, M2, H3 e M3. Nesse caminho, Amaral e Chaves (2016), ao analisarem o programa de financiamento estudantil, assinalam que o Fies se destina a jovens que não possuem condições de pagar as mensalidades em instituições privadas de ensino superior. Nesse sentido, o Fies enquanto política conseguir atingir o seu *resultado* com os nossos sujeitos de pesquisa.

Mesmo destacando o Fies como um programa importante socialmente, o estudante egresso H1 relatou que o programa de financiamento com as novas regras termina excluindo o estudante da periferia. Vale ressaltar que problematizamos essa questão no eixo temático 02 do nosso estudo, ao discutir as novas regras para a inserção ao programa, aprovadas no segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff. Partindo do olhar do contexto dos *resultados/efeitos*, inferimos que o estudante considera as medidas tomadas pela ex presidente como excludentes, e nesse sentido, a mudança no Fies, obteve o resultado desejado, que consistia na diminuição de novos contratos com o programa.

A estudante egressa M1, argumentou que como melhoria, o programa poderia rever a questão da taxa de juros, haja vista que o pagamento de juros, nas taxas trimestrais de amortizações, dificultava a compra de materiais didáticos por parte dos estudantes. Vale destacar que ao longo da história do programa de financiamento, ainda quando Creduc, a primeira redução da taxa de juros foi de 15% para 9% (VITURI, 2014).

Durante a criação do Fies em 1999, o governo FHC (1995-2002) manteve a taxa de juros em 9% ao ano, sem correção monetária. O governo Lula (2003-2010) reduziu a taxa de juros de 9% para 6,5% pela primeira vez, e em 2010 reduziu pela segunda vez de 6,5 para 3,5%, medida que aumentou consideravelmente o número de estudantes no programa no Governo Dilma Rousseff (CORBUCCI, 2002; BOTELHO; PESSOA, 2016).

Com as medidas que objetivaram a diminuição de estudantes no Fies, durante o segundo mandato da ex presidente Dilma Rousseff a taxa de juros voltou a 6,5%. No governo Michel Temer, no ano de 2018, na fase 01, modalidade 01 destinada às famílias com renda per capita de até 3 salários mínimos, a taxa de juros foi zerada. Porém, como os nossos sujeitos iniciaram os seus cursos superiores em 2015, não foram pela mudança realizada no programa do ex presidente Temer. (BIDARRA; MATTEI, 2022).

A entrevistada M2 destacou que muitos dos colegas que estudaram consigo reclamavam das dificuldades para adentrar no mercado de trabalho, fenômeno discutido no eixo temático 05. A referida entrevistada destacou que esses mesmos colegas não avaliavam tão bem o Fies, por estarem desempregados e endividados, ponto que também destacou o estudante egresso H2, ao fazer menção no endividamento estudantil e em relação à dívida do Fies como sendo longa.

Refletindo sobre a questão do prolongamento da dívida do Fies, muitos estudantes preferiam o Prouni ao invés do Fies para não ter que lidar com a dívida do Fies após a conclusão de seus cursos, haja vista que após o término da graduação, o estudante encontra-se endividado com o programa de financiamento estudantil (CARVALHO, 2004; CARVALHO; SOARES NETO; PINHEIRO, 2020).

Finalizando a análise do eixo temático 09, chamamos atenção para a fala da estudante egressa M3, que reiterou que se não fosse o Fies, teria que ter ido estudar em Recife, e não teria condições para tal, ao passo que o estudante egresso H3, afirmou que o Fies atendia a necessidade daqueles estudantes que não podiam pagar. Nesse sentido, é importante dizer que o Fies oportuniza estudantes de baixa renda com uma formação superior, todavia, também contribui para o endividamento estudantil (BASTOS, 2013;

SEKI, 2017).

Doravante discutiremos as questões relacionadas ao nosso último eixo temático, o eixo 10, buscamos perceber as pontuações finais dos nossos estudantes com o Fies. Para tanto, deixamos os nossos entrevistados mais à vontade para destacarem alguma determinada questão, que por sua vez não foi contemplada em nenhum dos nossos questionamentos.

Gostaria de fazer, mais alguma consideração sobre o Fies?

Eu acho que seria a questão da melhoria do Fies pelo governo. Acredito que os estudantes deveriam se engajar mais, pois por conta das mudanças que o programa passou, a acessibilidade ficou mais difícil (H1, adimplente, 26 anos).

Acredito que não, foram essas questões mesmo que apontei nas respostas anteriores (M1, adimplente, 26 anos).

Eu vejo o Fies como uma escolha difícil de ser feita, porque você vai terminar escolhendo por uma dívida, diferente do Prouni, onde você tinha uma bolsa do governo, e não possuiria mais nenhuma dívida. Com o Fies, você fica preso numa difícil [situação]. O Fies dá essa base para o estudante estudar, porém se depende também do mercado de trabalho (H2, inadimplente, 25 anos).

Eu queria dizer que apesar dos pesares, o programa veio para mudar, mudou muito minha vida, mudou radicalmente (M2, adimplente, 30 anos).

O Fies é a democratização do ensino superior, dá uma possibilidade de acesso para quem não tem condições (H3, inadimplente, 28 anos).

O Fies foi de suma importância para minha, assim como para a vida de outras pessoas [...]. Aqui dentro de casa, só eu e a minha esposa temos Fies. Sou a primeira da família a ter faculdade. A minha esposa também, e isso não é só uma questão de força de vontade, porque não adianta você ter força de vontade se você não tiver oportunidade, essa é a verdade. E o Fies é uma oportunidade. Ele é uma porta. Praticamente, todos os meus colegas de faculdade fizeram Fies. É uma realidade para o povo periférico (M3, inadimplente, 25 anos).

Ao perceber as pontuações finais dos nossos estudantes egressos, novamente percebermos aspectos diferenciados em suas falas. O estudante egresso H1 pontuou que o programa poderia ser melhorado, sobretudo por conta da questão das exigências econômicas que se tornaram mais difícil com as novas mudanças no programa.

Nesse sentido, Sanches (2018) pontua que ao discutir o Fies é preciso que o programa seja pensado tanto no âmbito de sua acessibilidade, quanto na questão da inadimplência, fenômeno que se configurou preponderantemente nos últimos anos.

O estudante egresso H2 pontuou que o Fies é uma escolha difícil, uma vez que o estudante adquire uma dívida. Corbucci (2007) assinala que o Prouni era preferido pelos estudantes mais carentes, visto que eles não precisariam mais arcar com os custos futuros de um financiamento estudantil.

A estudante egressa M2 pontuou que o Fies transformou sua vida radicalmente,

ao passo que o estudante egresso H3 reiterou que o programa possibilitou a democratização do ensino superior. Em vista disso, Botelho e Pessoa (2016) pontuam que o Fies possibilita a democratização do ensino superior ao promover a melhoria de renda de estudantes, levando à atuação desses estudantes no mercado de trabalho.

Ainda nesse sentido, a estudante egressa M3 afirmou que o Fies foi uma porta para os mais pobres entrarem no ensino superior, corroborando com o que é pontuado por Vasconcelos (2017) ao afirmar que o programa é direcionado sobretudo a jovens das camadas populares que não estudaram em colégios particulares, e que, por conseguinte, não poderiam de outra forma obter um diploma universitário.

Finalizamos a análise do eixo temático 10 destacando que são muitos os vetores que contribuem para que os mais pobres não tenham acesso ao ensino superior, desde as poucas vagas ofertadas nas instituições públicas de ensino que terminam sendo ocupadas por jovens oriundos das escolas particulares. Nesse sentido, mesmo com o agravante da inadimplência, o Fies buscou democratizar o acesso e a permanência de estudantes mais pobres ao ensino superior (VASCONCELOS, 2017).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos autores que problematizam as reverberações do neoliberalismo no ensino superior privado, notabilizamos que muitas das políticas públicas na América Latina e substancialmente no Brasil nos anos 1990 foram categoricamente formuladas, implementadas sob a influência do ideário neoliberal, tal como é o caso do Fies.

O Fies, enquanto política pública educacional sofreu inúmeras transformações, desde a sua criação durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), sendo expandido durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e possuindo um aumento considerável de estudantes beneficiários durante o primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011-2014).

Em decorrência de um cenário de crise econômica, pós 2014, a ex presidente Dilma Rousseff e o ex presidente Michel Temer, fizeram modificações no Fies, com vistas a reduzir a acessibilidade para com o programa de financiamento, objetivando a diminuição de estudantes inadimplentes.

A partir dos nossos sujeitos de pesquisa, estudantes egressos do curso de História da Fafica, que cursaram entre os anos 2015-2018, isto é, segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff e Michel Temer, analisamos e concluímos a partir do *contexto dos*

resultados/efeitos do ciclo de políticas que:

Mesmo possuindo uma dívida longa com o Estado brasileiro, esses estudantes ascenderam socialmente, argumentando um aumento de renda, maior prestígio social e por conseguinte, melhoria na qualidade de vida.

A maioria dos nossos sujeitos de pesquisa, avaliaram que as decisões políticas da ex presidente Dilma Rousseff que objetivaram critérios mínimos para a realizações de novos contratos foram necessárias para o contexto da época em decorrência do cenário econômico. Ao passo que foram mais críticos com o ex presidente Michel Temer no que diz respeito ao tempo de carência para o pagamento do programa que foi retirado durante a sua gestão.

Nossos estudantes relataram como o Fies foi importante em suas vidas para a realização de um curso superior, pontuando que sem ele não teriam conseguido obter uma formação superior, nesse sentido, nosso objetivo específico a) foi respondido. O objetivo em questão buscou identificar se na visão desses estudantes egressos houve ascensão social, ao que responderam positivamente.

Em contraposição, nossos sujeitos de pesquisa pontuaram as dificuldades existentes durante a sua formação. Mesmo utilizando o programa de financiamento, percalços como: despesas com materiais didáticos, transporte, gestação durante a formação, e a dificuldade de conciliar o trabalho e os estudos acadêmicos, estiveram entre as principais dificuldades dos nossos estudantes.

De tal sorte, conseguimos responder o nosso objetivo específico b). Haja vista que ele objetivava perceber quais foram as dificuldades desses estudantes tiveram durante as suas formações, mesmo com a utilização do Fies.

Em suas falas, muitos dos nossos sujeitos de pesquisa argumentaram que muitas vezes avaliaram desistir de seus cursos. Inferimos que se fossem somadas as dificuldades por eles mencionadas, associadas ao pagamento de uma mensalidade de seu curso, provavelmente a possibilidade de desistência de seus cursos teria se configurado de uma maneira ainda mais significativa. De modo o Fies, contribui para que pudesse prosseguir em seus estudos.

Por últimos destacamos a partir de nossos sujeitos de pesquisa, que ao menos, metade deles, encontram-se endividados com o programa, respondendo dessa forma o nosso objetivo específico c). Que buscou perceber se os nossos estudantes egressos do curso de História da Fafica, encontravam-se endividados com o programa, após a conclusão de seus cursos.

Muitas foram as causas por eles mencionadas para essa inadimplência com o Fies, desde a dificuldade de conseguir um emprego em sua área de formação, além das despesas com outras necessidades do cotidiano, assim bem como a insuficiência salarial. As falas dos nossos entrevistados, em muito coaduna com as diversas razões da inadimplência estudantil demonstradas por muitos autores discutidos ao longo da dissertação.

Entendemos que embora a questão da inadimplência para com o Fies, perpassasse muitos dos estudantes recém-formados no ensino superior, o programa objetiva possibilitar uma formação superior para jovens oriundos de classes sociais menos favorecidas socialmente, a linha tênue entre a ascensão social e o endividamento estudantil, consiste, dentre outros fatores em perceber se estudante egressos, ingressará (ou não) no mundo do trabalho, poderá pagar (ou não) a dívida contraída mediante o financiamento, e a capacidade de pagamento desse jovem recém-formado.

Nosso trabalho não tem a pretensão de esgotar as discussões relacionadas a inadimplência estudantil no que diz respeito ao Fies. De modo que, levantamos o questionamento, como se configuraria (ou não) o fenômeno da inadimplência estudantil em outros cursos superiores frequentados majoritariamente por jovens de maior poder aquisitivo da Fafica entre os anos 2015-2018?

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, v. 32, 2021.

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n.32, jul/dez.2016.

AGÊNCIA BRASIL. **Corte e Crise no Fies aumentaram inadimplência no ensino superior em 2015**. Publicado em 12 de julho de 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/inadimplencia-de-alunos-do-ensino-superior-atingiu-88-em-2015> Acesso em : 06.10.2022. 16h52.

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula; PEDROSA, Antônio Estrella. Fundo de Financiamento Estudantil (Fies): Vicissitudes e Desafios. **Revista Radar**/ 58/ dez.2018.

ALMEIDA, Iilda Neta Silva; CARVALHO, Valter Domingos Resende. Os obstáculos encontrados pelos recém-formados de pedagogia na busca do seu primeiro emprego: A formação inicial não é suficiente. **Revista Multidebates**, v.4, n.1. Palmas-TO, abril de 2020. ISSN:2594-4568. p.79-88.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Recursos FIE (I)S: Estado e financiamento do ensino superior lucrativo brasileiro**. 44º Encontro Anual da ANPOCS – GT 06 – Ciências Sociais e Educação, 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo, Sader, Emir (Org). **Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**, 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.9-23.

ANDRADE, Lucas Bressan de. Financeirização na Educação Superior Privada: Uma análise do fenômeno nos Governos Lula e Dilma. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** .56 / maio 2020 – agosto 2020.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **As Políticas Educacionais no contexto do Neoliberalismo**. In Revista Espaço Acadêmico, v. 2, n. 13, 2002.

AQUINO, J. M. et al. Avaliação do estresse ocupacional em professores mediante uso de um inventário de sintomas de estresse. **Rev enferm. UFPE on line.**, Recife, v. 8, (supl. 1), p. 2357-134

64, jul., 2014.

ARRAIS, Enéas; PEIXOTO, Socorro Leticia Fernandes. **Políticas Sociais Públicas no Capitalismo Contemporâneo e a Realidade Brasileira**. Universidade Federal do Ceará. Ano IV, n.2 – abril./set.2012. Unp

AZEVEDO, Mário Luiz de Neves. A transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil- a expansão privado-mercantil. **Rev. Inter. Educ. Sup [RIESup]** Campinas, SP. v.1. n.1. p 86-102. jul/set.2015. ISSN 2446 9424,

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; MIRANDA, Paula Roberta. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção

BALL, S. Sociologia das Políticas educacionais e pesquisas crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa política educacional. **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n.2, p. 10-32, jul./dez, 2006.

BALL, Stephen. J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BANDEIRA, Denise Lindstrom. FARENZENA, Nalú. NEVES, Rodrigo Meleu das. Reformulações e implementação do Fies (1999-2020): um preâmbulo. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, v.11, n.6, 2021.

BARBOSA, Maria Lígia de O. O ensino superior no Brasil: credencial, mérito e os coronéis. In BARBOSA, maria Lígia de O. (Org.) **Ensino Superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

BARBOSA, Maria Lígia de O. O ensino superior no Brasil: credencial, mérito e os coronéis. In BARBOSA, maria Lígia de O. (Org.) **Ensino Superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

BARROS, Michel Wanderson Oliveira de. **Fies: Política Pública de Acesso e Permanência no Ensino Superior**. Universidade Federal do Ceará. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Fortaleza, 2014.

BARROSO, João. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educ. Soc., Campinas, vol.26, n.92**, páginas 725-751, especial – out.2005.

BASSO, Daniela; BEZERRA NETO, Luiz. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. **Itinerarius Reflectionais**. Revista eletrônica do curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG. Primeiro semestre 2014, volume 1, número 16. ISSN: 1807-9342

BASSO, Daniela; BEZERRA NETO, Luiz. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. **Itinerarius Reflectionais**. Revista eletrônica do curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG. Primeiro semestre 2014, volume 1, número 16. ISSN: 1807-9342.

BASTOS, Pedro Paulo Zahlut. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. **Instituto de Economia, Unicamp**, Campinas, n.217, mar. 2013.

BASTOS, Pedro Paulo Zahlut. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. **Instituto de Economia, Unicamp**, Campinas, n.217, mar. 2013.

BATISTA, Ingrid; BERTOLLETI, Vanessa Alves. **Ensino superior no segundo mandato de Lula (2007-2010)**. II Encontro anual de iniciação científica da Unespar. Universidade Estadual do Paraná. Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino americanos. 1994.

BEIRUTH, Aziz Xavier; GUEDES, Heber Gonçalves. O impacto da bonificação aos docentes sobre o desempenho dos alunos das escolas de tempo integral: O caso do Espírito Santo. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, 19 (25), 374-385. 2021. Universidade Federal do Ceará.

BIDARRA, Zelimar Soares; MATTEI, Tatiane Selete. O Papel do Fies e do Prouni na privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira. **Barbarói, Santa Cruz do Sul**, n.61, p.<53-84>, Mai.2022. DOI: 10.17058/barbaroi.v1i61.16677.

BITTAR, Mariluce. Educação superior – o “vale tudo” na mercantilização do ensino.

BOTELHO, Vinícius; PESSOA, Samuel. **Financiamento Estudantil no Brasil: como**

definir sustentabilidade? In Radar, 46, p.47-58, agosto, .2016. **BOTTONI, Andrea;** **SARDANO, Edécio de Jesus;** **FILHO, Galileu Bonifácio da costa. Uma breve história da universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais.** Gestão universitária. 2013.

BRANDIM, Maria Rejane Lima; **FELDMANN, Marina Graziela.** A reforma do ensino superior no contexto da reforma do Estado brasileiro. **Revista de estudios e investigación em psicologia y educación.** ISSN: 2386-7418, 2015, Vol. Extr., No.12. DOI: 10.17979/reipe; 2015.0.12.456.

BRANDIM, Maria Rejane Lima; **FELDMANN, Marina Graziela.** A reforma do ensino superior no contexto da reforma do Estado brasileiro. **Revista de estudios e investigación em psicologia y educación.** ISSN: 2386-7418, 2015, Vol. Extr., No.12. DOI: 10.17979/reipe; 2015.0.12.456.

BRASIL. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco-Caracas. A Educação Superior no Brasil. Porto Alegre- Brasil. Novembro de 2002.

BRESSAN, Lucas, 1990- Financeirização na educação superior privada brasileira : permanência por endividamento, expansão por benefício público/ Lucas Bressan de Andrade, - Campinas, SP: [s.n.], 2018. FIES. 2. ProUni (Programa). 3. Ensino Superior.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma gerencial de 1995. Cadernos Adenauer, São Paulo, v.3, jul. 2001, p.29-46. Burocracia e reforma do Estado.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Polis – Revista Latinoamericana.** 2017

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do Estado. In: **BRESSER-PEREIRA, L.C.;** **SPINK, P. K.(Org.). Reforma do Estado e administração pública gerencial.** Tradução de Carolina Andrade. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed.da FGV, 1999. p. 15-19.

CARNIELLI, Beatrice Laura. OLIVEIRA, Zenaide dos Reis Borges Balsanulfo de. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies): visão dos estudantes. **Jornal de**

Políticas Educacionais. Nº7| Janeiro-Junho de 2010. P.35-40.

CARVALHO, C. H. A. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?** Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, SP, 2011.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governoLula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.58, p. 209-244, jun. 2014.

CARVALHO, Marylla Soares de; PINHEIRO, Lessi Inês Farias; SOARES NETO, Horígenes Fontes. Financeirização da educação superior no Brasil: Inadimplência e Programa educacionais nos anos 2000. **Trabalho & Educação/** v.29/ n.2/ p. 105-120/ maio-ago/2020.

CARVALHO, Maylla Soares de; SOARES NETO, Horígenes Fontes; PINHEIRO, Lessi Inês Farias. Financeirização da Educação Superior no Brasil: Inadimplência e programas educacionais nos anos 2000. **Trabalho & Educação.** V.29. N.2. P.105-120. Maio- ago.2020.

CASTELLANO, Nina de Oliveira. **Brasil: Proteção Social pelo Endividamento?** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas: Estratégias e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2016.

CATANI, A.M; OLIVEIRA, J.F. A educação superior. In: Oliveira, R.P; ADRIÃO, T. (Org). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007. p.73-84.

CELIA, Maria Haas. Política de assistência estudantil nos três últimos governos. **Revista Quaestio**, Sorocaba, SP, v.21, n.2, p. 503-523, maio/ago.2019.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.), **Universidade em ruínas na república dos professores.** Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: CIPEDES, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Fantasia da terceira via.** 1999.

CHAUÍ, Marilena. **O retrato de uma catástrofe.**2017

CHAVES, Vera Lúcia Jacobo; SANTOS, João Ribeiro dos. **Expansão e Financiamento da**

Educação Superior - Privado Mercantil: Fies e endividamento público. XXIV seminário nacional universittas/BR. Dívida Pública e Educação Superior no Brasil. Universidade Estadual de Maringá - UEM - 18 a 20 de maio de 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligolólhos. **Educ. Soc., Campinas**, v.31, n.111, p. 481-500, abr.-jun.2010.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil – O Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n.04, p. 205-225, out. 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Política de expansão da educação superior no Brasil – O Prouni e o Fies como financiadores do setor privado.** In Educação em Revista/ Belo Horizonte, v. 32, n.04, p.49-72, outubro-dezembro, 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; KATO, Fabíola Bouth Grello. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e afinanceirização. **Jornal de Políticas Educacionais. V. 14, n.08.** Janeiro de 2020.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; KATO, Fabíola Bouth Grello. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e afinanceirização. **Jornal de Políticas Educacionais. V. 14, n.08.** Janeiro de 2020.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Tradutor: Pedro Jorgensen Jr. Bertrand Brasil. 2002.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Avanços, limites e desafios das políticas do Mec para a educação superior na década de 1990: Ensino de graduação. **Ministério do**

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luís Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Reconfiguração estrutural ou concentração do mercado da educação superior privada no Brasil? **IPEA**, n.46, p.1-7, 2016.

CORREA, Sabrina Duarte. **Crise, contrarreformas e mercantilização da educação.** 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Eixo: Política Social e Serviço Social. Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

COSTA, Camila Furlan da; GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro; PANIZZON, Mateus; MEDEIROS, Igor Batista de Oliveira. **Estado Neoliberal e a Mercantilização da Educação Superior no Brasil: Uma análise do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**. EnANPAD 2017. São Paulo/SP – 01 a 04 de outubro de 2017.

CUNHA, Eudes Oliveira/ MENDONÇA, Daelcio Ferreira Campos. **O campo das políticas públicas e suas possíveis contribuições para a análise das políticas educacionais no Brasil: Reflexões introdutórias**,2015.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio: atalho para o passado. **Educ. Soc., Campinas**, v.38, nº.139, p.373-384, abr.-jun.,2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira entre o Estado e o Mercado**. In Educação e Sociedade., Campinas, vol.28, n.100- Especial, p.809-829, out, 2007.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? Educação e Sociedade, Campinas, vol.25, n.87, p.423-460, maio/ago.2004.

DE VASCONCELOS, Diva Helena Frazão. O ENSINO SUPERIOR: uma reflexão sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a privatização desse setor. In: **Editora Realize. IV Congresso Nacional de Educação**. 2017.

DELGADO, Gabriela de Oliveira; NASCIMENTO, Giovane do; SILVA, Renata Maldonado da Silva. O Governo Temer e o avanço autoritário das contrarreformas no campo educacional. **Marx e o Marxismo**, v.8, n.15, jul/dez.2020

DELGADO, Luciana de Almeida; FERREIRA, Marieta Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**.Vº2, nº4, p.19-34. 2013.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS, Ana Cristina Garcia; OLIVEIRA, Adriano Machado; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; WOTTRICH, Shana Hastenpflug. Adaptação à Universidade em Jovens Calouros.

Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Volume 12- Número 1. Janeiro/Junho 2008.

do setor privado-mercantil? **Educação & Formação**. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE)**. ISSN: 2448-3583.V.5, n.3, E1421, set./dez.2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superiornos anos 90. **Educ. Soc., Campinas**, vol.23, n.80, setembro/2002, p.234-252.

EISENBACH NETO, Filinto Jorge ; CAMPOS, Gabriela Ribeiro de. O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. **Educere**. ISSN 2176-1396. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/ CATEDRA UNESCO) 2017.

EVANGELISTA, Olinda; PEREIRA, Jennifer Nascimento. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemman. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10. p.65-90, jan/jun.2019.

FAASEN, Arthur Morais. **Corpos hipotecados: O dispositivo da dívida em sua articulação com microcrédito produtivo e financiamento estudantil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. Belo Horizonte, 2020.

FAGUNDES, Maurício Cesar Vitoria. FACIN, Helenara; ZANCHET, Beatriz Maria Atrib. Motivações, primeiras experiências e desafios: O que expressam os docentes universitários iniciantes? Formação Docente - **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**. Autêntica. Belo Horizonte, v. 04, n.06, p.84-97, jan./jul.2012

FARENZENA, Nalú; NEVES,Rodrigo Meleu das Neves. **Anais do 2º Seminário Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da educação**. Creduc e Fies- Aproximações. UFRGS. Porto Alegre, 2019

FIES: Relatório de Gestão, Exercício 2000, Caixa Econômica Federal. Brasília, 2022.

FIES: Relatório de Gestão, Exercício 2001, Caixa Econômica Federal. Brasília, 2022.

FIES: Relatório de Gestão, Exercício 2002, Caixa Econômica Federal. Brasília, 2022.

4. Financeirização. 5. Política Social. I. Mello, Guilher Santos, 1983. II. Univesidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

FRAGA, Beatriz Brum. Da Formação para o (Des) emprego: **A procura do primeiro emprego, emprego precário/desemprego dos jovens portugueses na contemporaneidade**. Faculdade de Psicologia de Psicologia e Ciências da Educação. Dissertação de Mestrado Integrado de Psicologia, área de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), orientada pelo Professor Doutor Carlos Gonçalves.

FRANCA, Ascon Gusmão. Educação e mercantilização: um estudo sobre a expansão do setor de Ensino privado no Brasil a partir da década de 1990. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, vol.3, n.1, p.98-111, Jan-Mar.2017- ISSN 2447 3944

FRANÇA, S.F. Uma visão geral sobre a educação brasileira. **Integração**, p.77-87, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1ª edição. Expressão Popular. São Paulo. 2018.

FRIZZO, Fábio. A religião e o todo: Esboços para uma história social da religião egípcia. **Revista Hêlade** – Volume 01, número 01, julho de 2015.

FUKUYAMA, Francis. **Ordem e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia**. Tradução: Montingelli jr. Nivaldo. Editora: Roco. 2018.

G1. **Inadimplência gerou uma dívida de 10 R\$ no Fies, diz MEC. Publicado em 25 de junho de 2018**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/inadimplencia-gerou-uma-divida-de-r-10-bilhoes-no-fies-diz-mec.ghtml> > Acesso em: 06 de outubro de 2022. 17h02.

G1. **Mercadante diz que inadimplência de estudantes com Fies é de 3,4%. Publicado em 11 de janeiro de 2016**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/mercadante-diz-que-inadimplencia-de-estudantes-com-fies-e-de-34.html> > Acesso em :06 de outubro de 2022. 16h59.

GILIOLI, Renato de Souza Porto. **Um balanço do Fies: desafios, perspectivas e metas do PNE**. Brasil [Plano Nacional de Educação (PNE)], análise, 2014-2016, coletânea. ISBN 978-85-402-0636-6. 2017.

GIROUX, Henry. Ensino Superior, para quê? **Revista Educar**, Curitiba, n.37, p.25-38, maio-ago.2010. Editora UFPR.p.25-38.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Perfil profissional e mercado de trabalho: Relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de Psicologia** 2002, 7 (2) 299-309.

GRIBOSKI, Cláudia Maffini. A importância da educação superior na redução das disparidades de renda em Santa Catarina. Artigo-ensaio. Revista Avaliação de Políticas Públicas, 29 (110), jan-mar (2021).

GUEDES, Marilde Queiroz. Política de formação docente: as novas diretrizes e a base nacional comum instituídas. **Sul/Sul.Revista de Ciências Humanas e Sociais**. 2020.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987, p.91.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da servidão**. São Paulo. Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

HOBMEIR, Fabiana Grifante. **Fies: Um estudo de caso sobre a inadimplência no Programa**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dissertação de Mestrado. Brasília-DF, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília-DF, v.1, n.1, p.99-112, 2000.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**. Vol.31, nº 2 (122), pp.238-248 abril-junho/2011.

KÁTIA, Vallina; LOPES, Maria Gracileide Alberto; SASSAKI, Yoshiko. A mercantilização do ensino superior no contexto atual: considerações para o debate. **Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju. V.6. N.2. p.29-44. Fevereiro. 2018., MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A burguesia mundial em questão. **Revista Crítica Marxista**, n.30, p.29-48, 2010.

KVELLER, Uriel Boianovsky. **Políticas do ensino superior para o desenvolvimento econômico: Um olhar sobre os governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010)**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. 20 a 23 de agosto de 2019. Cidade Universitária da UFMA, São Luís, Maranhão, Brasil.

LEHER, Roberto. Um novo senhor para a educação? A política educacional do Banco

Mundial para a periferia do capitalismo. **Academia Edu.** Outubro 1999.

LEMOS, Anderson Queiroz; RIBEIRO, Fernando. A inadimplência no ensino superior: Um estudo sobre os fatores determinantes da capacidade pagadora de estudantes. **Razão Contábil e Finanças**, v. 6, n. 2, 2015.

LOCATELLI, C., DINIZ PEREIRA, J. E. (2019). Quem são os atuais estudantes das licenciaturas no Brasil? Perfil socioeconômico e relação com o magistério. **Cadernos De Pesquisa**, 26(3), 225–243. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v26n3p225-243>

LULA, Luis Inácio da Silva, **Carta aos brasileiros**, 2002. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> > Acesso em 08 de Julho de 2022.

MACIEL, Paulo Henrique Freitas. **Contradições da expansão do ensino superior brasileiro por meio do Reuni, Fies e Prouni**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação. Departamento de Educação – Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, 2021.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. **Atos de pesquisa em educação – PPGE/ME FURB ISSN 1809 – 0354 v.1, n°2, p. 94-105**, maio/ago,2006.

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos – Volume 9, n°1 – pp.4-16-Itajaí, jan/abr 2009**

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos S.; TELLO, César. Análises de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In BALL, Stephen. J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCELO, Gonçalo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**.N.117, p. 73-88. 2018.

MARILENA, Chauí. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción. Revista de Teoria y Filosofía Política Clásica y Moderna**. Vol. 10, n°18 (Mayo-Octubre 2020): 307-328.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A burguesia mundial em questão. **Revista Crítica Marxista**, n.30, p.29-48, 2010.

MARX, Karl. A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon.

MC CHESNEY, R. (2001). **Global Media, Neoliberalism, and Imperialism**. *Montly Review*, 52(10), 1-19.

MESQUIDA, Peri; SAMPAIO, Carlos Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro dos. Do Conceito de Educação à Educação no Neoliberalismo. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.3, n.7, p.165-178, set. /dez.2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Aprovada resolução que permite renegociar dívidas com o Fies**. Publicado em 31 de outubro de 2018. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/213-1762821894/70621-aprovada-resolucao-que-permite-renegociar-dividas-com-o-fies> > Acesso em 06 de outubro de 2022. 17h18.

MIRANDA, PAULA ROBERTA. Fies e Prouni na expansão da educação superior: Quanto vale o conhecimento no Brasil? **Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, letras e artes**. Programa de Pós Graduação em Educação. Área de concentração: Educação. Tese de Doutorado. 2017.

MIRANDA, Paula Roberta/AZEBEDO, Mário Luiz Neves. **Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: Políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil?** *Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE)*. Educ. Form., Fortaleza, v.5, n.3, e1421, set./dez.2020.

MORAES, Gilda Caroline Gomes de Oliveira. Análise de resultados – **A crise política e econômica no Brasil em 2015 e os impactos no Crédito Estudantil (Fies)**. Universidade Federal de Mato Grosso – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Departamento de Ciências Contábeis) Cuiabá – MT, 2015.

NIEROTKA, R.L., and TREVISOL, J.V. Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira. In: **Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul [online]**. Chapecó: Editora UFFS, 2019, pp. 13-39. ISBN: 978-65-5019-009-5. <https://doi.org/10.7476/9786550190071.0002>.

NOGUEIRA, Ribeiro. MARIA, Vera. Estado de Bem-estar Social- Origens e desenvolvimento. **Revista Katálysis**, núm.5, julio-diciembre, 2001, pp.89-103. Universidade

Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Organizado por Adão F.de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC Goiás,2010, páginas 93-99.

PAES DE BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosana; BLANCO, M. O mercado de trabalho para professores no Brasil. **Brasília: IPEA, 2001.**

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 2002.** Disponível em: <<https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>> Acesso em 07/07/2022.

PEREIRA, Bresser. **Colapso da modernização ou crise cíclica?** Novos Estudos CEBRAP, 36, julho 1993: 42-48.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 21 (1), abril 1991: 3-23.

PEREIRA, Luiz Tarcísio/ BRITO, Silva Helena Andrade de. **A Expansão da Educação Superior Privada no Brasil por meio do Fies.** Eccos, Revista Científica.ISSN: 1983- 9278. EccoS - Rev. Cient., São Paulo, n. 47, p. 337-354, set./dez.2018.

PEREZ, Vyrna Valença. Fundo de Financiamento Estudantil – Fies: Inclusão paraExclusão? Universidade do Estado da Bahia | **Seminário Interlinhas** | v.3, n.2 (2015).

PEREZ, Vyrna Valença. Fundo de Financiamento Estudantil – Fies: Inclusão paraexclusão? Seminário Interlinhas, 2015 - **revistas.uneb.br.**

Planejamento, Orçamento e gestão. Instituto de Pesquisa econômica aplicada. Brasília, 2002. **Quaestio** – Revista de estudos de educação, ano 04, n.2, novembro de 2002.

QUEIROZ, Viviane de. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do Creduc. **Educação Pública: confrontos e perspectivas.** Universidade e Sociedade. 2014.

RODRIGUES, L. F. **Gestão da Inadimplência Educacional.** Cotia: Alabama,2004.

ROMA, Cristiane da Costa Lopes. Financeirização da política educacional em tempos de neoliberalismo. **VI jornada internacional de políticas públicas: o desenvolvimentoda crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação.** 20 a 23 de agosto de 2013.

ROSA, José M.S. **Em torno de agnosticismo.** Universidade da Beira Interior, Cevilhã. 2008.

SAMPAIO, Helena. Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos. In BARBOSA, maria Lígia de O. (Org.) Ensino Superior: expansão e democratização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

SANCHES, Taíssa de Lima. **Análise do risco de inadimplência dos estudantes beneficiados pelo fundo de financiamento estudantil (Fies).** Universidade de Brasília. Curso de Estatística. Brasília-DF. 2018.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil/ 4.ed.-Campinas, SP.** Autores Associados, 2013- (Coleção memória da educação) p. 438-439.

SAVIANI, Dermeval. O “Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto MEC”. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas-SP, v.28, n 100 (especial), p.1231- 1255, out.2007.

SEKI, Allan Kenji. **Financeirização do capital na educação superior: articulações entre a apropriação de parcelas do fundo público e a desregulamentação da educação nacional.** Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, 2017- condeca.com.br

SENADO NOTÍCIAS. **Com veto, Bolsonaro sanciona lei que reduz em até 99% dívidas do Fies.** Publicado em 22 de junho de 2022. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/22/com-veto-bolsonaro-sanciona-lei-que-reduz-em-ate-99-dividas-do-fies> > Acesso em 06 de outubro de 2022.17h48.

SILVA, Alexandre Augusto. **Fundo de Financiamento Estudantil-FIES: uma análise com vistas à sustentabilidade operacional.** 2022.

SILVA, Ana Virgínia Maria da; ARAÚJO, Débora Magalhães; NEGREIROS, Fauston. O congresso nacional brasileiro no contexto da pandemia de Covid-19: Análises a partir da Psicologia Escolar Crítica. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia**, v.1, p.30-

65, 2021.

SILVA, Damares Viera da. **O processo de escolarização e ascensão social: Percepção dos docentes acerca da relação entre escolarização e ascensão social dos estudantes das classes populares.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Campina Grande. Campus Cajazeiras, PB, 2018.

SILVA, José Humberto da; SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Trajetória de formação da juventude trabalhadora brasileira: Das promessas às incertezas. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v.16, n.42, p.158-185, out./dez.2020.

SILVA, Maíra Teixeira; SOARES, Felipe Furini. Educação na Bolsa de Valores: o FIESe o ensino superior privado. **Fineduca–Revista de Financiamento da Educação**. ISSN:2236-5907. Volume 9 – 2019, n.1. Porto Alegre.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a privatização na educação. **Linhas Críticas**, vol. 11, núm.21, julio-diciembre, 2005, pp. 255-264. Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.

SILVA, Paulo Sérgio Maia do Lago. **Analisando determinantes de políticas públicas de inclusão educacional: Modelo econômico, vontade política, sociedade civil e sua relação com o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior (Fies).** Brasília, 2018. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) como parte da avaliação do Curso de Mestrado em Administração Pública.

SILVA, Vanda. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. Cad. **Cedes**, Campinas, v.22, n.57, agosto/2002, p. 97-115. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

SOUZA, Gabriel Emanuel; SOUZA, Giovana da Silva. A relação do Fies com a educação brasileira. **XII Simpósio de Ciências Aplicadas da FAIT**. Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias da Itapeva. SP- Brasil. Outubro – 2015.

SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Ser Social**. Trinta anos de Constituição Federal. Brasília, v.21, n.44, janeiro a junho a 2019.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Base Nacional Comum para formação de professores da educação básica (BNC-Formação): Ocultar, silenciar, inverter para o capital dominar. Associação nacional pela formação dos profissionais da educação. **Revista Formação em Movimento, 2019.**

TEIXEIRA, A. F; SILVA, A. R. **Créditos de difícil recebimento: crédito, cobrança, inadimplência e os seus tratamentos contábeis.** 1 ed. Franca: Facef, 2001.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **A experiência de transição entre a universidade e o mercado de trabalho na adulez jovem.** Tese de Doutorado em Psicologia. Orientação: Prof.Drº William B. Gomes. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Setembro, 2002.

TOLOI, Gabriela Gallucci; MANZINI, Eduardo Jose. Etapas da estruturação de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta de dados. **VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial.** Londrina de 05 a 07 novembro de 2013. ISSN 2175-960X. Tradução Paulo Roberto Banhara – São Paulo: Lafonte, 2018.

VASCONCELOS, Raíza Torquato. **Tornar-se mãe durante a formação acadêmica: analisando a percepção de alunas mães e gestantes do curso de educação física acerca dos saberes construídos e os desafios da formação.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso.

WILLIAMSON, Jonh. Depois do Consenso de Washington: **Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina.** Palestra apresentada à FAAP em São Paulo em 25 de agosto de 2003.

ANEXO A- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Pergunta 01: Quais foram as razões que lhe levaram a fazer um curso superior no campo das licenciaturas, especialmente em História?

Pergunta 02: No final do ano 2014, a ex presidente Dilma Rousseff, realizou modificações no Fies, dificultando a sua acessibilidade, criando critérios mínimos para um estudante pleitear um contrato no programa, tais como a exigência de uma pontuação mínima de 450 pontos no Enem e também o fato do estudante não ter pontuado 0 na redação. Nesse sentido, você sentiu alguma dificuldade para o ingresso no programa? Por quê? Como você sentiu/avalia esta mudança para ingressar no Fies para você e para os outros estudantes que desejaram entrar no programa?

Pergunta 03: como você sentiu e como você avalia as alterações feitas pelo ex presidente Michel Temer (2016-2018) no Fies, no que diz respeito à diminuição do tempo de carência após a conclusão da sua graduação em História?

Pergunta 04: Caso você não tivesse realizado sua graduação em História mediante o Fies, você teria conseguido fazer um curso superior, pagando sua faculdade?

Pergunta 05: de que maneira a sua formação superior, ou seja, a sua graduação em História, mediante o Fies, contribuiu para o seu ingresso no mundo do trabalho?

Pergunta 06: Atualmente, como você se percebe, no que diz respeito à sua empregabilidade e por conseguinte ascensão social, após a conclusão de sua graduação em História?

Pergunta 07: Quais são os percalços/dificuldades que estão levando você a atrasar as parcelas do financiamento do seu curso, e, portanto, estar em inadimplência com o Fies? Você vem sentindo dificuldades para efetuar o pagamento?

Pergunta 08: Mesmo utilizando o Fies, quais foram os seus principais desafios ao longo de sua formação acadêmica?

Pergunta 09: Como você avalia o Fies? Como você o enxerga?

Pergunta 10: Gostaria de fazer, mais alguma consideração sobre o Fies?